

Assojaf^{Goiás}

Associação dos Oficiais de Justiça
Avaliadores Federais do Estado de Goiás

DOSSIÊ

**CRIMES COMETIDOS CONTRA
OFICIAIS DE JUSTIÇA DURANTE
O CUMPRIMENTO DE ORDENS
JUDICIAIS**

EXPEDIENTE

Redação, edição e identidade visual: *Ampli Comunicação*



ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS DE GOIÁS
(ASSOJAF-GO)

**DOSSIÊ DE CRIMES COMETIDOS CONTRA
OFICIAIS DE JUSTIÇA
DURANTE O CUMPRIMENTO
DE ORDENS JUDICIAIS**

GOIÂNIA, 2024
(Dossiê atualizado até agosto de 2024)



Apresentação

Por diversos fatores, a sociedade e os poderes constituídos não têm conhecimento do cotidiano do oficial de Justiça, que enfrenta, diariamente, alto grau de risco no exercício da função. Esta é uma coletânea parcial de notícias que abordam crimes cometidos contra oficiais de Justiça no cumprimento de ordens judiciais no Brasil, um instrumento constituído a partir da colaboração de associações de todo o País e de um trabalho de levantamento minucioso desenvolvido pela Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais de Goiás (Assojaf-GO) em colaboração com a Federação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassojaf).

Foram levantadas, entre 2000 e agosto de 2024, 213 situações de violência praticadas contra oficiais de Justiça em Estados das cinco regiões do Brasil, aumento de cerca de 30,3% dos casos desde 2017. Notícias que abordam parte desses crimes são reproduzidas neste relatório.

Nos chama a atenção a violência extrema dos atos praticados por bandidos, acusados, executados e réus contra oficiais de Justiça durante a realização das diligências necessárias ao cumprimento dos mandados expedidos pelas autoridades judiciais.

Neste levantamento parcial, há relatos de crimes praticados contra oficiais de Justiça também por sem-terras, quadrilhas, índios, policiais, cabo eleitoral, advogados e até por médicos.

Na efetivação de ordens determinadas pela Justiça Estadual, Federal e Trabalhista, há relatos de oficiais de Justiça mortos a tiros, queimados, a pauladas, facadas e afogados, além de inúmeras outras formas.

São narradas agressões cometidas com a utilização de barras de ferro, martelo, machado, facão, socos, garrafas, tacos, bolas de sinuca e pedras.

Também são relatados casos de oficial de Justiça que foi arrastado por veículo, atropelado, mordido, amarrado a pilar, que recebeu coronhadas na cabeça e que foi jogado pela escada de prédio.

Além dos homicídios, tentativas de homicídios, agressões físicas e ameaças, há relatos de oficiais de Justiça que tiveram carros danificados, roupas, mandados e pastas rasgados.

Para sobreviver a estes crimes, cabe aos oficiais de Justiça, quan-

do possível, procurar meios de defesa ao seu alcance, como lutar com o agressor, correr, pular janela, saltar telhado ou se trancar dentro do carro, como informado neste levantamento.

Aos Oficiais de Justiça sobreviventes, restam-lhes sequelas psíquicas e físicas resultantes destes constantes crimes.

Neste levantamento, estão caracterizadas as similaridades do exercício das atividades de polícia e execução de mandados.

Os Oficiais de Justiça cumprem mandados de prisão, condução coercitiva, busca e apreensão, medidas protetivas, reintegração de posse, desocupações, dentre outras determinações.

Para a exata compreensão do contínuo perigo inerente à atividade exercida pelo oficial de Justiça, similar à atividade policial, trazemos ao conhecimento da sociedade e autoridades normas do Código de Processo Civil, Código de Processo Penal, Leis Específicas, Instrução Normativa da Polícia Federal, Orientação de Corregedoria Estadual, Minuta de Atribuições dos Cargos da Carreira de Polícia Federal, entre outros textos.

Porém, vale ressaltar que na investigação criminal a polícia atua em equipe, devidamente armada, e aborda o autor da ação tipificada como crime após uma ação sigilosa. Se o delegado concluir pela culpabilidade dos indiciados, o inquérito será encaminhado ao Ministério Público. Se o promotor também se convencer da autoria e culpabilidade da conduta descrita no inquérito, irá denunciar o autor. Em seguida, o juiz irá receber a denúncia, em seu juízo de admissibilidade.

Já a proteção dispensada aos oficiais de Justiça é inexistente. Após três autoridades analisarem o fato denunciado e se pronunciarem que o acusado é o autor ou o provável autor da conduta criminosa, os oficiais de Justiça retornam, sozinhos e desarmados, ao local onde o acusado tem amplo domínio e aguarda o comparecimento do oficial de Justiça para citá-lo.

Nota-se que a violência praticada contra o oficial de Justiça não é eventual, é constante.

Somente o fato de ser oficial de Justiça já expõe este servidor a agressões, represálias e violências por parte dos acusados e executados. Haja vista que mesmo os policiais e agentes que executam atividades administrativas também exercem atividade de risco de vida, sem distinção. Comprovação desta situação são as constantes notícias de vingança

contra Oficiais de Justiça, conforme relatadas neste levantamento.

Não é a quantidade de mortes sofridas por uma categoria que determina ser esta atividade perigosa ou não. Se assim fosse, a atividade desenvolvida pela Polícia Federal não seria compreendida de plano como de risco, haja vista que há poucos registros de morte de agentes da Polícia Federal.

A falta de divulgação das violências sofridas pelos oficiais de Justiça nas mídias nacional e estadual reflete a falta de respaldo que esta categoria sofre.

Porém, a pior violência é a inércia das autoridades legislativas, judiciárias e policiais, seja por não fornecer coletes balísticos para o cumprimento de diligências sabidamente perigosas, seja por não reconhecer nossa atividade como de risco, seja pela falta de respaldo ou desânimo pela repreensão branda dispensada aos atos de violência, razão pelo não encaminhamento judicial da maioria destas agressões e violências certificadas nos mandados.

Este é o cotidiano do oficial de Justiça. Nem mesmo nossos familiares sabem onde podemos estar ao cumprir dezenas de mandados diariamente por todos os municípios incluídas as zonas urbana e rural, favelas e periferias.

A Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de Goiás disponibiliza em seu site versão digital do presente relatório.

Nesta atualização do Dossiê de Crimes contra Oficiais de Justiça, a ASSOJAF-GO traz um capítulo sobre os reflexos da pandemia de Covid-19, assim reconhecida em março de 2020, na vida dos oficiais de Justiça de todo o Brasil. Assim como estão expostos a todo tipo de violência, os oficiais de Justiça acabaram, também, sendo grandes vítimas do novo coronavírus.

Por fim, a Assojaf-GO recomenda que todos assistam às inúmeras reportagens em vídeo sobre todo tipo de violência praticada contra oficiais de Justiça disponíveis na rede mundial de computadores.

Diretoria da Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de Goiás - ASSOJAF-GO | Gestão 2024/2025

RAIO X DA VIOLÊNCIA CONTRA O OFICIAL DE JUSTIÇA NO BRASIL*

Distribuição de casos por estado

CENTRO-OESTE

GOIÁS: 10
DISTRITO FEDERAL: 8
MATO GROSSO: 8
MATO GROSSO DO SUL: 6

NORTE

PARÁ: 6
TOCANTINS: 3
MARANHÃO: 4
ACRE: 1
AMAPÁ: 1

NORDESTE

BAHIA: 7
PIAUÍ: 5
ALAGOAS: 5
PARAÍBA: 3
CEARÁ: 5
PERNAMBUCO: 6
RIO GRANDE DO NORTE: 3
SERGIPE: 1

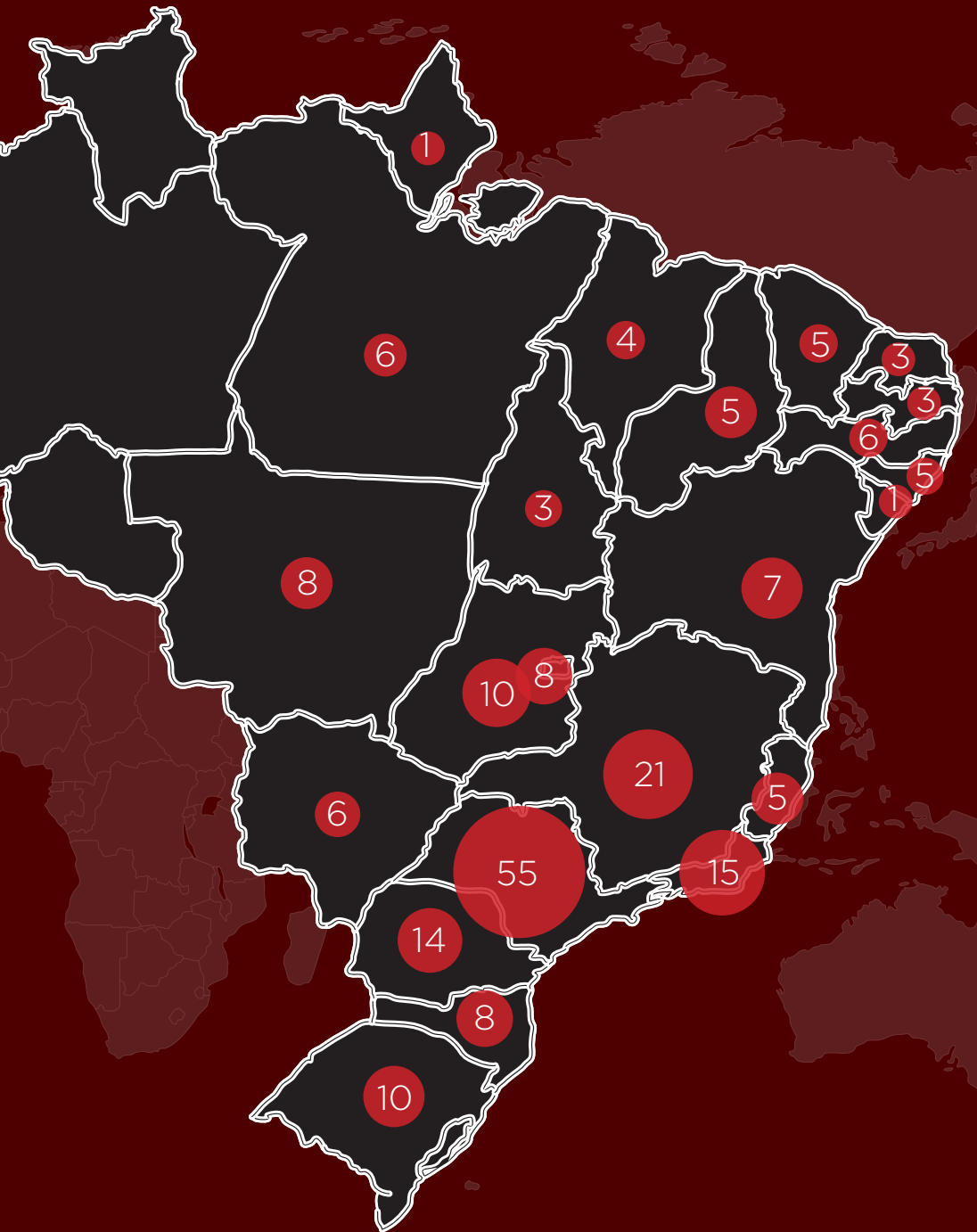
SUDESTE

SÃO PAULO: 55
MINAS GERAIS: 21
RIO DE JANEIRO: 15
ESPÍRITO SANTO: 5

SUL

PARANÁ: 14
RIO GRANDE DO SUL: 10
SANTA CATARINA: 8





DISTRIBUIÇÃO DE CASOS POR TIPO DE VIOLÊNCIA



Homicídios e tentativas de homicídios

57



Desacato

14

Assalto

31



Agressão

58



Cárcere privado ou sequestro

7



Ameaça

35

Carro danificado



3

DISTRIBUIÇÃO DE CASOS POR NATUREZA DO MANDADO



(*Fonte: Levantamento realizado pela Assojaf-GO a partir de notícias divulgadas na mídia. Crimes ocorreram entre 2000 e agosto de 2024).

**Atribuições aos oficiais
de Justiça para o
cumprimento de ordens
judiciais similares às
atribuições dos policiais
prescritas nos códigos de
processo civil e penal**

CPC / Art. 143. Incumbe ao oficial de justiça:

I - Fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora. A diligência, sempre que possível, realizar-se-á na presença de duas testemunhas;

CPC / Da Penhora e do Depósito

Art. 659. A penhora deverá incidir em tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios.

Art. 660. Se o devedor fechar as portas da casa, a fim de obstar a penhora dos bens, o oficial de justiça comunicará o fato ao juiz, solicitando-lhe ordem de arrombamento.

Art. 661. Deferido o pedido mencionado no artigo antecedente, dois oficiais de justiça cumprirão o mandado, arrombando portas, móveis e gavetas, onde presumirem que se achem os bens, e lavrando de tudo auto circunstanciado, que será assinado por duas testemunhas, presentes à diligência.

CPC / Da Busca e Apreensão

Art. 839. O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas.

Art. 842. O mandado será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas.

§ 1º Não atendidos, os oficiais de justiça arrombarão as portas externas, bem como as internas e quaisquer móveis onde presumam que esteja oculta a pessoa ou a coisa procurada.

§ 2º Os oficiais de justiça far-se-ão acompanhar de duas testemunhas.

CPC / De Outras Medidas Provisionais

Art. 888. O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:

II - A entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos;

III - a posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento;

IV - O afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais;

V - O depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral;

VI - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal;

CPP / Condução de testemunha

Art. 218. Se, regularmente intimada, a testemunha deixar de comparecer sem motivo justificado, o juiz poderá requisitar à autoridade policial a sua apresentação ou determinar seja conduzida por oficial de justiça, que poderá solicitar o auxílio da força pública.

CPP / Mandado de captura

Art. 763. Se estiver solto o internando, expedir-se-á mandado de captura, que será cumprido por oficial de justiça ou por autoridade policial.

LEI 10.826/2003 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA CARREIRA DE POLÍCIA FEDERAL

Art. 1º Os cargos da Carreira de Polícia Federal, Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, são de nível superior.

Art. 2º O cargo de Delegado de Polícia Federal, Terceira Classe, tem as seguintes atribuições:

(...)

8. Executar mandado de busca e apreensão, mandado de prisão e demais ordens judiciais;

9. Executar mandado de intimação e de condução coercitiva;

Art. 10 O cargo de Agente de Polícia Federal, Terceira Classe, tem as seguintes atribuições:

(...)

7. Executar mandado de busca e apreensão, mandado de prisão e demais ordens judiciais;

8. Executar mandado de intimação e de condução coercitiva;

Fonte: Fenapef

LEI 10.826/2003 E INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DA CARREIRA DE POLÍCIA FEDERAL

Art. 1º Os cargos da Carreira de Polícia Federal, Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, são de nível superior.

Art. 2º O cargo de Delegado de Polícia Federal, Terceira Classe, tem as seguintes atribuições:

(...)

8. Executar mandado de busca e apreensão, mandado de prisão e demais ordens judiciais;

9. Executar mandado de intimação e de condução coercitiva;

Art. 10 O cargo de Agente de Policia Federal, Terceira Classe, tem as seguintes atribuições:

(...)

7. Executar mandado de busca e apreensão, mandado de prisão e demais ordens judiciais;

8. Executar mandado de intimação e de condução coercitiva;

Fonte: Fenapef

CONCESSÃO JUDICIAL DO PORTE DE ARMA PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA

TRF1

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIZAÇÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. LEI 10.826/2003. SERVIDOR PÚBLICO. OFICIAL DE JUSTIÇA. AVALIADOR. ATIVIDADE DE RISCO. IN 23/2005-DG/DPF. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA.

I. A interpretação teleológica da Lei 10.826/2003 evidencia a opção do legislador pela regra geral da proibição à aquisição e porte de armas de fogo no país, condicionando o afastamento dessa diretriz às situações excepcionais que expressamente previu e a outras que, com base no poder discricionário da administração, serão individualmente avaliadas.

II. Ainda que esteja claro que o direito à aquisição e ao porte de arma de fogo seja exceção à regra prevista no Estatuto do Desarmamento, o texto legal evidencia a possibilidade de seu deferimento aos que desempenhem atividade profissional que contenham ameaça à sua integridade física, consoante dicção do art. 10, I, §1º do mencionado diploma legal.

III. Os oficiais de justiça avaliadores se submetem potencialmente a riscos à sua integridade física no desempenho de uma das principais atribuições de seu cargo, qual seja, a execução dos mandados judiciais, muitas vezes com a realização de diligências com conteúdo persuasivo realizadas em locais com altos índices de violência. Presunção reconhecida pela própria Administração no art. 18, §2º, I, da Instrução Normativa nº 23/2005 – DG/DPF, que estabelece procedimentos visando ao cumprimento da Lei 10.826/2003. Precedentes deste Tribunal.

IV. Apelação a que se dá provimento. (AC (198) 1009424-10.2016.4.01.3400, Desembargadora Federal Daniele Maranhão Relatora, TRF1 – Quinta Turma; 03/06/2020)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. AUTORIZAÇÃO PARA O PORTE DE ARMA DE FOGO. OFICIAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA.

I- Não se discute que o ato administrativo de autorização para porte de arma de fogo tem caráter discricionário. Todavia, no presente caso, a questão submetida a exame perante o Poder Judiciário não envolve a apreciação dos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo praticado pela autoridade impetrada, mas sim diz respeito à legalidade deste ato.

II- A parte interessada na obtenção de autorização para porte de arma de fogo de uso permitido deve demonstrar todos os requisitos legais, inclusive a efetiva necessidade em virtude de exercício de atividade profissional. Contudo, no presente caso, dispensável a demonstração da necessidade, haja vista que a própria regulamentação administrativa, disciplinada na Instrução Normativa nº 23/2005-DG, prevê uma presunção da situação de risco para os servidores que atuam como oficiais de justiça.

III- Apelação provida. Sentença reformada. Pedido inicial julgado procedente. (AC 0006848-66.2014.4.01.3809, DESEMBARGADOR FEDERAL SOUZA PRUDENTE, TRF1 - QUINTA TURMA, e-DJF1 03/08/2018)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PORTE DE ARMA DE FOGO. SERVIDOR PÚBLICO. CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS. OFICIAL DE JUSTIÇA. ATIVIDADE DE RISCO. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23/2005- DG/DPF.

I - A Instrução Normativa n. 23/2005-DG/DPF, em seu art. 18, § 2º, inciso I, estabeleceu que são consideradas atividades profissionais de risco aquelas realizadas por servidor público que exerça cargo efetivo ou comissionado nas áreas de segurança, fiscalização, auditoria ou execução de ordens judiciais.

II - A existência de Instrução Normativa editada pelo próprio Departamento da Polícia Federal prevendo as atividades profissionais que, por sua natureza, são consideradas de risco, torna a concessão da autorização para os profissionais que comprovarem o exercício dessas atividades um ato vinculado, não podendo ser afastada a critério da autoridade que analisa o pedido do interessado.

III - Assim, tendo em vista a comprovação de que o autor é servidor público efetivo ocupante do cargo de Oficial de Justiça, verifica-se o desempenho de atividade profissional considerada de risco, nos termos do art. 10, § 1º, I, da Lei n. 10.826/2003 e do art. 18, § 2º, inciso I, da Instrução Normativa nº 23/2005-DG/DPF, razão pela qual o impetrante possui direito líquido e certo à concessão administrativa ao porte de arma, exclusivamente para o desempenho de suas atividades profissionais, desde que não haja outro impedimento, a ser verificado pela autoridade competente.

IV - Apelação provida. Sentença reformada. (AC 0005530-41.2015.401.3800. Relator: Des. Federal Souza Prudente. DJe 06.07.2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PORTE DE ARMA DE FOGO. LEI N. 10.826/2003. MANDADO DE SEGURANÇA. OFICIAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. APELAÇÃO PROVIDA.

I. A concessão de porte de arma de fogo insere-se no âmbito do poder discricionário da Administração, traduzindo-se em mera autorização, revestida de precariedade, estando disciplinada na Lei 10.826/2003.

II. “O exercício efetivo do cargo de Oficial de Justiça Avaliador agrega a seu ocupante a qualidade de executor de ordens judiciais, considerada atividade profissional de risco nos termos do inciso I do § 1º do artigo 10 da Lei 10.826/2003, conforme estipulado pelo artigo 18, § 2º, I, da Instrução Normativa n. 23/2005-DG, do Departamento de Polícia Federal, que estabeleceu os procedimentos para o cumprimento do Estatuto do Desarmamento, regulamentado pelo Decreto 5.123/2004, razão pela qual deve ser observado o estrito cumprimento do ordenamento jurídico e concedida a segurança a fim de superar o requisito normativo e determinar à autoridade policial que verifique

a presença das demais exigências legais para o deferimento do porte de arma de fogo.” Precedente: (AMS 0023422- 22.2013.4.01.3900/PA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN, SEXTA TURMA. e-DJF1 DE 29/09/2014) 3. Sentença reformada.

4. **Apelação provida.** (AC 0061551-78.2012.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, Rel.Conv. JUÍZA FEDERAL HIND GHASSAN KAYATH (CONV.), SEXTA TURMA, e-DJF1 de 08/02/2018)

TRF5

EMENTA: ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DE APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PORTE DE ARMA DE FOGO. ESTATUTO DO DESARMAMENTO. LEI Nº 10.826/2003. RISCO CONCRETO EVIDENCIADO. DESPROVIMENTO.

[...] 8. No caso dos autos, conforme bem ponderado pelo juiz sentenciante, resta suficientemente comprovado o preenchimento do requisito da efetiva necessidade, considerando a informação de que a impetrante já foi vítima de sequestro relâmpago, enquanto exercia a sua função (Id. 10816666), bem como o relato de agressividade contido na certidão de Id. 10816700, além de um dossiê de crimes cometidos contra oficiais de justiça durante o cumprimento de ordens judiciais (Id. 10816705). (PROCESSO: 08008959720224058400, APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA, DESEMBARGADOR FEDERAL ELIO WANDERLEY DE SIQUEIRA FILHO, 1ª TURMA, JULGAMENTO: 15/06/2023)

TRF4

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PORTE DE ARMA. OFICIAL DE JUSTIÇA ESTADUAL. LEI 10.826/2003. INSTRUÇÃO NORMATIVA 23/2005-DG/DPE.

A parte autora, servidor público, executa ordens judiciais (ofi-

cial de justiça estadual), exerce atividade profissional de risco, nos termos da Instrução Normativa nº 23/2005-DG/DPF, a qual estabelece os procedimentos visando o cumprimento da Lei n. 10.826/2003, pertinentes à posse, ao registro, ao porte e à comercialização de armas de fogo e sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM. (TRF4; AGRAVO LEGAL EM REEXAME NECESSÁRIO CÍVEL; Processo: 5009063-21.2015.4.04.7200; UF: SC; Data da Decisão: 10/12/2015; Órgão Julgador: QUARTA TURMA)

SEGURANÇA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA - ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Confira abaixo informações atualizadas até agosto de 2024 sobre o estágio de tramitação das propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal acerca da segurança dos Oficiais de Justiça.

PL 4015/2023 (PL 996/2015)

Atividade de Risco

O que diz a proposta?

Do então deputado Roman (PSD/PR), que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis n.ºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 julho de 2012, e 13.709, de 14 agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e garantir aos seus membros medidas de proteção.

Ações estratégicas

Foi aprovado no Senado Federal a Emenda n.º 02, da senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), que promove o reconhecimento da atividade de risco para os oficiais de justiça, conforme relatório do senador Weverton (PDT/MA). Na Câmara dos Deputados, deve-se realizar trabalho de sensibilização dos líderes e vice-líderes partidários, do relator do projeto, provavelmente o deputado Rubens Pereira Jr. (PT/MA), e o presidente da Casa, Arthur Lira.

PL 3723/2019

Porte de Armas para Oficiais de Justiça

Estágio de tramitação

O projeto retornou à Câmara, ainda em regime de urgência, e foi remetido à CCJC e ao Plenário. A expectativa, contudo, é que o texto seja apreciado diretamente em Plenário. Importante salientar que a Câmara apenas poderá analisar as emendas do Senado, aprovando total ou parcialmente, ou rejeitando as mudanças realizadas pela Casa Alta.

PL 2525/2019

Porte de Armas para Oficiais de Justiça

O que diz a proposta?

Do Poder Executivo, a proposta altera o Estatuto do Desarmamento, o Código Penal, a Lei de Segurança Bancária e a Lei de Segurança Nacional, para disciplinar o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), estabelecer definições, modificar regras do registro, cadastro e porte de armas de fogo. Aumenta penas e modifica a descrição dos crimes. Regula o exercício das atividades de colecionador, atirador esportivo e caçador (CAC).

Ações estratégicas

Em 2022 foi apresentada a emenda n.º 73, do senador Plínio Valério (PSDB/AM), para assegurar o porte de arma como prerrogativa de função aos Oficiais de Justiça.

Estágio de tramitação

Encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado, onde aguarda a designação de relator. O projeto terá dificuldades para avançar na atual legislatura, uma vez que o Governo Lula é contrário ao tema.

PL 7315/2017

Proteção à integridade de dados pessoais dos Oficiais de Justiça

O que diz a proposta?

Do senador Sérgio Petecão (PSD/AC), que concede porte de arma aos integrantes da carreira de Oficial de Justiça.

Ações estratégicas

Realizar articulação com o presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, para a designação de um relator favorável ao projeto, com poder de articulação junto ao governo federal, tal como o do senador Fabiano Contarato (PT/ES) ou do senador Weverton (PDT/MA).

Estágio de tramitação

Aguarda a designação de relator no âmbito da CCJ. O senador Fabiano Contarato (PT/ES) solicitou a relatoria do projeto, mas até o momento não teve despacho do presidente do colegiado, Davi Alcolumbre.

PL 6438/2019

Porte de Armas para Oficiais de Justiça

O que diz a proposta?

Do deputado Capitão Augusto (PL/SP), que dispõe sobre medidas de proteção à integridade dos integrantes dos órgãos de segurança pública e de guardas municipais.

Ações estratégicas

Buscar interlocução com o relator do projeto, quando indicado, com a presidente da CCJC e com os membros do colegiado aliados da categoria.

Estágio de tramitação

Em 16/05/2018, foi aprovado substitutivo apresentado pelo deputado Cabo Sabino (Avante/CE) na CTASP; em 05/12/2018, foi aprovado parecer favorável ao substitutivo da CTASP, conforme relatório do deputado Capitão Fábio Abreu (PSD/PI). Com a nova eleição de membros da CCJC, a matéria aguarda a designação de novo relator já que o Dep. Tenente Coronel Zucco (REPUBLICANOS/RS) deixou de ser membro.

PL 5415/2005

Porte de Armas para Oficiais de Justiça

O que diz a proposta?

Do Poder Executivo, a proposta confere porte de arma como prerrogativa de função aos Oficiais de Justiça.

Ações estratégicas

Deve-se realizar audiência com o relator do projeto na CREDN, deputado Eduardo Bolsonaro (PL/SP), para oferecer sugestões de aprimoramento ao texto. Importante salientar que apenas os relatores podem oferecer emendas nas comissões, uma vez que o prazo para emendas apenas será aberto em Plenário.

Estágio da tramitação

Aguarda o parecer do relator, deputado Eduardo Bolsonaro (PL/SP), no âmbito da CREDN.

PLP 330/2006 (PLP 534/2018)

Aposentadoria especial por atividade de risco

O que diz a proposta?

Da então deputada Edna Macedo (SP), que altera a redação do

inciso VII, do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 2003, autorizando o porte de arma para os Oficiais de Justiça.

Ações estratégicas

Deve-se realizar trabalho de sensibilização dos líderes e vice-líderes partidários, do relator do projeto a ser designado e o presidente da Casa, Arthur Lira.

Estágio da tramitação

Aguarda inclusão do projeto na Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

PL 2447/2022

Polícia Judicial | Gratificação por atividade de Segurança (GAS)

O que diz a proposta?

Do então deputado Mendes Ribeiro Filho (MDB/RS), o projeto possui como finalidade regulamentar e conceder aposentadoria especial aos servidores públicos ocupantes do cargo de policial (atividade de risco).

Ações estratégicas

Realizar audiência com o novo presidente da CASP e demais membros do colegiado simpáticos aos Oficiais de Justiça. Seria essencial buscar atores do Poder Executivo, como o Ministro da Previdência, Carlos Lupi.

Estágio de tramitação

Atualmente aguarda a designação de novo relator no âmbito da CASP.

O que diz a proposta?

Do Supremo Tribunal Federal, altera a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e dá outras providências.

Ações estratégicas

As emendas oferecidas ao projeto para tratar das prerrogativas dos Oficiais de Justiça e da atividade de risco para servidores do Poder Judiciário, não foram acatadas pelo relator da CASP, deputado Bruno Farias (Avante/MG). Na CFT, não há a possibilidade de fazer alterações quanto ao mérito do projeto. No entanto, o deputado Coronel Meira (PL/PE) apresentou o REQ 812/2024, para inclusão de mérito na análise da Comissão. Importante buscar interlocução com a Mesa da Câmara dos Deputados para aprovação do requerimento. A matéria retornou ao relator, deputado Fábio Costa (PP/AL) para reexame.

Estágio de tramitação

Aguarda a deliberação do parecer pelo deputado Delegado Fábio Costa (PP/AL). Aprovada na CFT, a matéria deverá seguir para análise na CCJC, somente quanto à sua constitucionalidade.

PL 4256/2019

Concessão de Porte de Armas

O que diz a proposta?

Do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), a proposta autoriza o porte de armas aos servidores do quadro efetivo de agente de segurança socioeducativo responsáveis pela segurança, vigilância, guarda, custódia ou escolta.

Ações estratégicas

Trabalhar pela aprovação do relatório do senador Esperidião Amin (PP/SC) na CCJ, com a emenda n.º 4-CCJ. Para tanto, é importante conversar com os membros da Comissão e com o senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), presidente da CCJ, para que seja convocada reunião da Comissão e a votação do projeto.

Estágio da tramitação

A matéria conta com parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Esperidião Amin (PP/SC), com o acatamento da emenda nº 4-CCJ. A CCJ possui decisão terminativa na deliberação da matéria. Após a deliberação, a matéria segue à Câmara dos Deputados, salvo interposição de recurso ao Plenário.

NA MÍDIA

CNJ acolhe pedido da Fenassojaf para capacitação e segurança dos Oficiais de Justiça

A Fenassojaf conquistou, em decisão terminativa proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, a capacitação e segurança para os Oficiais de Justiça. A medida se deve pela intervenção no Procedimento de Comissão nº 0001870-85.2015.2.00.0000, em trâmite no CNJ, instaurado em 2015, com o objetivo de determinar aos órgãos do Poder Judiciário da União que adotassem medidas necessárias à proteção dos Oficiais.

O processo teve início depois que a Federação provocou o Conselho, por meio do Pedido de Providências nº 0000976-12.2015.2.00.0000, onde solicitou providências para o treinamento dos Oficiais de Justiça sobre a prevenção e a reação em situações de conflito, diante do risco

que envolve o desempenho das atribuições do cargo.

A necessidade das medidas foi reforçada pela morte do Oficial Francisco Ladislau Neto, em 11 de novembro de 2014, em Barra do Pirai, no Rio de Janeiro. Na demanda levada ao CNJ, a Fenassojaf apresentou o levantamento dos casos de agressões e homicídios cometidos contra o oficialato, demonstrando a necessidade e a urgência do pleito. “Porque os pedidos envolviam uma série de medidas referente à segurança dos servidores, o relator do Pedido de Providências nº 0000976-12.2015.2.00.0000 determinou a remessa dos autos à Comissão Permanente de Eficiência Operacional de Gestão de Pessoas, o que deu origem ao Procedimento de Comissão nº 0001870-85.2015.2.00.0000”, explica o advogado Rudi Cassel.

Depois de cinco anos de tramitação, agora sob a relatoria da conselheira Flávia Pessoa, o pedido foi acolhido em parte com a determinação de que os tribunais brasileiros adotem providências imediatas para efetivar o aparelhamento e capacitação dos Oficiais de Justiça, em consonância com princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

Para Dr. Rudi Cassel, “a vitória obtida pela Fenassojaf é relevante porque traduz as necessidades de uma categoria frequentemente vitimada pela violência física e psicológica, que está seguidamente exposta ao risco à integridade física e à própria vida”.

“A Constituição garante a inviolabilidade da integridade física do indivíduo, devendo tal direito ser também garantido aos Oficiais de Justiça, que prestam relevante função ao Estado, mesmo diante das ameaças e hostilidades sofridas no cenário de violência instituído no país”, conclui o assessor jurídico.

Fonte: Fenassojaf



Clique aqui para ler a decisão da conselheira Flávia Pessoa.



DISTRIBUIÇÃO DE CRIMES
CONTRA OFICIAIS DE
JUSTIÇA **POR ESTADO**

ÍNDICE

Goiás	32
Mato Grosso do Sul	43
Mato Grosso	48
Distrito Federal	55
Amapá	64
Amazonas	65
Pará	66
Maranhão	70
Tocantins	74
Acre	78
Sergipe	79
Bahia	80
Alagoas	88
Pernambuco	93
Piauí	94
Paraíba	101
Ceará	104
Rio Grande do Norte	108
Espírito Santo	111
Rio de Janeiro	116
Minas Gerais	134
São Paulo	156
Paraná	199
Santa Catarina	214
Rio Grande do Sul	223

PADRE BERNARDO

Vingança: oficiala leva tiro na cabeça e é morta queimada

Polícia encontra corpo de oficial de Justiça desaparecida desde sexta. Homem teria confessado autoria do crime e levado os policiais ao local onde estava o corpo. Diana Soares Ribeiro da Silva cumpria mandados da Justiça em cidades-satélites do DF. O corpo da oficiala de Justiça Diana Soares Ribeiro da Silva, de 43 anos, foi encontrado no fim da tarde desta terça-feira (24) em um matagal próximo a Padre Bernardo, município goiano que fica a cerca de 100 quilômetros de Brasília. Ela estava desaparecida desde a última sexta-feira (20). Seu carro foi encontrado totalmente queimado na segunda-feira (23).

Segundo a Divisão de Comunicação da Polícia Civil do DF, os investigadores seguiram o itinerário feito pela oficiala quando ela desapareceu ao entregar mandados da Justiça Federal. Ao conversar com as pessoas nos locais visitados, os policiais chegaram a um homem que teria confessado ter matado Diana. Ele levou os agentes ao matagal onde estava o corpo da oficiala, com marca de um tiro na cabeça. O homem está preso na delegacia do Recanto das Emas (DF). No início da tarde, a Polícia Federal assumiu parte das investigações e pediu que a família da oficiala de Justiça não comentasse o caso com a imprensa. Até às 18h30min desta terça-feira, a PF não havia confirmado que o corpo foi encontrado. (AGO, 2013)

Fonte: G1

INHUMAS

Oficial de Justiça e PMs são agredidos e uma pessoa morre em imissão de posse em Goiás

A oficial de Justiça da comarca de Inhumas/GO (TJGO), Julliana Oliveira Couto, e os policiais militares SGT Diogo André Galvão e SD Brunno Souza e Silva, ao realizarem o cumprimento de ordem judicial de imissão de posse correram risco de morte e de violação às suas integridades físicas. A ação aconteceu no dia 11/11/22, no Setor Vila Mariana, no município de Inhumas/GO.

Durante a diligência, a oficial de Justiça realizou diversas tentativas para que o jurisdicionado, que morava no local irregularmente, pudesse atender a seus chamados e cooperar com o cumprimento da ordem judicial. Não sendo atendida, foi necessária a realização de arrombamento, conforme autorizado em decisão judicial. Sendo assim, o serviço de um chaveiro foi acionado para que o portão pudesse ser aberto, e por fim, ser cumprida a ordem.

Neste momento, o cidadão nu surpreendeu a Oficial de Justiça e tentou agarrá-la e agredi-la, os policiais militares intervieram na diligência, visando salvaguardar a vida e integridade física de Julliana, no entanto, o cidadão esquivou-se da ação da justiça, verbalizando para que os policiais saíssem do local, além de proferir palavras ofensivas e ameaçar a integridade física da Oficial de Justiça e dos policiais militares com o uso de uma barra de ferro. Logo, um dos policiais, no intuito de se defender de ataque, foi atingido pela barra a qual ocasionou uma fratura em seu braço.

As agressões continuaram com clara intenção de atentar contra a vida e integridade física dos policiais e da Oficial de Justiça. Deste modo, foi necessário efetuar disparos de arma de fogo para revidar a injusta agressão e salvaguardar suas vidas. O cidadão foi atingido por disparos de arma de fogo, prontamente socorrido, porém veio a óbito. O policial militar que teve o braço fraturado também foi devidamente socorrido, a Oficial de Justiça, Julliana, não foi atingida fisicamente. (DEZ, 2022)

Fonte: InfoJus Brasil, com informações do Sindojus-GO.

GOIÂNIA

Mandado de desocupação: oficiala de Justiça quase queimada

A desocupação de uma casa, construída em área pública, onde vivia Edemilson Borges Magalhães, na Chácara do Governador, quase se transformou em tragédia ontem. Edemilson jogou gasolina na oficiala de Justiça Marileila Oliveira, espalhou o combustível no imóvel e ameaçou atear fogo na casa, onde também estavam sua esposa, Roseny Gonçalves Santos, e o filho adolescente, Welington Santos. Muito nervoso, Edemilson disse que só sairia do imóvel morto. A oficiala Marileila conseguiu sair do imóvel. Edemilson se armou com três coquetéis molotov, gasolina e botijão de gás e ameaçou incendiar tudo. Cerca de 50 policiais militares e quatro unidades do Corpo de Bombeiros foram mobilizados. Depois de tensas negociações, que duraram das 8 até às 13 horas, o homem saiu do imóvel em companhia do promotor Maurício Nardini.

Imediatamente, servidores da prefeitura começaram a remover os pertences da família. A casa de Edemilson ocupava parte da área onde foi instalado o Parque Bougainville. Segundo o advogado da Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma), Rodrigo Costa, Edemilson havia se comprometido a sair do lote no dia anterior. A esposa de Edemilson foi ao Residencial Senador Albino Boaventura para ver que a prefeitura conseguiu uma casa para a família. De volta ao imóvel, Roseny conversou com o esposo, que, finalmente, resolveu sair.

Uma filha de Edemilson, Edmeire Gonçalves, que não mora com ele, disse que o pai estava muito nervoso porque não concordava com a brusca retirada: “Ele levou 29 anos para construir esse imóvel. Se tivessem dado mais tempo para tirar suas coisas, ele sairia de boa.” O presidente da Amma, Clarismino Júnior, disse que os outros moradores que ocupavam a área pública já estão felizes, morando em uma residência digna: “Ele se recusou a cumprir uma ordem judicial alegando que a casa que a prefeitura oferece não é compatível com esta, mas o poder público não pode responder a interesses individuais.”

A oficial disse que passou momentos de grande perigo dentro da casa de Edemilson. “Ele jogou muita gasolina em mim. Mandou o filho espalhar nas roupas e chegou a jogar o combustível na mulher. “Achei que iria morrer”. Marileila disse que tudo estava em aparente calma e, de repente, foi agarrada pelas costas por Edemilson.” (JUL, 2011)

Fonte: Fojebra

GOIÂNIA

Intimação: porteiro submete oficial de Justiça a cárcere privado

PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS. CERTIDÃO. Em complemento à certidão de fls. 20, lavrada em 13 de Março de 2008, CERTIFICO E DOU FÉ que, no dia 3/4/2008, às 14h40min, dirigi-me à Superintendência da Polícia Federal e, aí estando, procedi à ENTREGA da 2ª via do Ofício nº 905/2008 (12ª Vara). Nos dias 7 e 14/4, retornei à SPF, mas os agentes da polícia federal que me acompanhariam na próxima diligência ainda não tinham sido designados. No dia 16/4, às 14 horas, da Polícia Federal, na companhia dos Agentes Daniel, Leoney e Winston, dirigimo-nos ao endereço constante no mandado, e aí estando, às 14h20min, encontramos o porteiro que incorreu nas infrações penais descritas na certidão de fls. 20.

Este porteiro abriu o primeiro portão e veio até o segundo falar conosco, quando, após devidamente nos identificarmos, lhe ordenamos que abrisse o portão, a fim de que fosse cumprida a ordem judicial determinada neste mandado.

Ato contínuo, o porteiro recusando-se a abrir o segundo portão, recuou e fechou também o primeiro portão, quando, então, os agentes, dando-lhe voz de prisão, determinaram que abrisse os portões. Porém, o porteiro dirigiu-se ao interfone e, para evitar que este seu ato inviabilizasse novamente a intimação determinada, os agentes pularam a grade e imobilizaram o porteiro.

Em seguida, dirigi-me ao apartamento 402, mas não encontrei a executada, bem como informamos à síndica porteiro seria encaminhado à SPF preso em flagrante. Às 15h30min, na superintendência, o porteiro declarou-me que a executada estava no prédio.

No dia 17/4, retornei ao endereço constante no mandado, e aí estando, fui informado por outro porteiro que a executada havia saído, bem como que ela tentou convencê-lo a mentir aos oficiais de Justiça que a procurasse. No dia seguinte, às 9 horas, retornei ao edifício, mas, novamente, não encontrei a executada.

Ali, diante dos atos de ocultação já praticados pela executada, INTIMEI os porteiros, bem como a síndica de que no dia útil próximo, ou seja, na próxima terça-feira, às 11 horas, eu voltaria, a fim de efetuar a intimação determinada. Felizmente, ainda no dia 18/4, após contato telefônico prévio, dirigi-me à residência da irmã da executada, sito no, Jardim Goiás, nesta Capital, e aí estando, INTIMEI-A dos termos deste mandado, ficando ela de tudo ciente, apondo sua assinatura no seu anverso, recebendo a contrafé e cópia anexa. Na oportunidade, a intimada apresentou-me cópia de um requerimento e de um termo de compromisso, que seguem anexos. Em assim sendo, devolvo o presente mandado, para os fins de direito. Goiânia, 22 de Abril de 2008. Fábio de Paula Santos. Oficial de Justiça Avaliador. (ABR, 2008)

Fonte: Processo nº 2006.2809-4

GOIÂNIA

Oficial de Justiça fica sob a mira de revólver ao cumprir mandado em Goiânia

O oficial de Justiça avaliador federal João Alves Neto, lotado na Seção Judiciária de Goiás da Justiça Federal (JF), foi assaltado, no dia 30 de setembro, no Setor Novo Mundo, em Goiânia, enquanto cumpria mandado de averiguação em uma casa da região. Segundo João Alves, o crime ocorreu no final da tarde, quando o suspeito, armado com revólver calibre 38, se aproximou do servidor e anunciou o assalto. Apesar da violência a qual o oficial de Justiça foi submetido, ele saiu ileso e cumpriu aquele mandado judicial. João Alves acionou a polícia e registrou boletim de ocorrência. O servidor alerta para a insegurança sob a qual trabalham os oficiais de Justiça. “Essa não é uma agressão comum e pode ocorrer com qualquer pessoa.

Ocorreu, dessa vez, com servidor que cumpria ordem judicial em uma das áreas mais perigosas de Goiânia.” João Alves reforça a necessidade de concessão de porte de arma para oficiais de Justiça. “Policiais federais e estaduais trabalham armados, em equipe e de surpresa. Nós, oficiais de Justiça, comparecemos sozinhos, desarmados e com o criminoso ciente que será procurado por nós a qualquer hora.” O oficial de Justiça cobra investimento na segurança de profissionais da categoria. “Precisamos de respaldo da administração, para o fornecimento de cursos de defesa pessoal, direção defensiva, curso de tiro e coletes balísticos. Nós já solicitamos isso, mas ainda não fomos atendidos”, conclui. (OUT, 2014)

Fonte: Assessoria de Comunicação da ASSOJAF-GO | Ampli Comunicação

GOIÂNIA

Oficial de Justiça é vítima de assalto

O Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça do Estado de Goiás (SINDJUSTIÇA) se solidariza com o oficial de Justiça Jovelino Francisco Soares em razão do ato de violência do qual fora vítima na semana passada. O servidor teve a motocicleta roubada no exercício da função, enquanto cumpria um mandado judicial. Jovelino é mais uma vítima dos crimes de furto e roubo, que avançam de forma acelerada em Goiânia e em Goiás, conforme mostrou reportagem da TV Anhanguera nesta segunda-feira (17). Um dos casos retratados na reportagem foi o do oficial de Justiça. Jovelino conta que ao chegar à residência onde cumpriria o mandado judicial, foi abordado por um homem que exigiu que ele entregasse a chave da moto.

Mesmo sem reagir, o assaltante ainda deixou marcas da violência no peito do servidor. “Quando me virei, só senti a pancada”, relata o oficial de Justiça à reportagem. Segundo as estatísticas da Polícia Civil, nos primeiros cinco meses deste ano foram registrados só na capital 18,6 mil casos de roubo e furto, média de 124 casos por dia; 5 por hora. No Estado, este número salta para 43,7 mil, média de 12 por hora. O SINDJUSTIÇA reforça a necessidade de se estabelecer em Goiás uma política eficiente de combate à criminalidade. Os números crescentes da violência no Estado expõem, todos os dias, cidadãos de bem a medo e terror. (JUN, 2017)

Fonte: Assessoria de Comunicação do SINDJUSTIÇA

LUZIÂNIA

Oficial de Justiça é assaltado quando cumpria mandado

O oficial de Justiça Rodolfo Acelino, do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), teve sua motocicleta roubada enquanto cumpria mandados no bairro Jardim Zuleika, na cidade de Luziânia (GO), na tarde desta segunda-feira (20). Rodolfo Acelino desceu da moto para cumprir um mandado e foi abordado por dois assaltantes e sob a mira de um revólver foi obrigado a entregar a motocicleta. (MAI, 2013)

Fonte: Infojus Brasil

GOIÂNIA

Oficial de Justiça sob a mira de revólver ao cumprir mandado em área de risco

Crime reforça estatística de violência contra categoria e reabre discussão sobre necessidade de aprovação do porte de arma de fogo para estes servidores.

O diretor Jurídico e de Acompanhamento Político-Legislativo da Associação dos oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de Goiás (ASSOJAF-GO), oficial de Justiça Fábio de Paula Santos, foi assaltado, na manhã desta terça-feira (11), enquanto cumpria um mandado de citação no Setor Parque Oeste Industrial, em Goiânia, na

saída para o município de Guapó. O crime ocorreu na recepção de uma empresa localizada em endereço para o qual Fábio se dirigiu para efetuar a diligência. O diretor da ASSOJAF-GO teve aparelho celular, dinheiro e até a aliança de casamento roubados. Apesar do ato de extrema violência, Fábio saiu ileso e passa bem. O crime, entretanto, reforça a estatística de violências praticadas contra oficiais de Justiça no exercício da atividade e reabre a discussão sobre a necessidade de aprovação do porte de arma de fogo para a categoria.

A agressão sofrida por Fábio constará no próprio relatório atualizado e mantido pela ASSOJAF-GO, com casos de violências registrados contra oficiais de Justiça no cumprimento de mandados judiciais. Consulte o levantamento aqui. Fábio, que já foi submetido a cárcere privado e desacatado em diversas ocasiões durante o trabalho, disse que o bandido portava um revólver calibre 38 e, antes de anunciar o assalto, estava parado na recepção do estabelecimento. Segundo o oficial de Justiça, o suspeito sacou a arma e encurralou, também, dois funcionários da empresa. “Imediatamente, ele gritou para que eu encostasse na parede. Naquele momento, cheguei a pensar que se tratava de uma agressão de algum empregado da empresa que eu procurava.” Em seguida, o assaltante ordenou que as três vítimas se posicionassem em um dos cantos da sala. “Com a arma em punho, apontada para nós, ele pediu nossos celulares, carteiras e minha aliança de casamento.”

Com receio de que o criminoso descobrisse sua identidade funcional, Fábio pediu para ficar com a carteira, alegando querer preservar os documentos e fotos das filhas. “Outro receio meu era que ele abrisse minha pasta de mandados e percebesse que sou oficial de Justiça”, disse o diretor da ASSOJAF-GO. De acordo com Fábio, o bandido fez novas ameaças antes de sair, dizendo que mataria os três, caso saíssem do estabelecimento antes de sua fuga. A Polícia Militar foi acionada e chegou ao local cerca de 30 minutos depois.

Comerciantes vizinhos disseram a Fábio que os assaltos na região são frequentes, sendo eles, também, vítimas de roubo. Ain-

da nesta terça-feira, Fábio tentou registrar ocorrência no 15º Distrito Policial de Goiânia, mas a policial encarregada do trabalho estava no horário de almoço. “A nossa atividade de risco decorre de cumprirmos mandados em áreas violentas, como periferias, favelas, zonas rurais. Para atuar nestas áreas, nem mesmo porte de arma possuímos, enquanto os juízes e os agentes de segurança dos tribunais têm este direito garantido para a preservação de suas integridades físicas dentro destes órgãos”, declarou Fábio. (MAR, 2013)

Fonte: Assessoria de Comunicação da ASSOJAF-GO | Ampli Comunicação

APARECIDA DE GOIÂNIA

Oficial de Justiça é vítima de atentado ao cumprir mandado na casa de homem ‘nervoso’

Enquanto dava prosseguimento em um simples mandado de busca e apreensão de um veículo em Aparecida de Goiânia, um Oficial de Justiça acabou sendo vítima de ameaças, tentativa de homicídio e teve o próprio automóvel avariado.

Tudo aconteceu nesta sexta-feira (26), quando o agente se deslocou até o bairro Jardim Imperial, para dar cumprimento à determinação judicial, referente a um automóvel de modelo Renault Duster.

Porém, ao chegar no local, enquanto aguardava pelo apoio – ainda dentro do próprio carro – foi surpreendido pelo agressor, que é esposo da proprietária do veículo que seria apreendido e teria começado a discutir veementemente com ele.

Após isso, o suspeito então entrou no carro, colidiu contra

o portão da residência e, em seguida, repetidas vezes contra o automóvel do próprio Oficial de Justiça.

Logo em seguida, o indivíduo saiu do Renault, portando uma arma branca e tentou arrombar o vidro da porta do oficial, afirmando que iria matá-lo.

Não tendo êxito, o suspeito então retornou ao próprio veículo e fugiu do local. A vítima chegou a tentar persegui-lo, porém não conseguiu acompanhá-lo.

Ele, agora, irá responder por dano ao patrimônio, ameaça e também tentativa de homicídio. (AGO, 2024)

Fonte: Portal 6

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE

Oficial de Justiça é atropelado e tem perna amputada

Um oficial de Justiça de 52 anos foi atropelado e teve a perna esquerda amputada no bairro Paulo Coelho Machado, em Campo Grande. A condutora do veículo conversou com a vítima e depois saiu sem prestar socorro. Agora ele procura a mulher. (SET, 2013)

Fonte: TV SBT/MS

IGUATEMI

Busca e apreensão: líder de sem-terra ameaça oficial de Justiça

O líder sem-terra Leocídio Munhol de Oliveira, o “Léo”, de 32 anos está sendo acusado de ameaçar várias pessoas de morte, entre elas, um juiz e um oficial de Justiça em Iguatemi. O delegado titular de Polícia Civil de Iguatemi, Valter Guelssi, instaurou inquérito para apurar supostas ameaças de morte proferidas de dentro da cadeia por um líder de acampamento sem-terra contra o juiz e um oficial de Justiça da Comarca. Leocídio Munhol de Oliveira, que segundo a polícia já responde a processo por dupla tentativa de homicídio, ameaça, desacato e desobediência à ordem judicial, foi preso no dia 20 de maio deste ano por posse ilegal de munição.

Na ocasião, em vistoria na residência do acusado, durante cumprimento de mandado de busca e apreensão expedido pela Justiça, a Polícia Civil encontrou, dentro de uma mochila, oito munições calibre 38mm e cinco mu-

nições calibre 357, além de um rifle de pressão, calibre 5,5 milímetros. Dias ante da prisão Léo e outros dois líderes sem-terra já haviam sido indiciados sob acusação de desobediência à ordem judicial, desacato e ameaça contra um oficial de Justiça.

Segundo a Polícia Civil, sem-terras ligados ao movimento liderado por Leocídio Munhol teriam montado acampamento na entrada da Fazenda Cachoeira Bonita em Iguatemi. Ao notificar os líderes sem-terra sobre um “interdito proibitório” assinado pelo juiz Titular da Comarca local, Dr. Eduardo Lacerda Trevisan, determinando que o grupo deveria permanecer afastado pelo menos 200 metros da entrada da fazenda, o oficial de Justiça, Kamel El Kadri teria sido ameaçado pelos líderes do grupo, inclusive por Léo, que teria dito que “ordem judicial não tinha valor algum” perante seu movimento, um dos motivos que legou a instauração de um procedimento contra os acusados por desacato e desobediência à ordem judicial.

O grupo deixou a frente da citada fazenda na manhã do dia 20 de maio, após uma operação policial montada pela Cigcoe (Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais) de Mato Grosso do Sul para o cumprimento da determinação judicial. A ameaça contra o magistrado e contra o oficial de Justiça, Kamel El Kadri, chegou ao conhecimento de Dr. Eduardo Trevisan através de outros presos e imediatamente o Juiz determinou a Polícia Civil a instauração de procedimento para apurar o caso.

Segundo o delegado responsável pelas investigações, Valter Guelssi, nas ameaças, que inclusive teriam sido presenciadas pelo vice-prefeito do município de Iguatemi, Darci Thielle, Leocídio Munhol de Oliveira dizia que quanto saísse da cadeia “iria apagar umas seis pessoas”, entre elas o Juiz de Direito da Comarca, Eduardo Lacerda Trevisan e o oficial de Justiça Kamel El Kadri. Em relação à dupla tentativa de homicídio à qual Leocídio Munhol, o “Leo”, responde, segundo a Polícia Civil de Iguatemi, ocorreu quando o líder sem-terra trabalhava como vigia noturno na cidade e atirou contra dois jovens.

Segundo o delegado os rapazes chegaram a ser atingidos pelos disparos, mas sobreviveram. De acordo com a polícia, Léo poderá ser submetido a júri popular por esse crime, já que se trata de atentado contra a vida. (AGO, 2011)

Fonte: Portal Doms

FIGUEIRÃO

Idoso de 69 anos morre em confronto com a polícia após resistir a intimação e ameaçar oficial de Justiça com facão

Um idoso de 69 anos foi morto a tiros na tarde desta terça-feira (19) em confronto com policiais militares após se negar a receber uma intimação judicial e depois ameaçar com um facão o oficial de Justiça que tentava fazer a entrega do documento e a equipe da PM que o acompanhava. O caso ocorreu em uma propriedade rural em Figueirão, a 260 quilômetros de Campo Grande.

Segundo a PM, o oficial de Justiça já havia sido ameaçado pelo idoso em uma tentativa anterior de entrega da intimação e tinha, inclusive, registrado um boletim de ocorrência contra ele. Por isso, para uma nova investida, pediu apoio da PM.

O registro policial aponta que o idoso não somente se recusou novamente a receber a ordem judicial como ainda ameaçou o grupo com uma faca. Apesar da negativa, o oficial deu por recebida a notificação e foi para outra propriedade na região onde ocorria o cumprimento de uma busca e apreensão.

Quando o grupo já estava nesta outra fazenda, o idoso chegou ao local em seu carro e desceu com o facão em uma das mãos. Os militares deram ordem de prisão, mas o pedido foi ignorado. Eles, então, utilizaram contra o homem spray de pimenta e chegaram a fazer um disparo com bala de borracha.

A PM aponta que mesmo assim o idoso não se conteve e continuou a investir contra os policiais, que dispararam um tiro com munição convencional em sua perna. Ferido, se escondeu na casa da fazenda, onde por cerca de 20 minutos os policiais tentaram negociar sua rendição.

Em meio a negociação, o idoso tentou fugir com seu carro, mas não conseguiu, porque os pneus foram furados por tiros disparados pelos policiais.

Ele saiu novamente do carro, novamente com o facão em uma das mãos e portando ainda duas facas e um canivete. Tentou outra investida

contra os militares e acabou sendo atingido por tiros. Caiu no chão, foi desarmado e algemado.

De acordo com a PM, o idoso ainda foi socorrido e levado para o hospital da cidade, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. (DEZ, 2023)

Fonte: G1 Mato Grosso

NOVA ANDRADINA

Advogado preso ameaçou Oficial de Justiça de morte

O advogado Mário Xavier Martins, de 67 anos, preso por um mandado de prisão nesta quinta-feira (16), por ameaça no âmbito da violência doméstica, também deve responder por uma ameaça de morte contra um Oficial de Justiça, de 45 anos, em Nova Andradina.

Conforme apurou o Jornal da Nova, o Oficial de Justiça estava trabalhando e realizando citações pela cidade, quando no final da tarde desta quarta-feira (15), na avenida Eurico Soares de Andrade, próximo da rua José Gomes da Rocha, visualizou Mário Xavier e informou que precisava lhe entregar uma citação, mas o suspeito começou a xingar e ameaçar o serventuário.

“Seu filho da puta, para de me procurar, só não deu um tiro na sua cara agora, porque meu revólver não está aqui?”, teria dito Mário Xavier ao Oficial de Justiça.

A reportagem ainda apurou que o Oficial de Justiça tentou ao menos seis vezes citar Mário Xavier, desde o último dia 13, somente ontem, foram três vezes.

Em uma das vezes, o Oficial foi até a residência de Mário Xavier, havendo suspeita de pessoas no local como vozes e luzes acesas, mas não

era atendido. Na última diligência, poucos metros antes de chegar ao local, o serventuário visualizou o réu saindo da garagem de sua casa, sendo acompanhado até o destino que seguia.

Ao parar nas proximidades da empresa Sobreira Materiais para Construção, ainda dentro do veículo, o Oficial informou que lhe precisava entregar um mandado de citação, quando houve os insultos e a ameaça.

Diante da ameaça contra a segurança pessoal do serventuário, envolvendo a preservação da vida humana e da dignidade da Justiça, ele suspendeu as diligências e registrou um boletim de ocorrência contra Mário Xavier.

E, hoje, ao ir até a Delegacia de Polícia registrar uma ocorrência, Mario Xavier ficou detido devido ao mandado de prisão de ameaça mediante a violência doméstica, que foi expedido em abril passado.

Ele foi levado até o Poder Judiciário e posteriormente liberado. O Jornal da Nova tentou contato com Mário Xavier, mas sem sucesso. (MAI, 2024)

Fonte: Jornal Nova Era

LUCAS

Busca e apreensão: oficial de Justiça é quase atropelado em diligência

Era para ser mais um dia normal de trabalho para um oficial de Justiça da comarca de Lucas, que realizava uma diligência onde apresentaria uma Certidão de Busca e Apreensão de uma camionete Hilux SW4 preta. O reclamado não concordou com a presença do oficial em sua residência, no bairro Alvorada e passou a ofendê-lo, como também outro homem que o acompanhava. A polícia militar foi solicitada, mas o homem teria entrado em sua caminhonete e dado partida. Depois de sair em disparada, o veículo derrubou o portão em frente à residência e seguiu na direção do oficial de Justiça, que teve que se desviar para não ser atingido pela caminhonete.

O veículo em que estavam o oficial e seu colega chegou a ser atingido, e até mesmo o oficial da Polícia Militar, que comandava a guarnição foi ofendido verbalmente pelo homem, que saiu em alta velocidade do local. Depois de uma perseguição ao homem e seu veículo, para não oferecer riscos aos ocupantes das vias públicas, a guarnição da PM voltou para a residência do homem, e o encontrou por lá, descarregando a caminhonete. Foi dada voz de prisão ao homem, que foi conduzido ao quartel da Polícia Militar, onde foi confeccionado o Boletim de Ocorrência, e anexada cópia do documento portado pelo oficial de Justiça, que apesar do susto, não sofreu nenhuma lesão. (JUL, 2013)

Fonte: www.leialucas.com.br

CAMPO VERDE

Intimação: acusado agride oficial de Justiça com garrafa, taco e bola de sinuca

Mantida a prisão de acusado de agredir oficial de Justiça. A Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso negou o Habeas Corpus com pedido de liminar no 58735/2009, impetrado por um acusado de lesão corporal praticado contra um oficial de Justiça, que estaria com uma citação a ser entregue a ele referente a outro crime.

Consta dos registros do acusado duas condenações, além de processos em tramitação por receptação de defensivos agrícolas, porte de armas e mais de 24 registros criminais. A decisão foi unânime, proferida pelos votos da juíza substituta de Segundo Grau, Graciema Ribeiro de Caravellas (relatora), e pelos Desembargadores Paulo Inácio Dias Lessa (primeiro vogal) e Rui Ramos Ribeiro (segundo vogal).

A defesa sustentou constrangimento ilegal praticado pelo Juízo da Segunda Vara da Comarca de Campo Verde (distante 131 km ao sul da Capital) pelo fato do acusado estar preso desde maio deste ano por força de prisão preventiva decorrente da suposta prática dos crimes de lesão corporal e ameaça (artigos 129 e 147 do Código Penal) praticados contra um oficial de Justiça. Destacou que o paciente responde a três ações penais na comarca, mas que nenhuma delas teve trânsito em julgado. Concluiu aludindo ocupação lícita, residência fixa e família constituída.

A relatora do recurso observou nos autos depoimento da vítima de que o impetrante chegou a um bar onde estava, ameaçando matar o oficial por causa de uma intimação e o agrediu com uma garrafa de vidro, quebrou um taco de sinuca na cabeça e jogou a bola de sinuca também contra o rosto, deixando inúmeros hematomas.

Constatou que havia uma condenação do impetrante a um ano de detenção pelo crime de posse ilegal de arma de fogo, a três anos de detenção por falsidade ideológica, sendo ainda denunciado por

receptação de produtos de roubo; além de responder a dois inquéritos policiais que apuram os crimes de lesão corporal, ameaça e desacato e a acusação de furto qualificado mediante abuso de confiança; receptação dolosa, crime contra a ordem econômica e posse ilegal de arma de fogo.

Destacou ainda a magistrada que o impetrante tinha outro decreto de prisão preventiva pela acusação de receptação de defensivos agrícolas, sendo que apenas 20 dias após sua revogação voltou a delinquir, ofendendo a integridade física e moral do oficial de Justiça, que havia lavrado uma certidão de citação do acusado, fugindo em seguida.

Destacou a magistrada que, entre os registros do acusado, constam 12 cartas precatórias oriundas da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, onde o acusado responde a uma ação penal, além de outra precatória oriunda da Comarca de Dom Aquino, referente a crime de ameaça contra o diretor da Cadeia Pública local. Os julgadores justificaram a preservação da ordem pública e da regular aplicação da lei penal para a manutenção da prisão do paciente. (JUL, 2011)

Fonte: Olhar Direto / Assessoria/TJMT

BRASNORTE

Medidas protetivas: homem ameaça oficial e acaba preso

Um homem foi preso em flagrante por desacato e resistência durante a entrega de uma decisão judicial de medidas protetivas, concedidas em favor de sua companheira. A ocorrência aconteceu em Brasnorte (579 a Noroeste).

O acusado Jurandir Ferreira Agüero, de 29 anos, foi preso por policiais civis da Delegacia de Brasnorte que acompanhavam o oficial de Justiça na entrega da decisão judicial. Ao ser informado dos termos da medida judicial, o acusado inconformado, arrancou da mão do oficial e rasgou a notificação e ainda agrediu verbalmente os policiais. Segundo a companheira de Jurandir, ele é muito violento e com frequência quebra os móveis da casa.

A vítima relatou ainda que o acusado, em mais um ato de crueldade, matou seu cachorro de estimação com golpes de martelo, pelo fato da companheira estar dando banho no animal e o almoço não estar pronto. A prisão foi realizada em seguida, quando o acusado, ainda fora de controle, pegou duas marretas de ferro com a intenção de agredir os policiais e o oficial de Justiça.

Para conter o agressor foi necessário um disparo com a arma de fogo que atingiu de raspão a perna do acusado. Ele foi autuado em flagrante por desacato e resistência na Delegacia de Brasnorte e posteriormente encaminhado a Cadeia Pública local. (ABR, 2013)

Fonte: Diário de Cuiabá

CUIABÁ

Penhora: oficiais de Justiça assaltados durante diligência

Dois oficiais de Justiça, Washington Del Pintor e Sandra Rezende Vieira, sofreram uma tentativa de assalto no domingo à noite, ao executarem ordem judicial para penhorar parte da renda da partida de futebol entre Mixto e Cuiabá, realizada no Estádio Presidente Dutra, o Dutrinha.

Por volta das 21h30, quando entraram no carro para ir embora, foram surpreendidos pelo assaltante, e o episódio só não acabou em

tragédia porque o ladrão não atirou, limitando-se a golpear o carro com o revólver. As coronhadas arrebentaram os vidros, e os estilhaços atingiram o motorista, Rafael Vieira. Mas havia um policial à paisana nas imediações, que percebeu, a tempo, o que estava acontecendo.

O bandido ainda conseguiu escapar, mas foi preso logo em seguida. E não ficou apenas nisso. Os problemas prosseguiram. Eles contaram que tinham ido diretamente à Delegacia Judiciária registrar a ocorrência e tiveram que se dirigir ao Centro Integrado de Segurança e Cidadania do bairro Planalto, onde permaneceram até às 3 horas da madrugada, fornecendo informações para que fosse lavrado o flagrante.

Washington e Sandra decidiram solicitar ao Tribunal o fim das arriscadas diligências de penhora de dinheiro em “boca de caixa”. Para eles, a tentativa de assalto deve servir de alerta ao Tribunal. “Esperamos que o TRT-23 finalmente tome providências, porque se continuarem esperando ainda irá acontecer uma tragédia, e aí será tarde demais”, afirma Washington. “Discutiremos os nossos direitos, chamando em causa até mesmo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), se for o caso”, declara.

O Tribunal, conforme explicou, deve buscar alternativas para esse tipo de penhora, que não exponham a vida dos oficiais de Justiça. Ele sugere, por exemplo, que se tente trabalhar com o bloqueio do dinheiro, em que os oficiais de Justiça tivessem que buscar apenas o boletim financeiro para ser apresentado ao Juiz.

“Este tipo de diligência que fazemos hoje pode até ser eficiente, mas expõe demais os oficiais de Justiça, mesmo quando atuam com escolta policial”, observa Washington, acrescentando que muitas vezes o mandado de penhora chega aos oficiais de Justiça sem um ofício autorizando a solicitação de acompanhamento policial. “Tem também o fato que a Polícia muitas vezes está empenhada naquele momento, e não dá para esperar”, lembra o oficial Federal.

E ele destaca que, por mais cautela que os Oficiais de Justiça possam adotar durante uma penhora de dinheiro, há sempre alguém que percebe o que estão transportando, e que quando o boato chega aos malandros eles se organizam e ficam aguardando do lado de fora dos locais. “Depois de algum tempo, os Oficiais de Justiça acabam se

tornando conhecidos, e isso aumenta os riscos”.

Por sua vez, a oficiala de Justiça Sandra Vieira considera que somente em casos de última instância, quando próprio não tiver outra solução, o Tribunal deveria mandá-los para a realização de uma penhora de valores na “boca de caixa”. Porém, conforme frisou, ainda assim com todo aparato de segurança, em que a Polícia acompanhasse o oficial de Justiça inclusive no retorno à sua residência. (ABR, 2011)

Fonte: JusBrasil

VÁRZEA GRANDE

Oficiala de Justiça é assaltada cumprindo mandados

A oficial de Justiça Edna Aparecida Carbonera, 45 anos, foi assaltada na tarde da última quarta-feira (17.12) enquanto cumpria uma intimação na rua 29, no bairro Jardim Itororó, em Várzea Grande (MT). Conforme Boletim de Ocorrência, Edna foi rendida pelas costas por um homem armado, e que estava a pé. Ele pediu a chave do veículo e mandou que ela não olhasse para trás.

Além do veículo, o homem roubou um celular, documentos pessoais, identidade funcional, R\$ 200 reais em dinheiro, uma bolsa contendo mais de 50 mandados judiciais, um livro de protocolo, pasta com mapas, e chaves de sua residência. O local não possui câmeras de segurança e até o momento o homem, que segundo as descrições da oficiala é magro e tem estatuto mediana, ainda não foi localizado e preso. (DEZ, 2014)

Fonte: Assessoria Sindojus/MT

SORRISO

Oficial de justiça tenta cumprir mandado de busca e apreensão de camionete e acaba agredido por proprietário que foge com o veículo

Nesta sexta-feira, 05, um oficial de justiça compareceu a Delegacia de Polícia Civil em Sorriso para registrar um boletim de ocorrência de agressão física no exercício de suas funções.

Segundo o servidor do judiciário, ele deu cumprimento a um mandado de busca e apreensão de uma camionete modelo HILUX e chamou um colega de serviço para dar apoio na missão.

Eles localizaram a caminhonete estacionada na Rua Mário Lago no Jardim Liberdade, quando um homem se aproximou identificando-se como dono do carro e neste momento o oficial o notificou da busca e apreensão do veículo.

O homem então jogou a chave do veículo para um amigo não identificado que estava próximo, este amigo empurrou o oficial, entrou no veículo e fugiu. Agora a Polícia Civil deverá fazer diligências para encontrar a camionete e finalmente dar cumprimento ao mandado. (ABR, 2024)

Fonte: Power Mix

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA

Intimações: oficiala é assassinada com tiro na cabeça

O crime ocorreu às há 13 deste sábado. Terezinha Vieira de Sousa, 51 anos, dirigia um Corsa (JGH-7910) e entregava intimações em várias casas da cidade quando foi abordada por quatro assaltantes em Samambaia. Ela reagiu, foi atingida na cabeça e morreu na hora. Até às 15h15, o corpo ainda permanecia dentro do carro aguardando perícia. Um dos quatro homens já foi identificado pela polícia. Testemunhas disseram que eles ainda tentaram roubar o carro, mas não conseguiram pela presença de várias pessoas próximas ao local.

O Centro de Informações da PM disse que Terezinha entregava intimação a uma pessoa que cumpre prisão domiciliar e responde a vários processos. O 11º Batalhão da Polícia Militar organizou todo o pessoal para procurar o bandido. Enquanto um helicóptero sobrevoava o matagal, PMs faziam busca nas quadras. Os policiais prenderam primeiro o dono da arma usada no assassinato. Logo depois, o assassino, Paulo Renê Alves Sampaio, de 20 anos, foi preso em casa, na quadra 613 de Samambaia, perto do local do crime. O assassino chegou a ser visto pelos policiais no início da perseguição, mas não tinha sido identificado. “Nós puxamos a Polinter dele e não constava nada. Deixamos ele dentro de casa. Ao chegar à viatura que tinha a foto da tatuagem do elemento, fizemos o reconhecimento e prendemos ele”, conta o soldado Bayna, da PM.

A Polícia Civil trabalha com duas hipóteses: tentativa de roubo seguida de assassinato ou homicídio. “Provavelmente, de acordo com as investigações, Renê queria roubar o veículo”,

explica o supervisor da Polícia Civil, Marcory Mohn. O presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Distrito Federal não descarta a hipótese de vingança: “Se ele matou por se tratar de uma oficiala de Justiça, ou para roubar o carro eu não sei. A polícia é que vai dizer. Mas que ele sabia que ela era oficiala de Justiça, ele sabia!”, afirma

Denis Lopes. Márcia Biage, colega de Terezinha que esteve no local do crime, conta que desde o ano passado a oficiala tentava trocar a área de trabalho por causa da insegurança na região: “Ela já sentia medo desde novembro do ano passado. Manifestou essa ansiedade eu até me ofereci para trocar, mas acabei sendo removida para Samambaia também”, lembra. Terezinha tinha dois filhos e morava em Taguatinga. Richard de Souza, o mais velho, não acredita que a mãe reagiu a uma tentativa de assalto. “Foi covardia desse cara! Não existe nenhuma possibilidade dela ter reagido. Era uma pessoa muito tranquila, adora o serviço, adora viver”, lamenta.

Protestos marcam o enterro da oficiala de Justiça assassinada. Do lado de fora, um protesto dos colegas de trabalho. Eles exigiram mais segurança. O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal foi ao velório prestar solidariedade. (...) Mesmo assim, não disse o que o TJDF pode fazer para dar mais proteção aos funcionários. “O fato é lamentável. Temos que conhecer a história por inteiro e aguardar a apuração pelas autoridades policiais competentes. Só assim será possível decidir qual orientação vamos dar para essa questão dos Oficiais de Justiça”, disse o Desembargador. O presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do DF, Dênis Lopes, discorda do Desembargador e da versão da polícia de que foi roubo seguido de morte.

Nada da vítima foi levado pelo assassino. Para ele, a morte de Terezinha Souza está ligada ao trabalho que ela fazia. “Nós não temos segurança para trabalhar e sem segurança não vamos trabalhar! O tribunal terá que mudar a sistemática. Vamos ter que trabalhar em grupo, andar armados e contar com apoio efetivo da polícia”, afirmou. O presidente da associação cobra a contratação de novos servidores. O tribunal tem hoje apenas 442 Oficiais de Justiça para todo do Distrito Federal. Cada um tem de entregar, em média, 200 mandados por mês. Um número considerado alto até pelo diretor do Serviço de Distribuição de Mandados do Tribunal de Justiça, Nery Silva: “A média

que cada oficial deveria cumprir é de no máximo 80 mandados. Nós temos uma demanda de quase 200. É uma sobrecarga”, admite.

Os oficiais de Justiça pedem ainda a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um projeto que autorize o porte de armas para a categoria. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados. Se aprovada, vai alterar o Estatuto do Desarmamento. “Nós defendemos não só o porte de armas. Defendemos que exista segurança efetiva no cumprimento das ordens judiciais. Se os oficiais deixarem de entregar os mandados, a Justiça para!”, ressalta o oficial de Justiça Alexandre Mesquita. Os oficiais de Justiça vão apresentar uma pauta de reivindicações ao presidente do Tribunal de Justiça do DF, Desembargador Lécio Rezende. (MAI, 2006)

Fonte: Grupo de discussão Yahoo

SOBRADINHO

Oficial de Justiça desacatado ao cumprir intimação

Incidente ocorreu em julho de 2013, quando o servidor entregava uma intimação. Em audiência realizada nesta segunda-feira (8), a juíza do 1º Juizado Criminal de Sobradinho homologou proposta de suspensão condicional feita pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) a um réu que cometeu o crime de desacato (art. 331 do CP) contra oficial de Justiça no exercício da função. Como condição, o acusado terá que doar mercadorias de necessidade à instituição carente.

De acordo com a denúncia, no dia 19 de julho de 2013, o denunciado, com vontade livre e consciente, desacatou funcionário público no exercício da função e em função dela. O fato aconteceu

quando a vítima (oficial de Justiça) foi entregar uma intimação e uma citação ao denunciado, que se recusou a recebê-las. Ao contínuo, começou a agredir o oficial com insultos e xingamentos, fazendo uso de palavras de baixo calão.

Considerando que o réu preenche os requisitos objetivos e subjetivos para a concessão da suspensão condicional do processo, conforme prevê o artigo 89, § 1º da Lei 9.099/95, o Ministério Público ofereceu proposta nesse sentido, desde que o réu se comprometesse a doar à comunidade uma prestação pecuniária no valor de R\$ 1.000,00 – a ser paga em três parcelas mensais e consecutivas -, que deverá ser entregue em mercadorias que atendam à necessidade de instituição indicada pelo MPDFT.

Ainda como condição para a suspensão do processo, o denunciado deverá comparecer pessoalmente ao Juizado, a cada seis meses, durante todo o período de prova (2 anos), para informar e justificar suas atividades. Uma vez que o denunciado aceitou a proposta, a magistrada acolheu o pedido ministerial e suspendeu o curso do processo em relação ao crime cometido, advertindo o acusado de que, caso venha a ser processado por contravenção, no período de prova, ou descumpra quaisquer das condições impostas, a suspensão condicional poderá ser revogada.

Processo: 2013.06.1.013609-9. (SET, 2014)

Fonte: TJDF

SANTA MARIA

Oficiala de Justiça é assaltada ao cumprir mandado de citação

A servidora teve um revólver apontado para a cabeça e o veículo levado pelo assaltante. Na quarta-feira (30/04), por volta das 09:30 horas, uma oficiala de Justiça do TJDFT que se encontrava cumprindo mandados judiciais em Santa Maria/DF, foi surpreendida por um bandido que lhe apontou um revólver para a cabeça e teve seu veículo roubado, um modelo Strada.

A oficial de Justiça, que prefere não ser identificada, disse que tinha acabado de fazer uma diligência na tentativa de cumprir um mandado de citação e quando entrou no veículo para sair do local foi surpreendida pelo assaltante que bateu com o revólver no vidro do carro e exigiu a entrega das chaves. Foi registrada ocorrência na 33ª Delegacia de Polícia de Santa Maria/DF, mas até o momento a polícia não encontrou o veículo e não tem pistas do criminoso. (MAI, 2013)

Fonte: Infojus Brasil

SAMAMBAIA

Oficiala de Justiça é vítima de assalto a mão armada

A oficiala de justiça Tânia, lotada no fórum de Samambaia (DF), cumpria mandados em seu setor, na Quadra 109, no Recanto das Emas-DF, no dia 13 de agosto, por volta das 11 horas, quando foi vítima de assalto por dois homens armados. A oficiala teve que

abandonar todos os seus pertences e mandados para que os bandidos não lhe fizessem nenhum mal. Por sorte ou providência divina os elementos, mesmo após descobrirem que a vítima era serventuária da Justiça, só levaram bens materiais, inclusive o seu carro, liberando-a em seguida.

O fato foi imediatamente registrado na 27ª DP do Recanto das Emas, que ficava nas proximidades do acontecido, tendo tido todo apoio e assistência por parte do delegado e dos policiais civis que estavam de plantão. A oficiala ficou muito abalada com o ataque e ousadia dos bandidos, tanto que não conseguiu mais cumprir seus mandados naquele setor, estando afastada temporariamente por restrições médicas. Tal fato mostra mais uma vez que o oficial de Justiça, em seu ofício de levar a Justiça além dos gabinetes, é um servidor exposto às mais inesperadas situações de perigo, embora, muitos não o reconheçam como exercente de função perigosa. (SET, 2014)

Fonte: Associação dos oficiais de Justiça do DF

PLANALTINA

Mandados criminais: oficial de Justiça é assaltada quando cumpria mandados

Por volta das 22h de sexta-feira, 18/01, policiais civis da 13ª Delegacia de Polícia apreenderam próximo ao Condomínio Cachoeirinha em Planaltina, um veículo VW/Voyage de cor prata, produto de roubo, no Condomínio Nova Colina de Sobradinho. O roubo ocorreu por volta das 11h, no momento em que uma oficiala de Justiça intimava suspeitos de cometerem crimes.

A oficiala de Justiça estava no Condomínio Novo Setor de

Mansões em Nova Colina quando foi rendida por dois indivíduos armados. Os meliantes roubaram o veículo da vítima e fugiram em sentido ignorado. A vítima registrou ocorrência na 13ª DP e policiais civis da SIC/Vio (Seção de Investigação de Crimes Violentos) mostraram várias fotos de suspeitos a fim de que ela identificasse o autor do roubo.

A vítima estava muito nervosa, mas mesmo assim conseguiu identificar algumas fotos. Com as informações prestadas pela vítima os policiais civis seguiram, por volta das 15h, até o endereço do suspeito identificado nas fotos e ao chegarem próximo ao local, depa-
raram com o veículo da vítima abandonado perto do Condomínio Cachoeirinha, em Planaltina, intacto.

Os policiais realizaram campanas no local com objetivo de prender o suspeito do roubo em flagrante, no momento que ele viesse pegar o carro, porém após sete horas de campana, ninguém apareceu e o carro foi apreendido pelos policiais. Os policiais seguiram até a residência do suspeito, com autorização da mãe do menor realizaram buscas no imóvel e não lograram êxito em apreendê-lo, entretanto encontraram dezessete munições de pistola calibre 380 na residência e a mãe assumiu a propriedade das munições. Diante dos fatos a mãe do suspeito, juntamente com as munições e o veículo foram conduzidos a 13ª Delegacia de Polícia para as medidas cabíveis. (JAN, 2013)

Fonte: Informativo Flagrante

BRASÍLIA

Intimações: novo ataque a oficial de Justiça

Menos de três meses após o assassinato de uma oficiala de Justiça em Samambaia, a segurança desses profissionais no Distrito Federal é posta em xeque novamente. Nesta terça-feira, Bruno Américo Carneiro Santos, 28 anos, foi surpreendido por um homem

armado enquanto entregava intimações judiciais no Itapoã, por volta das 13h. O bandido levou o carro, celular, tênis e cartões de crédito do oficial. Ele passa bem, apesar de ter levado coronhadas na cabeça. Américo é oficial de Justiça desde novembro de 2003 e há quase um ano atua na região do Itapoã. Ele foi abordado enquanto entregava a quinta intimação de um total de 30 previstas para o dia. “Foi muito rápido.

A senhora estava assinando o recebimento da intimação quando ele me empurrou, me jogou no chão e mandou que eu ficasse calado”, conta o oficial. Segundo Américo, o homem usava boné e óculos escuros. A 6ª DP (Paranoá) investiga o caso e está à procura do foragido e do carro – um GM Montana, placa JFQ 2774. O oficial relatou que costumava não estender o serviço no Itapoã depois que começava a escurecer. “É uma área muito perigosa. Não creio que eu possa voltar a trabalhar ali”, diz Américo.

Ele acredita na hipótese de ter sido assaltado pelo fato de ser oficial de Justiça. “Ele viu os documentos em cima do carro, o emblema do Tribunal de Justiça e a minha carteira”, justifica. Alerta para o presidente da Associação dos oficiais de Justiça do DF (Aojus/DF), Denis Lopes Franco, a insegurança chega a ser alarmante. “Não temos mais condições de trabalhar”, afirma. Os oficiais utilizam carro e telefones celulares próprios, não são acompanhados por seguranças nem possuem seguro de vida. “Saímos de casa sem saber se iremos voltar. Não temos apoio nenhum.

Além do computador e da impressora, o Tribunal não nos fornece mais nada”, reclama Franco. “Você trabalha no seu carro, utiliza o seu celular, se quiser beber água ou usar o banheiro tem de se virar. É você e Deus nessa aventura diária”, completa. De acordo com Franco, o ideal seria que todos os oficiais de Justiça trabalhassem com colete à prova de bala. “Ou pelo menos que a polícia mapeasse as principais áreas de risco e nos alertasse como é no Rio de Janeiro”, defende o presidente da Aojus/DF.

Para os oficiais, as principais áreas de riscos no DF são, além do Itapoã, algumas quadras da Ceilândia e do Recanto das Emas. O número de intimações também é considerado alto pela categoria. Cada um dos cerca de 400 oficiais de Justiça que atuam no DF cumprem uma média de 150 entregas de mandatos por mês. Depois

da morte da oficiala de Justiça Terezinha Vieira de Souza, 51 anos, em maio passado, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal prometeu propor soluções para garantir a segurança desses profissionais. “Mas não apresentam. Será que vão esperar a situação piorar ainda mais para fazer alguma coisa?”, desabafa Franco, que garante ter sido ameaçado de demissão na época da morte da oficiala por reivindicar mais segurança para a categoria.

A Corregedoria do TJDF informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que medidas para melhorar a segurança dos oficiais de Justiça já estão sendo tomadas desde o ocorrido, em maio. A entrega de mandatos de prisão civis, por exemplo, foi transferida dos oficiais de Justiça para a própria Polícia Civil. Os oficiais também tiveram acesso a um canal direto com os comandantes de polícia das áreas onde atuam. A Corregedoria também adiantou que estuda a possibilidade de promover cursos de defesa pessoal. (AGO, 2006)

Fonte: Aojus/DF

MACAPÁ

Homem tenta intimidar oficial de Justiça ao cumprir reintegração de posse

Com o apoio da Polícia Militar, a Justiça cumpriu na manhã desta terça-feira (3) uma ação de reintegração de posse na comunidade do Goibal, Zona Rural de Macapá. No início da ação as famílias que invadiram a área apresentaram resistência e um homem foi detido por direção perigosa. Ele tentava intimidar a PM e os oficiais de Justiça, segundo afirmou a polícia. É a segunda vez que a área é ocupada ilegalmente.

Dessa vez os invasores chegaram a erguer barracos. Conforme informou a polícia, eles estavam no terreno há mais de dois meses. Um trator foi utilizado para derrubar as casas. Os moradores alegam que têm direito de permanecer no local, porque a área é de remanescente de quilombo. Segundo a Justiça, o terreno é de propriedade particular e há um mês foi expedido mandado de reintegração de posse. As famílias foram notificadas e tiveram um prazo de 15 dias para sair do local, mas a solicitação não foi atendida. (DEZ, 2013)

Fonte: Rádio CBN Foz do Iguaçu

MANAUS

Homem é preso por agressão contra oficial de Justiça

Um homem, que teve a identidade preservada pela polícia, foi preso em flagrante pelos crimes de resistência e lesão corporal contra uma oficial de justiça que estava cumprindo mandado de busca e apreensão e citação de veículo, da fabricante Renault, modelo Kwid, de cor branca e placa PHY3E45 que estava em poder do suspeito.

De acordo com os policiais, por volta das 16h foram chamados para atender uma ocorrência na rua Miranda Corrêa, bairro São José, Zona Leste de Manaus, onde uma oficial de Justiça que cumpria uma ordem judicial havia sido agredida, ferida na mão esquerda.

No local, os policiais encontraram a oficial ferida e informou que o autor havia fugido no carro que estava apreendido.

Horas depois foi verificado, via GPS do veículo, que o suspeito havia retornado a

sua residência. No local, mais uma vez a oficial de justiça informou ao acusado que seu veículo estava apreendido devido ao mandado de busca.

O homem, junto com a sua mãe, começaram a gritar que ninguém iria retirar o carro do local e proferiram palavras de baixo calão a todos no local. A guarnição precisou usar de força necessária para adentrar a residência para prender o acusado que se escondeu dentro de sua casa.

A mãe do mesmo ainda tentou impedir a ação da polícia, sendo necessário o uso da força para contê-la e realizar a prisão do filho. Após a detenção do acusado, foi solicitado o guincho, pela oficial de justiça, que fez a remoção do veículo apreendido. O caso foi levado para o 14º Distrito Integrado de Polícia (DIP), onde o acusado foi autuado por resistência e lesão corporal. (MAI, 2024)

Fonte: Portal A Crítica

BELÉM

Câmera registra momento em que oficial de Justiça é morto a tiros

As imagens do circuito interno de uma loja, divulgadas nesta segunda-feira (8), registraram o momento em que o carro do oficial de Justiça Ricardo Varjão, morto a tiros na última sexta-feira (5), perde o controle, bate em um carro estacionado e depois colide com uma árvore. O crime ocorreu quando o oficial passava pelo cruzamento da travessa Rui Barbosa com a Avenida Brás de Aguiar, no centro de Belém. Depois da batida é possível ver no vídeo a movimentação no local. Uma testemunha que não quis ser identificada disse que a morte do oficial de Justiça no bairro de Nazaré não teve características de assalto. “Eles foram muito rápidos. Foi questão do rapaz abordar o carro. Desceu da moto, tentou abrir a porta e efetuou os dois disparos”, disse.

De acordo com a polícia, o oficial de Justiça dirigia seu carro na companhia da mulher, do enteado de 10 anos e um amigo quando foi abordado. Eles estavam a caminho de uma pizzaria para lanchar. A polícia continua as buscas para tentar identificar e prender os envolvidos na morte do oficial de Justiça, de 26 anos.

Ricardo foi nomeado para o cargo em setembro do ano passado, foi lotado no polo de Abaetetuba e trabalhava no município de Barcarena. Há pouco mais de um ano entrou para a Guarda de Nossa Senhora de Nazaré.

Para fazer denúncias sobre esse caso basta ligar para o Disque-Denúncia da polícia, número 181. Não é preciso se identificar. (DEZ, 2014)

Fonte: InfoJus Brasil (com informações do G1 Pará)

GOIANÉSIA

Vingança: oficial de Justiça assassinado a pauladas

O oficial de Justiça da Comarca de Goianésia do Pará, Odair José Medeiros de Farias, 35 anos, foi emboscado e cruelmente assassinado a tiros e pauladas por dois comparsas na noite de terça-feira, 7/06, em frente à residência onde morava, na Rua Tiradentes, esquina com a Rua Rio Verde, bairro Rio Verde, em Goianésia do Pará. (JUN, 2008)

Fonte: Amojus

BELÉM

Assalto: estatísticas de assalto contra oficial de Justiça

No último dia 24 de julho de 2008, mais um oficial de Justiça foi vítima de assalto e lesão corporal quando realizava diligência para cumprimento de mandados, em Belém/PA. Antônio Rubens A. Silva, oficial de Justiça lotado no Fórum Criminal da Comarca da Capital, do Poder Judiciário do Estado do Pará, por volta da 10h30min horas do dia 24, na Rua Orquídea, bairro do Tapanã, foi violentamente agredido por dois criminosos armados de revólver calibre 38, os quais subtraíram de forma covarde e violenta alguns bens do patrimônio pessoal do servidor, além de tê-los agredidos com uma coronhada de revólver que resultou em um corte profundo na cabeça. Ao se identificar como oficial de Justiça, os criminosos, além de subtrair seus per-

tences pessoais, subtraíram ainda, 22 mandados judiciais que portava para cumprimento e o crachá de identificação emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado.

O ataque a oficiais de Justiça na Capital do Estado do Pará e em outras Comarcas do Interior tem se tornado uma infeliz rotina vivida por esses servidores, pois como responsáveis pela execução dos mandados judiciais têm o dever de diligenciar em todos os locais e em todas as cidades, por mais perigoso ou longínquo que seja. Em face das dificuldades de acesso, o oficial de Justiça chega até mesmo em lugares que não são cobertos pelos serviços dos Correios.

Fatos como esses são agravados com o descaso e a omissão do Estado. Após ser violentamente agredido, o oficial de Justiça dirigiu-se a Delegacia de Polícia mais próxima e comunicou o fato a Autoridade Policial. Contudo, o delegado de Polícia, em total desrespeito à vítima e ao próprio Poder Judiciário, se limitou a registrar o Boletim de Ocorrência, sem se quer determinar a realização de uma diligência no local para tentar identificar e prender os criminosos, mesmo diante do relato de que mandados judiciais foram subtraídos.

O ataque e a violência praticada contra oficiais de Justiça no exercício da função representam, antes de tudo, uma violência contra a dignidade do servidor e contra o próprio Poder Judiciário, pois é em nome deste que os oficiais de Justiça estão diuturnamente nas ruas, cumprindo e fazendo cumprir as decisões emanadas desse Poder da República. Ora, aquele que leva e aplica a justiça não pode ser vítima de violência, sob pena de inversão dos valores que devem ser observados por uma sociedade minimamente civilizada. Esses criminosos munidos de uma arma de fogo demonstraram ser violentos e perigosos. Imagine agora, portando, além da arma, mandados judiciais e crachá de oficial de Justiça.

De posse desses objetos, estão aptos a entrar em várias residências, em especial, daquelas onde moram as pessoas cujos nomes e endereço constam nos mandados e fazerem vítimas de crimes violentos de diversa natureza, inclusive com a retirada de bens existentes no interior daquelas residências, cujos endereços constam no mandado. Diante do exposto, a ASSOJAF-PA solicita que os moradores de qualquer bairro da cidade, ao ser abordado em sua residência por

alguém se intitulando oficial de Justiça, solicite que esta pessoa apresente sua Carteira de Identificação Funcional ou, ao menos, o crachá de Identificação emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Caso o suposto oficial de Justiça se recuse a apresentar ditos documentos de identificação funcional, chame imediatamente a Polícia, pois muito provavelmente será um daqueles criminosos que fez vítima o oficial de Justiça e, provavelmente, fará o morador e seus familiares de vítima. (AGO, 2008)

Fonte: Assojupa

BELÉM

Presos adolescentes suspeitos de roubar oficial de Justiça

Três adolescentes foram apreendidos nesta segunda-feira (11), em Belém, suspeitos de assaltar um oficial de Justiça, no último sábado (9). Entre os adolescentes estão duas meninas. Um homem que estava no comando da ação também foi preso.

Segundo a polícia, eles levaram o carro do oficial. O caso está sendo investigado pela Seccional De São Braz. (FEV, 2013)

(Fonte: Assojaf-GO)

PAÇO DO LUMIAR

Oficial de Justiça é assaltado enquanto cumpria mandado

O oficial de Justiça Gilberto Kelly Rodrigues Assis, lotado no juizado de Paço do Lumiar, na tarde de ontem (23), por volta das 15h, teve seu veículo um Siena preto de placa OJE 9800, ano 2013 tomado de assalto por quatro homens na Vila Nazaré. O assalto aconteceu quando o oficial na companhia de um técnico judiciário procurava um endereço para cumprimento de mandado judicial foi abordado por quatro homens, sendo que dois deles estavam armados.

“Eles fizeram com que eu parasse o carro no meio da rua e ameaçam atirar em nós dois, depois mandaram a gente descer, deixar as carteiras e os celulares e fugiram no veículo”, contou Gilberto. Após o assalto os servidores se dirigiram a delegacia de Roubos e Furtos e registram um boletim de ocorrência, entretanto até o fechamento desta matéria o carro ainda não foi localizado. Qualquer informação sobre o paradeiro do veículo pode ser repassada pelo telefone 8849-0503. (ABR, 2014)

Fonte: Sindjus-Ma

NOVA OLINDA

Prefeito agride e ameaça oficial de Justiça durante intimação

O prefeito da cidade de Nova Olinda do Maranhão (MA), Delmar Sobrinho, se envolveu mais uma vez em escândalo, no último dia 26 de agosto. A confusão começou quando o juiz Rodrigo Costa Nina mandou o oficial de Justiça de Santa Luzia do Paruá (MA), Fábio Henrique Weba Coutinho, intimar o prefeito em sua casa que, na ocasião, estava dormindo.

De acordo com o boletim de ocorrência registrado, Delmar Sobrinho e seus capangas não teriam gostado da ação e agrediram verbalmente e fisicamente o servidor do Tribunal de Justiça. Fábio Henrique Weba registrou boletim de ocorrência na delegacia relatando a agressão. (SET, 2014)

Fonte: netoferreira.com.br

IMPERATRIZ

Homem é preso após ameaçar oficiais de Justiça durante apreensão de Hillux

Um homem armado foi preso pela Polícia Militar, após ameaçar dois oficiais de Justiça, que estavam cumprindo um mandado de busca e apreensão de uma Hillux, na BR-010, próximo à Avenida JK, no bairro Jardim Tropical, em Imperatriz (MA), no dia 10 de março. Segundo a PM, ele queria impedir que a caminhonete

fosse levada.

Ainda segundo a PM, a guarnição estava em rondas no bairro Vila Lobão quando foi acionada pelas vítimas. O preso estava com a arma na cintura e um dos oficiais de Justiça, que é lutador de artes marciais, conseguiu mobilizar o homem.

A polícia apreendeu a arma e conduziu o homem para a Delegacia de Polícia Civil de Imperatriz. A caminhonete foi levada para o pátio de uma empresa de leilões. (MAR, 2023)

Fonte: InfoJus Brasil, com informações do portal Imperatriz Online

SÃO LUÍS

Oficiala de justiça é recebida a bala ao cumprir ordem judicial

Na tarde de ontem, a oficiala de justiça Antônia Jussilene da Conceição Lima, que atua na Central de Mandados da Comarca da Ilha de São Luís, foi surpreendida com disparos de arma de fogo enquanto tentava cumprir um mandado de busca e apreensão de veículo no conjunto residencial Nova Canaã, em Paço do Lumiar.

Ao lado de seu esposo, Jorge Luís, e do representante do banco exequente, Emerson Araújo, a oficiala de Justiça localizou o veículo estacionado em frente ao endereço indicado.

Após tentar contato com o requerido, a servidora da Justiça deparou-se com uma mulher identificada como Anne, que afirmou ser a proprietária do veículo. Ela alegou ter adquirido o bem aproximadamente sete dias antes em uma concessionária de veículos. Anne informou ainda que seu marido havia saído recentemente, fornecendo o número de telefone dele.

Diante da situação, a oficiala de justiça decidiu prosseguir com

o cumprimento da ordem judicial e recebeu as chaves do carro de Anne. No entanto, enquanto ela retirava seus pertences do automóvel, o marido dela chegou e tentou impedir a ação, ameaçando atacar a agente de justiça e seu esposo. Ambos buscaram refúgio em seu próprio veículo e, ao partir, ouviram disparos de arma de fogo vindos da residência do casal.

A oficiala solicitou imediatamente apoio policial, que prontamente compareceu ao local e deteve o agressor dentro de casa, onde encontraram uma espingarda calibre 12, com um cartucho deflagrado, sem numeração e marca.

Todos os envolvidos foram conduzidos à delegacia de polícia para o registro do boletim de ocorrência e a autuação em flagrante do agressor, que já possuía antecedentes criminais e um processo por violência doméstica em seu nome. (SET. 2023)

Fonte: InfoJus Brasil, com informações do portal O Informante

LAGEADO

Oficial de Justiça morto

Do silêncio do meu reduto Natalense sempre acompanho as notícias aqui postadas. Hoje, ao degustar as últimas letras da mensagem do colega Pedro Aparecido, entalei-me com a resposta postada pelo colega Marinaldo. Em seu manifesto, senti toda a indignação com a morte do colega Vanthieu Ribeiro da Silva, cujo corpo foi encontrado boiando nas águas da Barragem de Lageado-TO.

No final da triste mensagem, o endereço do Sindicato dos Serventuários e Servidores da Justiça do Estado de Tocantins (www.sinsjusto.com.br), onde a matéria foi postada no dia 26/03/2011. Agradeço ao colega Marinaldo pela postagem da sua mensagem e aproveito o ensejo, mais uma vez, para convidar os demais colegas à reflexão...

O que fazer? Exercemos atividade de risco e este é iminente e inerente ao nosso trabalho. Proponho que iniciemos um debate com propostas que visem minimizar os efeitos da insegurança em nosso cotidiano laboral. Não quero aproveitar este espaço para apontar o dedo para nenhuma entidade, mas sugiro que façamos algo logo, antes que mais outro colega seja alvo de violência. Proponho a criação de um fórum de debate sobre esta temática. As ideias podem ser apresentadas, analisadas e concretizadas através de atos institucionais de nossa categoria.

Durante a realização do I Congresso Nacional de nossa categoria, em Belo Horizonte – MG, propus a criação de uma Diretoria de Segurança dentro de nossa Federação, ou, alternativamente, a criação de atribuições de uma determinada diretoria existente, voltadas para o acompanhamento dos casos de violência. Por exem-

plo: neste caso agora do colega Vanthieu, o órgão associativo poderia indicar um membro para acompanhar o caso, desde o desaparecimento do colega, até a conclusão do inquérito policial. Identificado o autor do fato, o acompanhamento deveria ser feito até a conclusão do processo, pressionando o Poder Judiciário pela condenação do culpado. Ao final, deveria ser feito um relatório/dossiê/documento de todo o ocorrido e encaminhado à família da vítima e ao órgão consultivo superior desta entidade. Fiquei muito impressionado com a mobilização das nossas Federações (FENASSOJAF e FOJEBRA) em Brasília, no último dia 23/03. Vamos aproveitar este momento de cooperação mútua e iniciar o debate.

Durante este último evento, também propus a retomada da ideia de participar do programa Profissão Repórter, da Rede Globo e/ou de outra emissora de Televisão. Vamos mostrar a nossa realidade para a Sociedade Brasileira e com isso sensibilizar, com provas, os nossos parlamentares e membros do Poder Judiciário, para esta realidade de insegurança que vivenciamos diariamente em todos os rincões do nosso País. A mesa está posta. Aos familiares e amigos do colega Vanthieu, os nossos sentimentos de solidariedade humana.
Att. Levi Medeiros. (MAR, 2011)

Fonte: Manifestação de Levi Medeiros

GURUPI

Reintegração de posse: índios fazem oficiais de Justiça reféns

O presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Mércio Gomes disse hoje à tarde que é muito grave a atitude dos índios kraô Kanela que fizeram reféns dois oficiais de Justiça em Tocantins. “Isso não é aceitável”, disse. Até agora a pouco Gomes não sabia dizer se o

impasse fora resolvido. Mas, está acompanhando pelas informações de um representante da procuradoria da república e do administrador da FUNAI de Gurupi, Euclides Lopes, que foram hoje para o local.

Os oficiais foram tomados como reféns na madrugada de quinta-feira ao entregarem ordem de reintegração de posse da Fazenda Planeta, na região de Gurupi, a 300 quilômetros de Palmas, invadida pelos índios. Segundo Mércio Gomes, a FUNAI ainda está fazendo estudos na área para determinar se são terras indígenas ou não. (JUL, 2011)

Fonte: Agência Brasil

PALMAS

Mandados de intimação: agressor quer acertar contas com oficial de Justiça

Situações de riscos preocupam os oficiais. Desta vez foi o oficial de Justiça Max Del Bessa, lotado no Fórum da capital. As agressões independem da natureza dos processos. No caso em questão, foi durante o cumprimento de mandado intimação oriundo do Juizado Especial Criminal da Região Norte de Palmas.

O oficial relata que, após dar ciência ao intimando dos termos do mandado, este se recusou a recebê-lo, momento em que foi advertido das consequências da negativa. Em seguida, o intimando passou a ofender com palavras não só oficiais de Justiça, bem como policiais e juízes, ser referindo a estes como “bostas”. Numa ofensa ainda maior, passou a agredir fisicamente o oficial, pedindo para que o mesmo reagisse. Diante da situação de emergência, Max chamou a viatura policial e procedeu a prisão do agressor.

Durante o ato de prisão, Max ainda foi ameaçado por irmãos do agressor, que diziam que depois acertariam as contas com ele. Outro fato lamentável se deu na Delegacia de Polícia, onde após lavrar o Termo Circunstanciado, a autoridade policial liberou o agressor sem qualquer sanção, tendo este saindo das dependências do local sorrindo. O presente relato só evidencia os riscos e dissabores sofridos pelos oficiais de Justiça no desempenho de suas funções. Situações como esta vem evidenciar a periculosidade existente no cumprimento dos atos processuais, pelos “longa manus” dos juízes. (JUL, 2008)

Fonte: Fojebra

CRUZEIRO DO SUL

Polícia prende acusado de matar a tiros oficial de Justiça

Investigadores da Polícia Civil do município de Cruzeiro do Sul (região do Juruá, no Acre) prenderam Wileisson Correia Sampaio, 28 anos. Ele teve a prisão preventiva decretada pela a 1ª Vara do Tribunal do Júri de Rio Branco, decorrente do trabalho investigativo da 4ª Regional (Tucumã). Wileisson é acusado de matar a tiros o funcionário do Tribunal de Justiça do Acre, José da Cruz Rocha, 43, no dia 28 de Abril deste ano, na Rua 7 de Setembro, no conjunto Nova Esperança, bairro Floresta. Os policiais o localizaram na zona, zona rural de Cruzeiro do Sul.

De acordo com o delegado Jarlen Alexandre, responsável pelo inquérito que culminou na prisão do suspeito, três dias depois da morte do oficial de Justiça, a polícia identificou a autoria e descobriu, também, que Wileisson havia fugido da cidade. Com a ajuda de investigadores da Delegacia-Geral de Cruzeiro do Sul, a Polícia Civil conseguiu localizar o acusado.

Duas pessoas teriam testemunhado a morte do servidor do TJ, entre as quais o dono do estabelecimento, onde ocorreu o sinistro. Nos próximos dias, Wileisson deve ser transferido para Rio Branco, onde aguardará o pronunciamento da Justiça. (JUN, 2013)

Fonte: O Rio Branco

ARACAJU

Empresário é preso depois de tentativa de homicídio contra oficial de Justiça

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) de Sergipe divulgou nesta quarta-feira (12) detalhes sobre a prisão do empresário Adilson Silva, suspeito de atentar contra a vida de um oficial de Justiça, na noite de ontem (11). Com ele, a polícia apreendeu três pistolas e munições.

Segundo o delegado Abelardo Inácio, da Delegacia de Turismo (Detur), o oficial de justiça, que teve a identidade preservada, foi até a residência do empresário, em um condomínio fechado no Mosqueiro, sendo ameaçado por Adilson com uma arma de fogo.

“Depois de ser ameaçado, o oficial de Justiça fugiu do local, mas foi perseguido pelo empresário até as proximidades da Praia de Atalaia. Adilson ainda conseguiu alcançar o oficial e chegou a disparar contra ele, mas a munição acabou falhando, e felizmente não feriu o oficial de Justiça”, explicou o delegado.

Após a notificação do crime, e de posse de um mandado de busca e apreensão expedido pela justiça, as equipes da Detur e do Grupo Especial de Repressão e Busca (GERB) seguiram em diligências até a residência do empresário no início da manhã de hoje, flagrando com ele três pistolas calibre 380 e 40 munições.

Diante do flagrante, Adilson foi levado à delegacia e autuado por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo. (ABR, 2017)

Fonte: F5 News

BOA VISTA

Oficial de Justiça é morto a tiros

O servidor de justiça alagoano, Gustavo Barros Normande foi encontrado morto no final da manhã desta terça-feira, 22, no povoado de Boa Vista/BA. O jovem que trabalhava no Fórum Dr. Jonas de Carvalho, na cidade de Jeremoabo, também na Bahia pode ter sido vítima de latrocínio (roubo seguido de morte).

O corpo foi encontrado numa estrada vicinal que liga o povoado Boa Vista, no município de Antas, à BR 110 por volta das 5h00 da manhã com dois tiros nas costas. Os primeiros levantamentos realizados pela polícia baiana apontam que Gustavo pode ter sido vítima de latrocínio por conta das perfurações terem ocorrido nas costas do jovem. Os documentos, celular e chaves não foram encontrados no local. Mas a moto do oficial, uma Honda CBX 300 não foi roubada.

Gustavo era um jovem muito querido pelos colegas de trabalho e pela comunidade, o que deixou a população da região abalada com o acontecimento. O corpo será necropsiado pelo Instituto Médico Legal (IML) de Euclides da Cunha e depois segue para Maceió (AL), cidade natal de Gustavo. As investigações ficaram a cargo de Rodrigo Albuquerque, delegado da Polícia Civil de Antas. (OUT, 2013)

Fonte: Portal Cada Minuto

CERCADINHO

Corpo carbonizado pode ser de oficial de Justiça

Um corpo carbonizado foi encontrado na tarde desta terça-feira (8) no distrito de Cercadinho, pertencente a Vitória da Conquista, a 509 km a Salvador. A suspeita é de que seja o corpo do oficial de Justiça de Mucugê, Antônio Pereira da Silva, desaparecido desde a última segunda (7). Segundo informações da Polícia Civil da cidade, as suspeitas surgiram quando familiares identificaram a placa e o que restou do carro incendiado, um veículo de modelo Meriva, como sendo o carro da família.

Segundo o delegado Suzano Sullivan Macedo de Carvalho ainda é cedo para afirmar que o corpo é do oficial, mas a polícia está colhendo depoimento de familiares e um dos filhos de Antônio já cedeu material genético para o exame de DNA, cujo resultado deve demorar cerca de 90 dias. Além destes, comparativos de arca-da dentária e outros exames serão realizados para identificação.

Segundo o Blog do Anderson, o corpo, sob custódia do Estado, encontra-se no Instituto Médico Legal de Vitória da Conquista e será encaminhado para a capital na manhã desta quinta-feira (10). Antônio era casado e pai de dois filhos. Desaparecimento.

Na manhã da última segunda-feira (7), Antônio saiu de casa para buscar o carro da esposa num estacionamento de um posto de gasolina e não retornou. Até esta quarta não havia informações sobre o paradeiro do oficial e do veículo e nenhum contato foi feito com a família para que fosse classificado como um sequestro. (FEV, 2011)

Fonte: Redação Correio

SALVADOR

Vingança: oficial de Justiça é executado com dois tiros

Crime de mando, assalto, tráfico de drogas ou crime passionai. A polícia trabalha com várias linhas de investigação e ainda não tem pistas do autor e da motivação do assassinato do oficial de Justiça Aildon José Santana Dias, 52 anos. No último dia 2 de setembro, a vítima foi atingida com dois tiros na cabeça enquanto dormia em sua própria residência, localizada próximo ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar da Bahia.

O oficial de Justiça foi enterrado sob discussões, dúvidas e desespero. Segundo o chefe do Serviço de Investigação da 7ª Delegacia, do Rio Vermelho, Paulo Portela, em depoimento, Iracema, esposa de Aildon, teria declarado que saiu para levar um mingau para a filha que mora na mesma rua e, quando voltou para casa, foi abordada por um homem que ela não soube descrever as características.

O acusado teria entrado na residência e efetuado os disparos. Ainda segundo Portela, mais de cinco pessoas prestaram depoimento na delegacia, mas existem algumas contradições. “Com relação mesmo ao portão. A esposa da vítima afirmou que havia fechado, enquanto algumas testemunhas já disseram que viram aberto. Mas vou chamá-la para depor novamente e esclarecer algumas dúvidas e a gente vai chegar num resultado. Ainda não existem suspeitos para o crime. Trabalhamos com várias linhas de investigação e todas essas contradições serão consertadas. Vamos trabalhar para em curto prazo dar respostas à família e à população”, disse Portela.

De acordo com a irmã do oficial, Amarílis, que descarta relação do crime com o trabalho da vítima, não existe um suspeito. Aildon estava em casa com a filha de oito anos e outro filho, quando o crime ocorreu. “A esposa dele estava ausente na hora do crime. Nós fomos nascidos e criados naquele local. Ele é pai de cinco filhos, todos também muito conhecidos por lá. Nossa família não tem

inimigos. A casa dele é uma fortaleza. Cheia de grades e cadeados. É difícil alguém entrar lá. Nós suspeitamos de que alguém tenha facilitado à entrada dessa pessoa na residência”, afirmou. O Sindiquinze lamenta o assassinato do colega oficial de Justiça e trabalha pela aprovação do porte de arma para a categoria, o que garantirá maior segurança ao oficial no cumprimento das diligências. (SET, 2010)

Fonte: Sindiquinze: Pela segurança dos oficiais de Justiça

SIMÕES FILHO

Carro de oficial de Justiça é atingido por tiro

Os prejuízos materiais e imateriais ficam sempre por conta e risco desses verdadeiros soldados pretorianos. Na manhã dessa terça-feira, o oficial de Justiça A.A.L.S lotado na comarca de Simões Filho, teve seu veículo particular, que utiliza para fazer diligências, atingido por um disparo de arma de fogo, decorrente de um intenso tiroteio entre policiais militares e bandidos na cidade.

O servidor não foi atingido por sorte ou milagre, pois se encontrava na rua ao lado do veículo, no estacionamento do Fórum, onde havia acabado de receber mandados para cumprimento. Pelo terceiro ano consecutivo, Simões Filho, localizada na região metropolitana de Salvador, é a primeira no ranking das cidades mais violentas do país, mesmo reduzindo o número de homicídios entre 2010 e 2011. De acordo com a pesquisa, nesse último ano de referência, a cidade, com cerca de 119 mil habitantes, foi cenário de 167 assassinatos.

Em 2010, foram 214 casos, enquanto que, em 2009, foram 153. Além de Simões Filho, Mata de São João e Porto Seguro, todos na

Bahia, estão entre os 15 municípios mais violentos do país, com 100 homicídios para cada 100 mil habitantes no ano de 2011, segundo dados da pesquisa “Mapa da Violência”, do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) e do Flacso Brasil, divulgada em 18/07/2013. (Fonte: www.G1.com).

Além do prejuízo material, o servidor agora vai ter que conviver com a lembrança de ter visto a morte de perto. Esse é mais um caso de tantos outros ocorridos e ainda porvir, que ilustra bem a realidade a qual o oficial de Justiça é submetido diariamente, na árdua tarefa de levar a justiça à sociedade e como tantas outras vezes, será tratado como se fosse um caso isolado. Os prejuízos materiais e imateriais ficam sempre por conta e risco desses verdadeiros soldados pretorianos. (ABR, 2014)

Fonte: Aojus/Ba

SALVADOR

Oficial de Justiça tem carro alvejado ao cumprir mandado

Trabalhar em prol da Justiça está cada vez mais perigoso na Bahia. Nesta quarta-feira (3), ao tentar entregar um mandado da área criminal, a oficiala de justiça Marinalva Santos, lotada na Central de Mandados, teve o seu carro alvejado quando adentrava o bairro da Palestina.

Os tiros não atingiram Marinalva, que conseguiu fugir do local diretamente para a 8ª Delegacia de Simões Filho, onde registrou o atentado. De acordo com Itailson Farias, presidente da Associação dos oficiais de Justiça da Bahia (OAJUS), o valor oferecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia não contempla o perigo e as dificuldades enfrentadas para entrega de mandado. “Recebemos o valor de R\$ 5,94 para cada entrega de mandado, e cerca de um mês depois. Se de carro já acontecem essas situações, imagina se usássemos ônibus como pressupõe o valor?”, questiona o presidente.

Segundo Farias, a solução seria contar com o auxílio da Polícia Militar, através do 190. “Para os policiais acompanharem o oficial de Justiça, é necessário mandar um ofício para o Comando Geral da Polícia, e de lá eles direcionam para locação mais próxima da entrega do mandado, para assim decidirem o dia de entrega”. Porém, todo esse trâmite burocrático requer tempo, o que acaba demorando na entrega do mandado, retardando o desenrolar dos processos.

A fim de buscar soluções para essa situação, Itailson Farias enviou em nome da OAJUS, um ofício para o secretário de Segurança Pública da Bahia, expondo as dificuldades que os oficiais têm enfrentado, apontando possíveis resoluções e propondo uma reunião para se debater e alinhar as ações. O ofício é datado de 7 de agosto, e hoje, 3 de setembro, quase um mês depois, o presidente ainda não teve resposta da solicitação.

Diante deste cenário, os oficiais de justiça costumam fazer uso dos seus próprios veículos para cumprir os mandados, seja porque nas cidades do interior não tem transporte coletivo ou no caso das cidades onde tem é totalmente improdutivo.

Por mais que o Tribunal de Justiça afirme não haver dotação orçamentária para oferecer uma melhor condição de cumprimento de mandado, as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 153/12 e Superior Tribunal de Justiça (STJ) 190 determinam que seja disponibilizado aos oficiais de justiça o valor justo e antecipado para arcar com a despesa com o deslocamento para o cumprimento dos mandados.

No fim das contas, quem perde é a população, em especial aqueles mais desprovidos do poder econômico, uma vez que os oficiais de justiça não estão cumprindo os mandados da forma que manda a lei, seja por falta de dinheiro ou por falta de segurança. (SET, 2014)

Fonte: Bocão News

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS

Homem coloca cão rottweiler para correr atrás de oficial de Justiça ao realizar penhora

Servidor do Poder Judiciário foi atacado enquanto cumpria processo de execução em São Gonçalo dos Campos (BA). Um homem de São Gonçalo dos Campos (BA), centro norte baiano, foi preso nesta sexta-feira (26) após colocar um cão da raça rottweiler para perseguir um oficial de Justiça.

Segundo o juiz José Brandão, que decretou a prisão, a oficiala Elisandra Alves de Souza foi até o imóvel em que mora Rafael Barros de Oliveira, pois ele seria colocado em penhora. “O pai do acusado possui uma dívida com o Banco do Nordeste e demos a ordem para cumprir processo de execução contra o dono do imóvel”, contou o magistrado. Durante a avaliação, o rapaz pediu que ela deixasse o local e ameaçou soltar os cães para persegui-la.

Como ela se recusou, ele soltou o rottweiler e Elisandra só não se feriu porque conseguiu correr até o próprio carro. “Ela comunicou o fato à Justiça, e nós determinamos que fosse cumprida a penhora hoje com dois outros oficiais de justiça, diante da situação e do constrangimento que se criou. Eles foram acompanhados de quatro policiais militares”, contou o juiz ao Correio.

Rafael foi preso por policiais que levavam armas de choque para afugentar os cães caso fosse necessário, e deve responder por crime de resistência contra ato de funcionário público e de tentativa de lesão corporal ou homicídio, por ter soltado o cachorro com a intenção de agredir a oficial. “Se este cão tivesse ferido ou até matado a oficiala, poderia até se dizer que havia acontecido um acidente. Teria sido uma tragédia sem testemunhas”, avaliou Brandão. (SET, 2014)

Fonte: Bahia Notícias

ITABERABA

Casa de oficial de Justiça pega fogo e há indícios de crime

Na madrugada do dia 8 de março, a casa do oficial de Justiça da comarca de Itaberaba, Clóbis Valquer, pegou fogo. O carro que estava na garagem da casa também queimou, dando perda total no veículo modelo Polo Sedan.

De acordo com servidores daquela comarca, há indícios de que o incêndio tenha sido provocado. O caso está sob análise e perícia no Instituto Nina Rodrigues, em Salvador. A delegada regional da Polícia Civil, Clécia Vasconcelos diz que em média daqui a dez dias terá o resultado da perícia e avalia, “a análise inicial aponta para crime. Porém, só posso afirmar após o laudo da perícia”.

Os diretores do Sinpojud, Jorge Cardoso, Samuel Nonato e Zenildo Castro estiveram in loco para checar o ocorrido e prestar apoio ao oficial de Justiça. Por telefone, Clóbis, que já não está na cidade, conversou com a jornalista do Sinpojud e demonstrou estar muito abalado emocionalmente. “Estou na comarca há 17 anos e agora perdi tudo que construí com muito esforço. Não quero mais permanecer na cidade”.

Em dezembro do ano passado, o Sinpojud lançou uma campanha destinada aos oficiais de justiça e agentes de proteção ao menor, por mais segurança e melhores condições de trabalho. Outdoors, busdoors, e trucks, foram algumas das peças publicitárias espalhadas pela cidade. Além disso, foram suspensas as atividades desses profissionais que se mobilizaram em prol de melhorias.

A diretoria também protocolou ofício na corregedoria. Para o diretor, Samuel Nonato, o fato não é uma agressão apenas ao oficial, mas a todo o judiciário. A presidente do Sinpojud, Maria José Silva, levará o assunto mais uma vez ao juiz corregedor do interior, des. Antônio Pessoa, cobrando providências. (AGO, 2013)

Fonte: Sinpojud

ALAGOAS

QUEBRÂNGULO

Polícia Civil de Pernambuco prende acusado de tentar matar oficial de Justiça de Alagoas

Um homem, identificado como José Jason Bezerra da Silva, foi preso, esta semana, pela Polícia Civil de Pernambuco acusado de tentar assassinar um oficial de Justiça de Alagoas.

Os policiais civis de Lagoa do Ouro (PE), comandados pelo delegado Alysson Câmara, em parceria com a 3ª CPM de Bom Conselho realizaram diligências e prenderam o acusado.

José Jason responde a dois processos. Um deles por crime contra o Sistema Financeiro Nacional e outro por tentativa de homicídio a um oficial de Justiça em Quebrângulo, em Alagoas. (MARC, 2015)

Fonte: Alagoas 24 Horas

OLHO D'ÁGUA DAS FLORES

Oficial de Justiça morto com golpes de facas e chave de rodas

dia 12 de junho deste ano. A vítima foi o oficial de Justiça de Olho D'Água das Flores, Antônio de Oliveira Bulhões, de 40 anos, executado com golpes de faca e uma chave de rodas.

Os assassinos, que confessaram o crime na manhã desta quarta-feira, são dois adolescentes de 16 e 17 anos. Os dois foram apre-

didos durante uma operação coordenada pelos delegados Kelman Vieira e Rodrigo Rocha Cavalcante, desencadeada na manhã desta quarta-feira. Os policiais cumpriram mandados de busca e apreensão em Maceió e nas cidades sertanejas de Olho D'Água das Flores e Santa-na do Ipanema. (AGO, 2011)

Fonte: Emergência190

MACEIÓ

Oficial de Justiça é vítima de tentativa de homicídio

Um oficial de Justiça que trabalha em Alagoas foi vítima de tentativa de homicídio, na última terça-feira (19), dentro da casa onde mora com a família no bairro Santa Amélia, em Maceió. O caso, que foi divulgado nesta quarta-feira (20), foi notificado à Secretaria de Segurança Pública (SSP).

Robert Manso contou ao G1 que estava ao lado de fora da residência, por volta das 6h, quando avistou um homem observando o imóvel. Quando percebeu que Manso o estava vendo, o criminoso avisou que iria lhe matar.

“Costumo levantar logo cedo porque a viatura [da Polícia Militar] me apanha para fazer as diligências. Quando arroteei o muro da casa já tinha um camarada debruçado observando. Foi negócio de instante, ele sacou uma 9 mm, conheço bem de armas, e anunciou minha morte ‘vim para lhe matar’, relatou o oficial.

Segundo o Sindicato dos Oficiais de Justiça de Alagoas (Sindojus-AL), Manso precisa do acompanhamento da Polícia Militar, já que é lotado na Vara Agrária, e necessita fazer ocorrências de reintegração

de posse além de outras demandas que lhe põe em risco.

Manso conta que o criminoso tentou atirar contra ele, mas não conseguiu. Então, nesse momento, ele correu para dentro de casa e conseguiu entrar a porta, mas foi perseguido.

“Ele puxou a pistola e ela enganchou. Corri e entrei pelo portão principal. Aí entrei pelo fundo da casa e fechei a porta. Fui para o guarda-roupa, onde fica minha arma, me armei e fui da porta da cozinha. Botei o cano [da arma] pela porta e fiz o disparo”, contou.

O oficial ainda lembra que acionou a polícia e foi escoltado. A ele, a equipe policial informou ter encontrado no muro uma espingarda, o que leva a crer que um outro criminoso estava dando cobertura. Além disso, uma balaclava também foi achada próxima à residência.

Medo

Para o Manso, os criminosos são traficantes que tomaram conta do bairro e estão incomodados com a presença constante da viatura da PM que faz escolta dele. “Enquanto eu, como cidadão e funcionário do estado me sinto vulnerável. Minha esposa estava em casa e ela também sofreu tudo isso, a luta pela sobrevivência”, afirmou.

Acompanhado do sindicato, o oficial de justiça foi até à SSP para relatar o caso. A assessoria de comunicação do órgão confirma a reunião com o secretário Lima Júnior. O caso foi direcionado à Polícia Civil que vai investigar o crime. (SET, 2017)

Fonte: G1

MACEIÓ

Mandado de prisão: oficial de Justiça é recebido à bala

O oficial de Justiça Marcílio Silva de Carvalho Júnior foi recebido à bala por quatro homens ao tentar entregar um mandado de prisão no conjunto Virgem dos Pobres, no bairro Vergel do Lago, em Maceió. O oficial estava sozinho em seu carro, um Siena de cor azul e placa não anotada, nesta segunda-feira. O veículo ficou perfurado e não foram identi-

ficados os responsáveis pelos disparos. O nome da pessoa cujo mandado judicial levaria à prisão também não foi divulgado.

O caso foi registrado no 22º Distrito Policial, no Trapiche da Barra. Por pouco ele não foi atingido e não se repete, em Alagoas, a tragédia ocorrida em São Paulo, na quinta-feira passada, quando a oficiala de Justiça Sandra Regina Ferreira, com a mesma incumbência, foi assassinada com dez tiros de pistola. Ela entregava um mandado de busca e apreensão a um homem que comprou uma moto e estava inadimplente. (AGO, 2011)

Fonte: O Globo / Gazeta web

MACEIÓ

Oficial de Justiça agredido e ameaçado por parlamentar

A ASSOJEPAR quer usar como motivo de reflexão o fato abaixo descrito, pois revela com clareza a situação de perigo constante a que nos expomos no cumprimento de nosso mister.

Associação dos oficiais de Justiça do Estado de Alagoas (AOJEAL) vem a público declarar seu irrestrito apoio à atuação do oficial de Justiça Estadual, José Cícero do Nascimento que honrou sua profissão, mesmo tendo recebido ameaça e sendo vítima de desacato de parlamentar afastado da Assembleia Legislativa Alagoana. No mesmo momento, vem manifestar seu aplauso ao excelentíssimo desembargador Orlando Monteiro Cavalcante Manso que, ontem, decretou a prisão do acusado, tomando por fundamento à r. certidão do referido oficial de Justiça.

Vale esclarecer que a AOJEAL está encaminhando expediente

de desagravo ao parlamentar que, de forma covarde, aludiu em defesa que o oficial, cumpridor de seu mister, o caluniou.

A AOJEAL manifesta, por fim, sua certeza de que a sociedade alagoana não permitirá retrocessos na caminhada pela consolidação de um Estado Democrático de Direito, em que a lei é aplicável igualmente a todos e onde os interesses pessoais não se sobrepõem ao indisponível interesse da coletividade. (JUL, 2008)

Fonte: Assojepar

POÇÃO

Golpes atingiram a cabeça e o fêmur de oficial de Justiça

O oficial de Justiça Ivo Wandark da Silva levou golpes de foice na manhã desta terça-feira (9), na cidade de Poção, Agreste de Pernambuco. Ivo tentava cumprir uma intimação referente à medida protetiva pela Lei Maria da Penha e foi atacado na cabeça e no fêmur pelo ofensor. O ataque resultou em uma fratura exposta na perna. O agressor foi preso.

Ivo foi socorrido por testemunhas para o Hospital de Pesqueira, também no Agreste, e depois encaminhado para o Hospital da Restauração, região central do Recife, onde passou por cirurgia. Ele está em observação e o quadro é estável. Segundo informações da Câmara Municipal de Poção, o oficial de Justiça é ex-vereador e também havia sido vice-prefeito da cidade.

A Polícia Militar informou que o agressor tentou fugir, mas foi preso horas depois. O homem foi levado para a delegacia de Poção onde foi autuado em flagrante e encaminhado ao Presídio de Pesqueira. Oficiais de Justiça são vítimas frequentes de agressões.

Os oficiais de Justiça de todos os Estados e do Poder Judiciário da União são vítimas frequentes de ameaças, agressões físicas e homicídios e, entretanto, não possuem o porte de arma de fogo institucional. Não existe no âmbito do Poder Judiciário nacional qualquer iniciativa que tenha como finalidade instituir uma política de prevenção, com treinamento desses profissionais para lidar com situações de violência, bem como contato direto com forças de segurança quando em cumprimento de mandados judiciais. (SET, 2014)

Fonte: Fenassojaf - com o InfoJus Brasil -

TERESINA

Penhora: investigado promotor acusado de desacatar oficial de Justiça

O Corregedor do Conselho Nacional do Ministério Público, Jeferson Luís Pereira Coelho, instaurou Procedimento Administrativo Disciplinar em face do promotor de Justiça Eliardo Cabral para apurar, sob o aspecto disciplinar, o descumprimento de dever funcional e cometimento de infração disciplinar, por ter, em tese, deixado de manter ilibada conduta pública e particular e na prática de conduta incompatível com o exercício do cargo, previstos nos artigos 82, inciso I e 150, inciso II, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, LOMPPI nº. 12/93 ao agir com rispidez, destrutando servidoras públicas que cumpriam mandado judicial em desfavor do requerido, lançando o documento ao chão, convidando-as a retirarem-se de sua residência, frustrando o cumprimento da ordem judicial e fatos conexos.

O corregedor determinou que fosse dada ciência da instauração do Processo Administrativo Disciplinar ao promotor, encaminhando cópia da decisão de instauração do Processo Administrativo Disciplinar e da portaria nº 69, de 26 de junho de 2013. O processo terá prazo de conclusão de 90 dias.

Entenda o caso

O promotor de Justiça Eliardo Cabral foi condenado a entregar o seu veículo, um Toyota Corolla, modelo XLI, 16V, placa LVW-4112 (PI), em um mandado de penhora que deveria ter sido cumprido no dia 11 de julho de 2012, de acordo com decisão assinada pelo Juiz da 6ª Vara Cível, Édison Rogério Leitão Rodrigues. A penhora seria para reparação, em ação por danos morais, ao também promotor Benigno Filho. Os oficiais de Justiça foram à

residência de Eliardo Cabral, mas não puderam cumprir o mandato.

Eliardo Cabral teria sido agressivo e se negado a receber o documento “Diante do exposto, não havendo meios para efetivar a execução judicial, por conta da resistência e desobediência do executado, bem como da negativa de auxílio da Polícia, encerramos sem êxito a diligência, devolvendo a nobre ordem e requerendo ao MM. Juiz do feito providências, bem como a designação de força policial para efetivação do presente mandato”, certificou o oficial de Justiça. (JUL, 2013)

Fonte: Sindojus – MG

TERESINA

Busca e apreensão: executado ameaça atear fogo em carro

Um caso no mínimo inusitado foi registrado na manhã desta segunda-feira (18/07), no conjunto Parque Poty, bairro Renascença, zona Sudeste de Teresina. O Corpo de Bombeiros foi acionado e saiu em disparada para evitar o que poderia causar uma explosão com graves consequências. Um jovem comprou, financiado através de um banco (nome não foi informado) uma picape Fiat Strada. Dividiu em 60 meses, sem entrada. Como não estava pagando as prestações, o banco, como consta no contrato, foi ‘tomar’ o veículo. Oficiais de Justiça deram cumprimento ao mandado de busca e apreensão.

Quando chegaram à casa do dono da picape ‘Fiat Strada’, localizada na Rua José Parente Sampaio, ele disse que não iria entregar o veículo de jeito nenhum e que se tentassem levar a força ele iria atear fogo. Os oficiais perceberam que ele ‘banhou’ o carro de álcool e queria tocar fogo mesmo. Foi quando acionaram o Corpo de Bombeiros. Ao chegar ao local os bombeiros conseguiram negociar junto aos

irmãos do dono do veículo. O veículo foi pego para ser levado de volta pelo banco, no entanto os bombeiros tiveram de tirar todo o álcool jogando água por cima. Durou cerca de 40 minutos. Os oficiais não quiseram falar à reportagem do 180graus sobre o assunto e nem revelaram o nome do banco e do jovem que estava devendo o carro. (AGO, 2011)

Fonte: Aojustra

TERESINA

Conselheiros desempenham funções de oficial de Justiça e são ameaçados por traficantes

Os conselheiros tutelares do Piauí estão sendo ameaçados de morte tanto por traficantes do PCC como pelos próprios usuários e por pistoleiros que disparam tiros contra as sedes do conselho tutelar, como aconteceu no município de Demerval Lobão na região metropolitana de Teresina. Os conselheiros fizeram manifestações em Teresina em luto contra a morte de três profissionais no município de Poção em Pernambuco, e solicitando aos órgãos com o Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça, Prefeitura de Teresina para que os conselheiros tutelares não sejam obrigados a fazer atividades fora de suas atribuições legais.

Eles anunciaram que hoje juízes e órgãos públicos determinam que eles façam resgate de adolescentes, e crianças em situação de risco o que seria uma atividade do oficial de Justiça, participem de blitz com as polícias e até recebam pensão alimentícia dos pais para os filhos o que torna mais difícil e arriscada a atividade no Piauí.

Itapuã Cavalcante há seis anos é integrante do primeiro conselho tutelar de Teresina afirma que os conselheiros chegaram a ser ameaçados inclusive ele, de morte, por traficantes do PCC quando acompanharam o caso de um jovem de 16 anos que tinha fugido do Rio de Janeiro com dinheiro do pai que é traficante. Nesse período, no final de 2013, Itapuã

disse que ele e os conselheiros recebiam telefonemas de traficantes do PCC com ameaça de que iriam atirar contra a sede do conselho e matar os profissionais.

“As ameaças aconteceram quando nós do primeiro conselho tutelar de Teresina fomos acompanhar o caso, de um menino que estava em uma casa de acolhimento em Teresina. Nós recebemos várias ameaças inclusive de supostos conselheiros do Rio de Janeiro querendo saber informações sobre o garoto. Nós achamos estranho porque o pedido de informações era recorrente, como não demos as informações eles começaram a ameaçar, diziam que sabiam todos os trajetos dos conselheiros, sabiam a hora que uma conselheira saía, qual era o carro dela, quando ia pegar o filho no colégio. Por conta disso, nós constatamos tudo. Entramos em contato com a polícia, falamos com o delegado geral de Polícia Civil do Piauí, e ele nos deu suporte. O menino estava perambulando nas ruas de Teresina, a gente procurou o juiz da infância e da adolescência, Antônio Lopes, e foi acolhido como medida de proteção, o PCC soube que ele estava aqui em Teresina, porque esse menino tinha trazido um dinheiro, de venda de drogas, para poder distribuir para pessoas que faz o tráfico de drogas na cidade”, conta.

“O menino não tinha documento nenhum e precisamos fazer exame no pulso, para ver a estrutura óssea, e foi constatado que ele tinha 16 anos, ele vinha de Pernambuco fugindo do PCC, na verdade ele nasceu na Guiana Francesa, e o pai dele era do PCC do Rio de Janeiro, e o escolheu para ser o gerente do tráfico, em seguida ele roubou o dinheiro do pai. O menino falava para gente que se voltasse para o Rio de Janeiro o pai ia cortar suas pernas, as ameaças eram feitas para todos os conselheiros porque eles queriam que a gente entregasse o menino no aeroporto de Teresina na hora tal e no dia tal e que teria uma pessoa esperando o menino, se a gente não fizesse assim, eles iam atirar no conselho e matar os conselheiros. Uma mulher que chegou a ser conselheira no Rio de Janeiro, telefonava para a gente para saber informações sobre o menino, nós telefonamos para o conselho tutelar de Campus, foi confirmado que ela já tinha sido conselheira no passado, e poderia ter sido uma pessoa que foi incorporada pelo tráfico para fazer esse trabalho de contato e levantamento para onde estava indo o menino, para que ele fosse capturado pelos traficantes, ela sabia como o conselho funcionava e queria mais

informação”, declarou Itapuã Cavalcante.

As ameaças que os conselheiros do Piauí recebem, não são apenas dos agressores, são também das vítimas. A conselheira Socorro Arraes, do 4º conselho tutelar da zona Leste de Teresina, foi ameaçada por um adolescente de 15 anos, durante a noite da semana passada, quando queria levá-lo para o abrigo masculino, e o adolescente estava muito drogado.

O adolescente disse que se ela fosse pegá-lo novamente na rua onde estava consumindo drogas, iria matá-la. “Eu já fui ameaçada por um usuário de entorpecentes, nós fomos buscá-lo quando estava consumindo drogas, e eles acham que a gente está agindo contra eles, mas nós estamos tentando protegê-los. Neste caso, o jovem me ameaçou, o que mostrou que nós trabalhamos na proteção da criança e do adolescente, mas somos vulneráveis. A proteção que nós temos é de Deus, a delegacia diz que não tem efetivo suficiente para mandar um policial acompanhar a gente.

A ameaça que eu recebi foi a um mês, nós conseguimos levá-lo para uma casa de acolhimento, era durante a noite, por volta das 20h no bairro Satélite, na zona Leste de Teresina. Nós estamos à mercê das ameaças, ele disse que da próxima vez que formos buscá-lo ele ia me matar, como eu sei que ele estava sob efeito de drogas, a gente considerou o nosso trabalho, mas a gente sabe que também é um risco que temos que correr porque sob efeito de drogas o adolescente pode cometer um crime. Nós não temos nenhuma estrutura e estamos fazendo o trabalho de busca e apreensão que não é atribuição nossa”, declarou Socorro Arraes que trabalha há 2 anos e 9 meses como conselheira tutelar. (FEV, 2015)

Fonte: Meio Norte.com

TERESINA

Busca e apreensão: réu tenta esfaquear e advogado atropela oficial de Justiça

O oficial de Justiça Francisco Lopes da Silva foi agredido na manhã desta sexta-feira (07) ao tentar cumprir mandado de busca e apreensão na zona sul de Teresina. Ao chegar a uma residência no bairro Promorar, para recolher uma motocicleta, o proprietário da casa tentou agredi-lo com uma arma branca. “Ele partiu para cima do oficial com um facão na mão e o mesmo teve que recuar e fugir para não ser atingido”, conta o presidente da Associação dos oficiais de Justiça do Piauí, Kariello Moreira. Esta é a segunda agressão registrada contra oficial de Justiça em 24h em Teresina.

Na manhã de ontem (06), Pedro Luís de Sousa Filho foi atropelado pelo advogado Helder Larry quando tentava cumprir um mandado de busca e apreensão que determinava o recolhimento do carro do advogado. Segundo Kariello Moreira, a entidade entrou com uma representação contra o advogado no Conselho de Ética da OAB-PI.

“Entramos com o pedido hoje pela manhã e vamos aguardar uma resposta do Conselho, que deve se reunir para discutir o caso”, afirma. Além disso, representantes da categoria estiveram na sede do 12º DP, pedindo ao delegado que peça a prisão preventiva do advogado. A categoria planeja ainda para o próximo dia 27 de março, uma paralisação estadual reivindicando melhores condições de trabalho.

“Queremos apenas segurança para realizar nossa atividade”, destaca. Para isso, a Associação vai convocar instituições como Associação dos Magistrados do Piauí (AMAPI), OAB, Tribunal de Justiça do Piauí, Secretaria Estadual de Segurança e Polícia Militar.

A manifestação acontecerá no Fórum Cível de Teresina, localizado na Rua Álvaro Mendes, centro da capital. O advogado Helder Larry tentou contra a vida do oficial de Justiça Pedro Luís de Sousa Filho. A tentativa de homicídio ocorreu na manhã desta quinta-feira, dia 6 de março, em frente ao escritório do advogado, na Avenida Dom Severino. (JUL, 2008)

Fonte: Liana Paiva Repórter/PI

TERESINA

Oficial de Justiça é assaltado enquanto cumpria mandado

Na tarde do dia 6 de maio de 2013, o oficial de Justiça Francisco Evangelista Vaz Filho, quando se encontrava no cumprimento de mandado judicial, oriundo da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública, no Bairro Santa Izabel, zona leste da capital, foi vítima de assalto, sendo levado pelos assaltantes seu veículo particular.

Segundo o servidor, diligenciava na região cumprindo diversos mandados e quando estava aguardando ser recebido em uma das residências, dois indivíduos se aproximaram, abordaram o oficial com violência, se utilizando de arma de fogo, e anunciaram o assalto. Sem qualquer reação, a vítima entregou sua bolsa, celular e o veículo particular que utilizava a serviço do Estado.

Segundo o presidente do SINDOJUS/PI, cada dia que passa são mais frequentes atos de violência sofridos por oficiais de Justiça no cumprimento de mandados, tanto das partes que integram o processo, como de indivíduos estranhos a relação processual. “Estamos constantemente expostos a violência em decorrência do exercício da profissão, e o Estado, cada vez mais omisso, não disponibiliza qualquer instrumento de proteção, bem como não reconhece a necessidade do porte de arma de fogo”, diz.

No judiciário piauiense, para o oficial de Justiça que trabalha todos os dias em situação de risco, adentrando em favelas, vilas, “bocas de fumo”, presídios e demais locais ermos, o Tribunal de Justiça disponibiliza uma verba a título de periculosidade, no valor insignificante e humilhante de R\$ 300,00 (trezentos reais), sem qualquer reajuste desde 2006. A diretoria da entidade ingressará, tão logo seja resolvido o projeto que institui o subsídio dos servidores, com novo requerimento administrativo pleiteando o reajuste da referida verba. (MAI, 2013)

Fonte: Com informações do Sindojuspi

PARAÍBA

SÃO DOMINGOS

Oficial de Justiça é vítima de tentativa de homicídio no sertão da Paraíba

O Oficial de Justiça, Dagvan Monteiro, foi vítima de tentativa de homicídio por volta das 14:30h da última sexta-feira (17), quando vinha de São Domingos para Pombal, no sertão da Paraíba.

De acordo com informações repassadas pela Polícia Civil, Dagvan seguia em uma moto Honda Bis por uma estrada vicinal, quando dois homens ainda não identificados teriam tentado assaltá-lo.

Na ação, um dos criminosos efetuou um disparo de arma de fogo, que atingiu de raspão o pescoço do Oficial de Justiça que caiu ao solo.

Conforme a Polícia Militar, o local onde Dagvan foi atacado pelos criminosos seria próximo ao sítio Xique-xique, zona rural de Pombal.

Ainda segundo informações, o Oficial de Justiça foi socorrido para o Hospital

Regional de Pombal (HRP), por uma viatura da Polícia Militar que fazia rondas próximo ao local.

A Assojaf/PB se solidariza com Dagvan Monteiro e reafirma que, em parceria com a Fenassojaf, tem atuado na garantia da segurança do Oficial de Justiça no cumprimento das diligências. “Mais do que nunca, é primordial que os Oficiais de Justiça se sintam mais seguros no dia a dia da profissão”, afirma o presidente Henrique Miranda de Assis. (MAR, 2017)

Fonte: Fenassojaf, com a Assojaf/PB

JOÃO PESSOA

Subcomandante e soldado denunciados por abuso contra oficial de Justiça

Subcomandante do Batalhão de Policiamento de Trânsito de João Pessoa (BPTran), Major Jucier Pereira de Lima e o soldado Alberto Hardman Rezende foram denunciados pela promotora de justiça Afra Jerônimo Leite Barbosa de Almeida por abuso de autoridade e incursos nas penas do art. 4º, “h”, da Lei Federal 4.898/65.

Ambos, por volta das 7h00 do dia 10 de março de 2014, trajados com short preto e camiseta branca, apreenderam a CNH e o veículo do oficial de Justiça Iran Lopes Lordão, acompanhado da respectiva documentação, durante cumprimento de diligências, por ter involuntariamente derrubado um cone existente no local, fato testemunhado por pessoas e um Promotor de Justiça.

As apreensões se deram mesmo após Iran ter apresentado não apenas a documentação solicitada, como as determinações judiciais a serem cumpridas na referida avenida. “Senti-me constrangido pelos dois policiais que se encontravam praticando exercícios físicos próximo aos cones, tive alterada a rotina de trabalho e invadida a minha vida privada, isso sem falar no prejuízo à prestação jurisdicional causada pelo não cumprimento dos mandados”, afirmou, lembrando que os referidos sinalizadores têm por objetivo restringir o trânsito para circulação normal de veículos, a fim de proporcionar segurança aos praticantes de atividade física na orla da capital.

Nas ações propostas por intermédio do Sindicato dos oficiais de Justiça da Paraíba, através do advogado João Alberto Cunha Filho, é requerida a demissão a bem do serviço público dos dois policiais, fixação de valor pelo dano moral sofrido e aplicação de multa, detenção e perda do cargo público.

O juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital, Adilson Fabrício Gomes Filho, considerou a prática, em tese, de crime de menor potencial ofensivo, com pena máxima não superior a dois anos e declinou da competência para o Juizado Especial Criminal de João Pessoa. Na audiência preliminar de conciliação realizada no último dia 10 de fevereiro e presidida pelo juiz Hermance Gomes Pereira, foi requerida ainda a designação da audiência

de instrução e julgamento, quando serão ouvidas as testemunhas posteriormente indicadas pela assistente de acusação. (FEV, 2015)

Fonte: Sindojus/PB

CAMPINA GRANDE

Oficial de Justiça tem moto roubada ao cumprir mandados

O Sindojus solicitou à sua assessoria jurídica estudos, no sentido de pedir ressarcimento ao TJ de motocicleta Honda XRE-300 ano e modelo 2012, roubada do oficial de Justiça, Sergio Spencer de Andrade, da Comarca de Campina Grande, quando saía de casa para cumprir mandados judiciais, fato ocorrido por volta das 9h20 do último dia 25 de novembro, no bairro do Centro. O presidente do Sindojus, Antônio Carlos Santiago, lamentou o ocorrido, se solidarizou com o colega e lembrou da necessidade de maior segurança para a categoria no exercício das atividades, defendida pela entidade, junto ao cumprimento da Resolução 153 do CNJ.

E afirmou que o pedido deverá ser feito administrativa e judicialmente, fundamentado por analogia em decisão da Justiça do Trabalho, onde o empregador obrigava o empregado a utilizar veículo próprio para executar os serviços para os quais foi contratado. “Dessa forma, ela deve arcar com as consequências da sua escolha, haja vista que o fornecimento dos instrumentos de trabalho necessários para a prestação de serviços, constitui sua obrigação, sob pena de transferência dos riscos da atividade empresarial.” (DEZ, 2014)

Fonte: Sindojus-PB

FORTALEZA

Oficial de Justiça tem carro roubado enquanto cumpria mandados

A oficiala de justiça Sílvia Maria Machado Fernandes, lotada na 16ª unidade do JECC (FCB), foi vítima de assalto na sexta-feira (13) enquanto cumpria mandados, nas proximidades da AABB na Avenida Barão de Studart, em Fortaleza. Os criminosos levaram o carro de sua propriedade, a bolsa contendo documentos e diversos pertences, além dos mandados judiciais. O carro já foi recuperado. O triste episódio tem dois aspectos que merecem uma reflexão.

O primeiro é a situação de insegurança da categoria dos oficiais de justiça e o segundo, é que o veículo particular tomado de assalto estava a serviço do Estado e caso não fosse recuperado, o prejuízo recairia exclusivamente sobre a vítima. O Sindojus-CE já está envidando esforços junto à administração do TJCE e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social para criar melhores condições de segurança para a categoria e a presidente do Tribunal de Justiça já tem ciência da necessidade de atualização da Indenização de Transporte, um dos itens da pauta de reivindicações apresentada no dia 03/03/2015. (MAR, 2015)

Fonte: Sindojus/CE

FORTALEZA

Oficial de Justiça é assaltado durante diligência

Francisco Wellington Costa, oficial de Justiça lotado na Coman de Fortaleza, foi assaltado em plena luz do dia. O crime aconteceu na última quinta-feira, 05, às 17 horas no cruzamento da Rua Professor Dias da Rocha com a Avenida Santos Dumont. Wellington havia estacionado seu carro, a serviço do Estado, vez que estava em diligência, ia realizar uma intimação num endereço comercial no primeiro logradouro, quando foi abordado por “senhores” que portam arma livremente, subtraíram-lhe telefone celular e a identidade funcional.

Felizmente apenas prejuízo material. Quanto ao celular, outro será adquirido, já a identidade funcional, esperamos que os “senhores meliantes” a utilizam e sejam abordados por policiais, só assim serão presos por porte ilegal de arma, haja vista que o Estatuto do Desarmamento retirou a permissão de portar arma dos oficiais de justiça. O Sindojus-CE reiterará junto a administração do Tribunal de Justiça através do desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, o pedido de audiência com o secretário de segurança do Estado, visando ao apoio desta instituição quanto à segurança dos oficiais de justiça no cumprimento de diligências. (SET, 2013)

Fonte: Sindojus/Ce

INTERIOR DO ESTADO

Oficial de Justiça é alertado pela população para não entrar em comunidade pelo risco de ser morto

Durante o cumprimento de mandado judicial no Interior do Ceará, um Oficial de Justiça (identidade preservada) foi alertado pela própria população para não entrar no endereço indicado, pois se soubessem que se tratava de um Oficial de Justiça ele sairia de lá sem vida. A alegação foi que a localidade estaria dominada por integrantes de uma facção criminosa, a qual controla a entrada e saída das pessoas. Por questões de segurança, o servidor não deu prosseguimento à diligência e circunstanciou toda a situação na certidão.

Essa é uma realidade pouco vista pela sociedade e até por aqueles que compõem o sistema de justiça, mas que tem se tornado cada vez mais comum, dificultando o trabalho e oferecendo riscos à integridade física e à vida dos servidores.

O Oficial de Justiça é o servidor responsável por dar efetividade às decisões judiciais. É nas ruas, em contato direto com a população, seja no interior, seja na capital, na zona urbana ou rural, em bairros abastados ou comunidades que esses servidores materializam as ordens exaradas pelos magistrados, exercendo papel fundamental para a garantia e efetivação de direitos fundamentais da sociedade.

Atividade de risco

Tal situação reitera a importância da aprovação, no dia 24 de abril, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, do Projeto de Lei (PL) nº 4015/2023 – que classifica como atividade de risco permanente as atribuições dos Oficiais de Justiça, garantindo-lhes medidas de proteção, se necessário. O projeto também classifica como crime hediondo e homicídio qualificado o assassinato de juízes, promotores, procuradores, defensores e advogados públicos, Oficiais de Justiça e policiais legislativos e judiciais.

A expectativa do Sindicato dos Oficiais de Justiça do Ceará (Sindojus-CE) e de toda a categoria é que o projeto de lei, o qual tramita em regime de urgência, seja apreciado no Plenário do Senado,

depois retorne para o Plenário da Câmara dos Deputados para que seja aprovado e, em seguida, sancionado pelo presidente da república, tornando-se lei o quanto antes. (MAI, 2024)

Fonte: Sindojus/CE

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL

Assalto: oficiala é assaltada em diligência

No dia 05 de Julho do corrente, a oficiala de Justiça Joana D'arc Guimarães, lotada na CAEX [Central de Apoio à Execução], foi assaltada quando cumpria diligência nos autos da RT 1440/06 – 4ª VT de Natal/RN. O crime foi praticado por dois meliantes que estavam armados, por volta das 14h00min horas, na Rua José Xavier da Cunha, Bairro Neópolis, por trás do Hiper Bom Preço. Durante o assalto a oficiala de Justiça teve o seu veículo roubado, juntamente com a pasta de mandados e todos os seus documentos e pertences pessoais, além de celular, cartões de crédito, dinheiro e uma joia que foi arrebatada de seu pescoço. Segundo relatado, a colega chegou a pedir aos bandidos que deixassem sua pasta de mandados, ocasião em que foi mandada calar a boca para não levar um tiro.

A ocorrência foi registrada na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos e no fim do mesmo dia o carro da colega foi abandonado no bairro do Alecrim. Ao tomarem conhecimento do fato, os oficiais de Justiça da CAEX e Diretores da ASSOJAF/RN, prestaram sua solidariedade à colega assaltada, que em sua certidão fez constar todo o ocorrido e ainda ressaltou: “Eu e meus colegas realizamos todos os dias nosso trabalho nas ruas, enfrentando as intempéries, a fúria de alguns executados e a incompreensão alheia e apesar de tudo, sempre estamos encontrando forças para continuar a jornada. O que aconteceu comigo já passou. Levantei a cabeça e continuo a cumprir as determinações judiciais com eficiência e celeridade, na perspectiva de melhor atender o jurisdicionado.”

É importante ressaltar que o episódio acima narrado foi praticado em área residencial da classe média de Natal, em plena luz do dia, corroborando com o entendimento dominante no meio policial de que as áreas de risco não estão concentradas somente na periferia da capital. Cumprindo o seu papel institucional na defesa dos interesses dos seus associados, a ASSOJAF/RN já convocou assembleia para criação de grupo de trabalho para apresentar proposta de melhoria das condições de segurança dos oficiais de Justiça Avaliadores Federais do RN. (JUL, 2007)

Fonte: Fenassojaf/ASSOJAF-RN

NATAL

Oficiala de Justiça é ameaçada com arma de fogo durante cumprimento de mandado em Natal

Uma Oficiala de Justiça lotada na 6ª Vara do Trabalho de Natal (RN) foi ameaçada com uma arma de fogo enquanto cumpria um mandado de penhora em um condomínio da Região Metropolitana da capital potiguar.

De acordo com a servidora, depois de ser anunciada pela recepção e ter a sua entrada no condomínio franqueada pelo morador, ela estacionou o seu veículo em frente à residência onde a penhora deveria ser realizada e, ainda na rua, percebeu a presença do executado empunhando uma arma de fogo e exigindo rispidamente que a Oficiala adentrasse o imóvel e apresentasse a identidade funcional. Neste momento, temendo por sua vida, a Oficiala correu para o carro e saiu rapidamente do local.

Com 12 anos como Oficiala de Justiça, a servidora indaga “O que esperar de um homem que recebe uma Oficiala de Justiça

com uma arma de fogo em punho?” e complementa afirmando que o “episódio me deixou bastante abalada por me deparar com um executado totalmente desequilibrado que afrontou a Justiça de uma forma tão desprezível e agressiva”.

A Fenassojaf segue, em conjunto com as demais entidades nacionais e estaduais, empenhada pela aprovação do PL 4015 e o devido reconhecimento do risco da atividade exercida pelas Oficiais e os Oficiais de Justiça de todo o país. “Não podemos mais admitir que Oficiais e Oficiais vivam com essa imprevisibilidade no exercício da nossa função. É lamentável que continuemos expostos a todo tipo de risco, desrespeito e violência no exercício da nossa profissão”, enfatiza a presidenta Mariana Liria.

O presidente da Assojaf/RN e diretor da Associação Nacional, Daniel Brandão, apresentou solidariedade à colega e protocolou ofícios no TRT da 21ª Região com pedido de providências que assegurem a segurança dos Oficiais de Justiça, bem como ressaltando as medidas adotadas pelo Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Natal, que solicitou à Polícia Federal a abertura de inquérito policial para apuração dos fatos e determinou à Polícia Judicial que acompanhe as futuras diligências para o deslinde deste caso em específico.

Para Daniel, a inclusão dos Oficiais de Justiça no PL 4015 traz “inovação legislativa que visa reconhecer e proteger os Oficiais, bem como fortalecer a segurança jurídica de suas atividades essenciais”, finaliza. (MAR, 2024)

Fonte: Fenassojaf

ESPÍRITO SANTO

VILA VELHA

Carro de oficial de Justiça é alvo de tiros após cumprir mandado de intimação

Uma oficiala de Justiça do Espírito Santo foi recebida a tiros no bairro Morada da Barra, na Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, no início da tarde desta quarta-feira (26). Ela havia acabado de entregar uma intimação e, ao parar em um cruzamento, ouviu os disparos. A oficial atua na profissão há 10 anos e contou que nunca havia passado por situação como essa. O carro da vítima foi atingido no parachoque da frente.

Ela contou que tinha acabado de entregar uma intimação e continuaria trabalhando. “Tinha acabado de efetuar uma diligência, parei em uma esquina para olhar o endereço, porque eu tinha mais dois mandados para cumprir ali. De repente, escutei um barulho. Quando levantei, vi um rapaz com a arma em punho. Ele deu de cinco a sete tiros. Eu acelerei, virei a esquina e saí do bairro”, contou Cláudia Lemos. (FEV, 2014)

Fonte: G1

CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

Busca e apreensão: oficial é agredido e ameaçado de morte

Uma situação absurda mostra a precariedade das condições de trabalho pela qual passam os servidores da justiça federal e da Justiça do Trabalho em nosso país. Na última terça-feira (28/09), o oficial de Justiça Fernando Amaral Amador dos Santos foi agredido fisicamente e ameaçado de morte no momento em que dava cumprimento a uma ordem judicial, em Cachoeiro do Itapemirim, sul do Espírito Santo. Fernando é oficial de Justiça avaliador federal, lotado no TRT da 17ª Região, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, e recebeu a incumbência de efetuar a busca e apreensão de um caminhão que estava em posse do executado Jandir Soares Brito Filho, autor da agressão.

De acordo com Fernando, a diligência foi feita com o apoio de dois policiais militares e ainda assim o executado resistiu ao cumprimento da ordem. Segundo Fernando, o fato aconteceu quando cumpria o seu dever de oficial de Justiça no estabelecimento comercial do executado, um Ferro Velho.

Ele relata que o estabelecimento se encontrava fechado, com a manifesta intenção de obstar o cumprimento da ordem judicial. Munido do mandado judicial, no qual constava determinação expressa de arrombamento, o oficial solicitou o auxílio de um chaveiro e deu continuidade à diligência iniciando a retirada do veículo apreendido.

Foi nesse momento que o agressor apareceu, acompanhado de alguns familiares, e de forma inesperada e covarde partiu para agressão física ao oficial, que sofreu algumas escoriações, sendo necessária a intervenção dos policiais que estavam no local.

O agressor entrou em luta corporal com um dos policiais e conseguiu retirar a arma do mesmo, chegando a emitir um disparo que por sorte não resultou na morte de Fernando ou mesmo de outra pessoa. Sob muito custo os policiais conseguiram conter o agressor, e manter a ordem no local, mas não impedindo que seus familiares do executado proferissem ameaças de morte ao oficial de Justiça.

Fernando ressalta que chovia no momento da diligência e que por esse motivo, os policiais militares haviam se abrigado na viatura policial, enquanto que ele, mesmo sob chuva, cumpria seu dever, orientando o guincho na retirada do caminhão, até o momento em que o executado o atacou. O caso foi parar na Delegacia de Polícia Federal de Cachoeiro do Itapemirim, onde o agressor ainda se negou a dar depoimento.

O Delegado de Polícia Federal lavrou apenas um termo circunstanciado e liberou o agressor após algumas horas. Segundo Fernando, o delegado que está à frente do caso classificou o episódio como “crime de resistência”, minimizando os fatos ocorridos. O caso já está sendo analisado pelo Ministério Público Federal.

A Associação dos oficiais de Justiça Federais do Espírito Santo (ASSOJAFES) e o Sindicato dos Servidores Públicos do Judiciário Federal (SINPOJUFES) estão acompanhando os desdobramentos desse episódio e cobram providências enérgicas e imediatas para que tais fatos não venham a se repetir. Para Fernando, essa é uma situação absurda, ainda mais porque o agressor está solto e pode atentar novamente contra sua vida.

“Eu e meus colegas estamos inseguros, pois não temos respaldo do Poder Público” afirma. Ele disse ainda que além da insegurança, há falta de mão-de-obra para atender as demandas das Varas do Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim, onde o volume de mandados expedidos é enorme, não sendo possível o cumprimento da regra contida no art. 661 do CPC, que determina que tais diligências sejam cumpridas sempre por dois oficiais de Justiça, pois os colegas estão sempre sobrecarregados com o volume de trabalho e não podem dar apoio na realização deste tipo de diligência, já que são apenas cinco oficiais de Justiça para atender a imensa extensão territorial sob jurisdição das Varas de Cachoeiro de Itapemirim.

O SINPOJUFES e a ASSOJAFES repudiam esse tipo de situação e irão acompanhar esse caso. A Diretoria Executiva já está agendando uma audiência à presidência do TRT da 17ª Região a fim de solicitar providências imediatas para que esse episódio não fique impune e que sejam melhoradas as condições de trabalho dos servidores, especialmente no que se refere à segurança dos oficiais de Justiça. (OUT, 2010)

Fonte: SINPOJUFES

MONTANHA

Medidas protetivas: homem ameaça oficial de Justiça com faca

Um trabalhador rural de 21 anos foi preso pelos Policiais Militares da 4ª Companhia do 2º Batalhão, na noite desta terça-feira (26) no Distrito de Vinhático, Zona Rural de Montanha, suspeito de crime de cárcere privado. Ele se recusou a cumprir uma ordem judicial e ainda de posse de uma faca, levou sua companheira à força para um cafezal que fica ao lado de sua residência, mantendo-a em cárcere privado.

De acordo com informações contidas no boletim de ocorrência, a oficiala de Justiça foi à casa do jovem com o objeto de cumprir um mandado judicial de medida protetiva, expedido pelo Juiz daquela Comarca, pois o mesmo estava agredindo e ameaçando sua companheira, uma adolescente de 17 anos. Porém quando o braçal tomou conhecimento da ordem judicial, ele se apoderou de uma faca e retirou a adolescente violentamente de dentro do veículo da oficiala de Justiça.

Na sequência ele ameaçou seu pai e a funcionária da justiça, os quais tentaram impedir a ação contra a adolescente, mas não obtiveram êxito, pois ele a levou para um cafezal, que fica ao lado de sua casa, não sendo mais visto, devido à escuridão no local. Por volta das 22 horas, moradores informaram a PM que o suspeito retornou a sua residência com a adolescente e se trancou dentro de casa, apagando todas as luzes.

Os Militares da Radiopatrulha e do Serviço Reservado da PM (P/2), na companhia da oficiala de Justiça, foram ao local e após dialogar com o braçal por aproximadamente 20 minutos, ele liberou a adolescente e se entregou a Polícia. O jovem foi detido e encaminhado com a arma utilizada para ameaçar a adolescente, para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) de São Mateus, onde foi autuado em flagrante delito por crime de cárcere privado. (MAR, 2013)

Fonte: Infojusbrasil

VITÓRIA

Oficiais de Justiça são barrados em morros

Trabalhar como oficial de Justiça no Espírito Santo não tem sido uma tarefa muito fácil. E quem afirma isso é o presidente do sindicato da categoria. Segundo Carlos Magnus Polleti, o papel do oficial de Justiça vai além de entregar intimações para que os réus compareçam a julgamentos. Segundo ele, os oficiais têm sofrido muitas ameaças, inclusive de morte.

“Situações de risco são recorrentes. Oficiais foram metralhados na Serra, nós tivemos ataques com armas, e isso é muito comum”, afirma. Somente no ano passado, segundo o sindicato, cinco carros de oficiais foram roubados e um, inclusive, foi metralhado. “O Estado do Espírito Santo está com um problema sério de segurança, e nós somos testemunhas e sabemos que o planejamento está faltando.

Não há uma segurança tão pronta como as autoridades colocam para a sociedade”, conta o presidente. Para trabalhar os oficiais usam o próprio carro. Eles garantem que recebem uma indenização do governo para custear combustível e pequenos reparos. Mas além da falta do carro, eles também sentem a falta de armamento. Está na lei estadual. Os oficiais de Justiça têm direito a usar arma durante o trabalho. Mas a maioria prefere não andar armado. “É preciso primeiro treinamento para isso, conhecimento e preparo psicológico. E nós não temos essa preparação”. (FEV, 2014)

Fonte: TV Vitória

RIO DE JANEIRO

Oficiais de Justiça são vítimas de sequestro e ficam na mira de armas

‘Simulei estar passando mal para escapar de ser morto por bandidos’. O desabafo é de um oficial de justiça, de 54 anos, dos quais 24 dedicados à profissão, que pede para não ser identificado por medo de retaliações. A voz embargada é a marca registrada do relato sobre os momentos de terror vividos nas mãos de criminosos que resultaram em um mês de internação hospitalar com direito a CTI. Oficiais de justiça têm sempre uma história para contar, mas as dos servidores do Rio de Janeiro estão recheadas de casos de violência.

Eles enfrentam sequestros, ficam sob a mira de armas e sofrem até abuso sexual. Peças-chave para o andamento das ações judiciais e servidores com fé pública, eles são os executores das ordens do juiz, mas quando ‘fracassam’ na missão, pais não pagam pensão alimentícia, criminosos podem ser absolvidos, acusados escapam de responder pelos crimes e muitos processos param.

Por mês, o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sind-Justiça) recebe de seis a oito denúncias de violência contra os profissionais. “O Tribunal de Justiça não pode fechar os olhos para essa realidade”, protestou Alzimar Andrade, um dos diretores do Sind-Justiça. No estado, são 1.652 oficiais nas ruas. Em média, eles têm que cumprir de 250 a até 400 mandados por mês, cada um com prazo de 20 dias úteis.

Quando a área é de risco, a orientação da Corregedoria-Geral da Justiça, provimento 22, exige que o oficial procure uma unidade da Polícia Militar para pedir apoio ou atestar que a região é conflagrada, o que gera o mandado negativo por periculosidade. “Muitas vezes não tem policiais à disposição, mas quando tem, o oficial não dispõe de equipamento de segurança. Tem alguns que andam de caveirão. Este ano, temos 92 policiais mortos, o que mostra que cumprir o mandado com um

policial não é garantia de segurança”, alertou Andrade.

Em nota, a PM informou que operações são planejadas para atender os oficiais de justiça apenas em casos especiais, como um mandado de reintegração de posse de prédio ou terreno. Mas que no dia a dia, o apoio é feito pelos batalhões, que avaliam riscos e o emprego de policiais para acompanhar o funcionário da Justiça.

O trabalho do oficial é fundamental para o andamento do processo. Ele é o responsável por informar pessoalmente às partes, como autor e réu, sobre os movimentos da ação e também por prisões, como em caso de falta de pagamento de pensão alimentícia, busca e apreensão de menores.

Se um acusado de um crime não é encontrado para receber a citação— procedimento jurídico que dá conhecimento sobre o caso ao réu e o integra na relação processual—, o processo nem começa. Se um juiz, com base na Lei Maria da Penha, determina que o marido fique longe da mulher, a decisão não terá efeito se ele não for encontrado. O fato de o oficial não localizar uma testemunha de um homicídio para intimá-la a prestar depoimento em juízo pode levar à absolvição do criminoso.

“Temos problemas todos os dias. Imagine uma ação de alimentos. O juiz, em decisão liminar, determina o pagamento, mas o pai não é localizado pelo oficial. A mãe não vai receber. Infelizmente, não há o que fazer”, contou a coordenadora Cível da Defensoria Pública do Estado, Cintia Guedes.

Para a coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais, do Ministério Público, Somaine Patrícia, não é possível exigir que eles entrem em localidades conflagradas. Mas a situação gera prejuízos para as partes por falta de intimação dos réus, vítimas e testemunhas e audiências são remarcadas. “Enquanto se espera melhora na segurança pública, buscam-se, cada vez mais, meios alternativos, como e-mail e celulares”, explicou Patrícia.

Um oficial que quase morreu nas mãos de bandidos diz que a saída é dominar os traumas. “Continuo trabalhando do jeito que dá”, afirmou.

“Fiquei com arma na cara”

Bandidos, abusos sexuais, a ira dos réus e até cachorros ferozes fazem parte da lista de obstáculos enfrentados pelos oficiais de justiça.

E mais: eles ainda são confundidos com policiais. “Fui entregar uma intimação na Barreira do Vasco para uma mãe comparecer à Defensoria Pública. Acabei rendida por dois homens. Eles ficaram rodando comigo duas horas no carro e um deles foi passando as mãos nas minhas pernas”, contou uma oficial. Ela acabou deixada em São Cristovão. “Fiquei com arma na cara. Mas eles decidiram me soltar e falaram que se denunciasse à polícia iam me matar”.

Situações inusitadas, como cantadas, correm por fora, mas também estão no repertório dos servidores. “Às vezes, você chega e a pessoa fala, nossa como a senhora é bonita. A gente finge que não houve e segue em frente”, declarou outra oficial. Mas a violência é o que mais assusta. “Já fui cumprir um mandado onde o réu conseguiu tomar a arma do policial. Foi a maior confusão.

Ele apertou várias vezes o gatilho, mas a arma estava travada”, lembrou um servidor que atua no interior do estado. Eles fazem questão de ressaltar que a violência não está só na capital, mas até em cidades pequenas como Miracema, Noroeste Fluminense. (AGO, 2017)

Fonte: Jornal O Dia

RIO DE JANEIRO

Oficial de Justiça é impedida pela polícia de entrar na Alerj

Na sexta-feira (17), a juíza Ana Cecilia Argueso Gomes de Almeida, da 6ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), determinou a liberação das galerias da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) para o público. Uma oficial de Justiça foi à Casa com a liminar em mãos, mas foi impedida de entrar pela polícia.

O deputado Flavio Serafini (Psol) argumentou com os policiais,

afirmando que a oficial da Justiça não poderia ser barrada.

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) decidiu entrar com uma ação na Justiça para anular a sessão da Alerj, que determinou a soltura do presidente da Casa, Jorge Picciani, e dos deputados Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do PMDB. O mandado de segurança do MP argumenta que, mesmo com liminar concedida pela Justiça determinando a abertura da sessão para o público, o presidente em exercício da Alerj durante a sessão, deputado Wagner Montes, e a mesa diretora mantiveram os portões fechados, inclusive com a proteção policial.

Picciani, Albertassi e Paulo Melo haviam sido presos na quinta-feira (16), acusados de de corrupção, associação criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. (NOV, 2017)

Fonte: Jornal do Brasil -

RIO DE JANEIRO

Oficial de Justiça acusa policial federal de agressão

Um oficial de justiça denunciou ontem ao Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sind-Justiça) que foi agredido por um delegado da Polícia Federal. A violência aconteceu porque servidor foi comunicar o agente sobre uma ação de cobrança de aluguéis que tramita na 6ª Vara Cível. O caso foi registrado na 23ª DP (Méier).

“O Sindicato vai oficialiar à Polícia Federal para abrir uma investigação sobre o caso”, afirmou Alzimar Andrade, um dos diretores do Sind-Justiça. Em agosto, O DIA publicou a série de reportagens ‘Barreiras contra a Lei’ sobre a violência que os oficiais de justiça sofrem. No estado, são 1.652 oficiais nas ruas. Em média, eles têm que cumprir de 250 a até 400 mandados por mês,

cada um com prazo de 20 dias úteis.

O trabalho do oficial é fundamental para o andamento do processo. Ele é o responsável por informar pessoalmente às partes, como autor e réu, sobre os movimentos da ação e também por prisões, como em caso de falta de pagamento de pensão alimentícia, busca e apreensão de menores.

Protesto

Para chamar a atenção sobre os casos de violência contra os servidores a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores do estado do Rio de Janeiro e o Sind-Justiça vão promover ato dia 10 de outubro, às 14h, em frente ao Tribunal de Justiça.

As instituições defendem que a união é o único caminho para chamar a atenção contra o descaso que os profissionais sofrem pelos tribunais e governo. De acordo com levantamento da Corregedoria-Geral da Justiça feito a pedido do DIA, de 1º de agosto do ano passado até a mesma data deste ano foram registrados 17.081 mandados negativos por periculosidade só em cinco das 81 comarcas. Há 14 fóruns regionais. Foram mapeadas as comarcas dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias; além de Leopoldina, Pavuna e Bangu. (SET, 2017)

Fonte: O Dia

BARRA DO PIRAI

Oficial de Justiça é morto a tiros ao cumprir intimação

Um oficial de Justiça capixaba foi assassinado a tiros na última terça-feira (11), em Barra do Piraí, município ao sul do estado do Rio de Janeiro. Francisco Ladislau estava trabalhando no Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro há pouco mais de dois meses. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal fluminense, o oficial voltava para o carro quando foi surpreendido por bandidos, que atiraram contra Francisco e fugiram com o veículo da vítima. O crime ocorreu próximo a um posto da PRF. O suspeito do assalto foi preso no mesmo dia do crime.

De acordo com a Polícia Civil, o corpo de Francisco Pereira Ladislau Neto, de 25 anos, foi encontrado às margens da estrada, na altura do bairro Belvedere da Taquara. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, o crime aconteceu depois que ele levou uma intimação a um morador do bairro Santo Antônio. A perícia informou à equipe de reportagem do RJTV que a vítima, natural do Espírito Santo, também teria sido atropelada enquanto tentava fugir pela rodovia. O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML) da cidade. A polícia disse ainda que o suspeito fugiu com o carro e o abandonou no bairro Matadouro, a 3 km do crime.

O veículo foi levado, danificado e com marcas de disparos, para a 88ª Delegacia de Polícia (Barra do Piraí), onde a ocorrência foi registrada. Até a última atualização desta reportagem, os agentes não tinham informações sobre o autor, nem a motivação do homicídio. A polícia de Barra do Piraí (RJ) prendeu, na noite desta terça-feira (11), Marco Antônio Dantas Mattos Dias, de 51 anos, suspeito do assassinato, horas antes, do oficial de Justiça Francisco Pereira Ladislau Neto, de 26 anos. Ele foi localizado na casa de parentes, no bairro Química. O crime teria acontecido no sítio do suspeito, no quilômetro 255, no bairro Belvedere de Taquara. De acordo com o delegado Raul Morgado, o suspeito teria surtado depois de receber do oficial de Justiça, na tarde de ontem, uma intimação de uma ação trabalhista, provavelmente de um empregado que trabalha na farmácia de sua mãe.

Segundo Morgado, Marco Antônio atirou na vítima que mesmo ferida teria corrido pela rodovia, mas acabou caindo no chão. “O suspeito

assumiu a direção do veículo da vítima, um Fox Branco, e teria atropelado Francisco que não resistiu e morreu no local. Foram encontradas várias intimações da Justiça trabalhista da cidade dentro do carro da vítima. Uma força tarefa composta pelas polícias Civil, Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal (PRF), foi montada e conseguimos localizar Marco Antônio. Ele estava na casa de um sobrinho, no bairro Química. Ele foi flagrado por uma câmera de segurança de uma firma, enquanto fugia com uma pasta preta na mão. O suspeito abandonou o carro da vítima no bairro Coimbra, três quilômetros do local onde o corpo do oficial estava”, disse Morgado.

O delegado afirmou que a região onde o oficial atuava era tranquila e Francisco teria ido entregar as intimações sem o auxílio de policiais militares. A PRF informou que a vítima havia parado no posto policial para pedir informações sobre onde ficava o bairro Santo Agostinho. Marco Antônio foi indiciado por homicídio qualificado por motivo fútil. O suspeito será submetido a exame de corpo e delito.

Repercussão

O assassinato de Francisco teve grande repercussão em Vitória, cidade onde ele morava. Francisco trabalhava havia pouco mais de dois meses como analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro. Segundo a família, o rapaz estava muito feliz, pois havia sido aprovado em concursos em três estados: Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Ele esperava uma vaga no Espírito Santo para onde pretendia retornar. “Ele era um jovem muito estudioso, o sonho dele era ser juiz”, declarou o tio do rapaz, Braz Ladislau, ao jornal A Gazeta, de Vitória. O TRT-RJ suspendeu o expediente ontem e hoje na Vara do Trabalho em Barra do Piraí, em luto pelo oficial.

Por meio de nota, a presidência do tribunal informou que se coloca à disposição das autoridades para colaborar com a apuração dos fatos. Francisco é um dos filhos do jornalista capixaba e sindicalista Francisco Ladislau Pereira Filho, mais conhecido como Chico Pardal. O jornalista trabalhou durante anos na rede Gazeta e atualmente desempenha a função de assessor executivo da prefeitura de Cariacica. (NOV, 2014)

Fonte: InfoJus Brasil, com informações do portal G1 / Portal Folha Vitória / FocoRegional.com.br

MAGÉ, AGO 2009

Oficial de Justiça é assassinado

O oficial de Justiça Cláudio Braga Asensi, 36 anos, lotado na Vara Criminal de Magé, foi executado por volta de 6h30 deste sábado, em uma lanchonete da Rua Martins Pena, próximo ao número 935, na Vila São Luiz, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. O assassino seria o traficante 'Piquete', recém-regresso do sistema penitenciário, e contra quem pesaria a acusação de ter também matado um PM.

Fonte: Geraldo Perelo

RIO DE JANEIRO

Busca e apreensão: oficial de Justiça é alvejado com 10 tiros

Passa bem o oficial de Justiça Gerson Carneiro Nascimento, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, baleado na mão na última sexta-feira (dia 9 de novembro) quando cumpria uma diligência de Busca e Apreensão de dois veículos comprados por um casal de estelionatários próximo ao Morro do Adeus, em Ramos, Zona Norte da cidade.

No curso da diligência, ao tentar abordar e apreender os automóveis, Gerson foi surpreendido com a reação do réu, que, junto com outras duas pessoas, fugiu em um dos carros que seriam apreendidos, embrenhando-se por uma rua transversal à Estrada do Itararé, em Bonsucesso.

Com o auxílio de agentes da 21ª DP (Bonsucesso), o oficial de Justiça foi atrás do veículo, mas todos acabaram emboscados. Tanto o carro policial, como o de Gerson, ficou crivados de balas, sendo que só o do oficial de Justiça levou 10 tiros. Um agente da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), que estava dentro de um helicóptero da Polícia Civil, foi atingido na cabeça por disparo de fuzil e acabou morrendo. A polícia conseguiu prender os donos dos carros.

De acordo com o presidente da Associação dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Rio de Janeiro (AOJA/RJ), André Moreno, Gerson Nascimento já se submeteu ao exame de corpo de delito e teve apenas ferimentos superficiais na mão. Ele passa bem, apesar do susto, e deverá entrar de licença médica até que sua mão esteja curada. (NOV, 2007)

Fonte: JusBrasil

CAMPOS

Mandado de desocupação: réu atira em oficial de Justiça

Um oficial de Justiça de Campos/RJ, no cumprimento de diligência, foi recebido a tiros pelo réu numa ação de despejo. Comovidos, serventuários da Comarca realizam Ato Público no dia 25 de junho (quarta-feira), às 15 horas, nas escadarias do Fórum. (JUL, 2008)

Fonte: Fojebra

RIO DE JANEIRO

Oficiala de Justiça é sequestrada e baleada

A profissão de oficial de Justiça foi fator agravante para duas vítimas de assalto no Rio de Janeiro. Em sequestro relâmpago, após perceberem que vítimas eram oficiais de justiça, os bandidos tornaram-se mais violentos, fizeram ameaça de morte e servidora foi baleada na cabeça. (JAN, 2014)

Fonte: Assojaf-GO

ICARAÍ

Oficial de Justiça é sequestrado e torturado ao cumprir mandado

A compaixão de um morador do Morro Souza Soares, em Santa Rosa, Zona Sul de Niterói, salvou a vida de um oficial de Justiça lotado na Central de Mandados das Varas Cíveis e Criminais que atua na cidade. Ele foi sequestrado na tarde de anteontem por traficantes que atuam no local. O servidor cumpria um mandado da Vara Cível no número 654 da Rua Mário Viana, em frente a um supermercado e foi arrastado para dentro da favela por bandidos.

Ao revistarem a vítima foi encontrado a carteira de oficial de Justiça Avaliador (OJA) e motivou uma série de agressões. A tortura acabou com ordem do chefe do tráfico na localidade que se sensibilizou a um pedido de um antigo morador, que testemunhou as agressões e pediu pela liberdade do oficial de Justiça. A vítima optou por não registrar a ocorrência, mas disse que relatará o fato ao juiz em certidão. (SET, 2014)

Fonte: A Tribuna

RIO DE JANEIRO

Mandado de citação: oficial de Justiça ameaçado, agredido e desacatado

Oficial de Justiça da Central de Mandados do Fórum Regional da Leopoldina (Olaria) foi ameaçado, agredido, desacatado e expulso do local pela parte demandada ao cumprir mandado de citação. Ato contínuo, requisitou auxílio Policial do 16º BPM e efetuou prisão da parte e conduziu-a para 22ª DP (Penha). (JUL, 2008)

Fonte: Fojebra

RIO DE JANEIRO

Mandado de citação: médico agride oficial de Justiça com socos e pontapés e o mantém em cárcere privado

Deve seguir em frente o processo contra médico acusado de agredir e manter em cárcere privado um oficial de Justiça do Rio de Janeiro. O Juiz federal Guilherme Calmon, convocado para compor a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, negou Habeas Corpus ao médico. A decisão revogou liminar que traçava a ação penal.

Segundo o TRF-2, o oficial foi à casa do médico, no bairro da Barra da Tijuca, em dia 10 de agosto de 2001. O oficial fazia a citação em uma ação fiscal promovida pela Fazenda Nacional, contra a empresa de estética da qual o médico é representante.

O servidor público foi atendido pela companheira do médico, que o convidou para entrar na casa. Então, ele foi surpreendido pelo médico, que se levantou da cama nu, agredindo-o com socos e pontapés. Na investida, o oficial ficou sem alguns pertences, além de sua carteira funcional, objetos que foram tomados pelo agressor, que

a esta altura também o ameaçava com um cão rottweiler.

O oficial foi obrigado a permanecer trancado em um closet, de onde conseguiu fugir escalando algumas janelas e pulando os telhados de duas casas vizinhas. A vítima chegou até a guarita de segurança do condomínio onde fica a casa do agressor e chamou a polícia, que prendeu em flagrante o médico. Acusado de lesão corporal, roubo, desacato, cárcere privado e oposição à execução de ato judicial, o médico conseguiu obter liminar para relaxar sua prisão, mas vai continuar respondendo à ação. Processo nº 2002.02.01.006034-4. (AGO, 2001)

Fonte: Conjur

NITERÓI

Tráfico tortura oficial de Justiça até com roleta russa

Um oficial de Justiça da Central de Mandados das Varas Cíveis e Criminais de Niterói foi sequestrado por traficantes do Morro Souza Soares, em Santa Rosa, no início da tarde da última quarta-feira quando tentava entregar uma ordem judicial a um morador da Rua Mário Viana, próximo a um supermercado.

Segundo colegas de trabalho da vítima, o oficial de Justiça foi rendido por bandidos fortemente armados assim que desceu da moto e foi imediatamente arrastado para dentro da favela, onde foi mantido durante uma hora por oito criminosos, que o agrediram física e psicologicamente, fazendo roleta-russa com ele. Os bandidos só libertaram o oficial após confirmarem que ele não era policial e o próprio morador que receberia a intimação intervir pedindo que o trabalhador não fosse morto. Mesmo assim, os traficantes avisaram que se ele retornasse ao local seria assassinado.

Com medo de represálias, o oficial não registrou queixa na delegacia. Um colega de trabalho revelou que nos últimos seis meses,

três oficiais de Justiça já foram ameaçados por traficantes no Morro do Souza Soares. “Isso é corriqueiro lá e em outras comunidades da cidade, como a Igrejinha e a Grota do Surucucu, em São Francisco”.

O diretor do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Sindjustiça-Rio), Alvimar Andrade, disse que o número de profissionais que relatam ter passado por esse tipo de situação é grande. Por isso a classe vem reivindicando tratamento psicológico para os servidores, além de adicional de periculosidade. “Esses oficiais não têm segurança e não podem portar armas. Se em comunidades assim, nem a polícia quer entrar, que dirá os oficiais.”

O Tribunal de Justiça disse em nota que todo oficial de Justiça, ao ingressar em locais de maior periculosidade, pode requisitar o auxílio da força policial. E, quando não tiver segurança para fazê-lo, deve comunicar ao Juízo as razões pelas quais não foi possível o cumprimento do mandado. Entretanto, o fato ocorreu em uma área movimentada e muito provavelmente o oficial entendeu que não havia risco no local e no horário da diligência. Além disso, o TJ informou que o Provimento nº 22, de 2009, da Controladoria Geral da Justiça, disciplina o cumprimento de diligências por oficiais de Justiça em área de risco, explicando o passo a passo. Ele ressalta ainda que os oficiais não estão obrigados a cumprir diligências em áreas de risco, seja em razão do tráfico ou de milícia.

“Muito pelo contrário, o TJ autoriza o não cumprimento das diligências nesses locais, demonstrando a preocupação do TJ com a integridade física dos oficiais. Os oficiais podem optar, nas áreas de risco, a cumprir diligências, solicitando, para tanto, auxílio de força policial”, diz a nota.

Tortura

Durante o tempo em que ficou em posse dos criminosos, a vítima relatou a amigos que viveu momentos de terror. “Disseram que ele era polícia e levaram ele para a comunidade. Lá, o colocaram sentado no chão e começaram a revirar as coisas deles.

Ao encontrarem a carteira de oficial de Justiça Avaliador (OJA), reviraram a mochila dele e vasculharam as ligações e mensagens em seu celular. Depois, começaram a agredi-lo e apontaram

uma arma para a cabeça dele, iniciando a roleta-russa. Eram garotos de 17, no máximo 18 anos, além de um ou outro maior. Todos portavam armas de grosso calibre. O que aconteceu com ele se tornou rotina em Niterói. Diversos profissionais já estão com problemas psicológicos, com síndrome de pânico. O caso é muito sério”, disse um colega de trabalho da vítima.

Memória

A Rua Mário Viana tem se tornado palco de frequentes ações criminosas. Recentemente a via foi fechada diversas vezes por causa de confrontos entre traficantes e policiais do 12º BPM (Niterói). No último dia 12, uma dessas trocas de tiros assustou moradores e quem passava pela região.

Em maio deste ano, a entrega de um mandado judicial também acabou em tiroteio no Morro do Bonfim, na Lagoinha, Caramujo, em Niterói, quando um oficial de Justiça foi até a sede do batalhão, na Avenida Jansen de Melo, e pediu apoio para entregar o documento na comunidade dominada pelo tráfico de drogas. Quando chegaram no acesso ao local, os bandidos atiraram contra a viatura da polícia. O oficial de Justiça abandonou o local e os PMs pediram reforço do Grupamento Aeromárítimo (GAM). Houve intenso confronto, mas ninguém ficou ferido. (FEV, 2015)

Fonte: O Fluminense

RIO DE JANEIRO

Oficiais de Justiça são vítimas de sequestro relâmpago

Vítima de um sequestro relâmpago ao lado de uma colega de profissão, um oficial de Justiça Federal tomou uma atitude corajosa na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro, na madrugada de sexta-feira (19). Ameaçado por três bandidos armados, que estavam no banco traseiro, Moises Tomé de Queiroz, de 48 anos, jogou o seu veículo, um CRV prata, no pátio da 16ª DP (Barra da Tijuca) para pedir ajuda. Com a ação, os bandidos desceram do carro e, antes de tentar fugir, fizeram três disparos na direção das vítimas.

No banco do carona, Cristina Silva de Melo, de 48 anos, levou dois tiros de raspão na cabeça. Os dois oficiais de Justiça estavam de plantão e foram atender a um chamado no Centro. Na tentativa de fuga, um adolescente de 16 anos foi apreendido por policiais civis a poucos metros do pátio da delegacia, na Rua Maria Luísa Pitanga.

Magno Kelo dos Santos, de 21 anos, foi preso e outro adolescente de 16 anos foi apreendido por policiais militares do 23º BPM (Leblon), acionados para dar apoio à ocorrência, na Avenida do Pepê, na Barra. Com eles, foi apreendido um revólver calibre 38.

De acordo com os PMs, o primeiro menor apreendido já tinha passagem pela polícia também por tentativa de assalto. Cristina foi levada para o Hospital municipal Lourenço Jorge e depois foi transferida para uma unidade particular. O estado de saúde dela é bom.

Segundo os seus familiares, ela e Moises estavam de plantão e foram chamados para acompanhar o caso de uma menina de quatro anos que buscava atendimento num hospital. Na volta para a Barra, quando desciam do carro para fazer um lanche, eles foram abordados na Avenida Olegário Maciel, na Barra.

Ao ver a identificação dos oficiais de Justiça, os assaltantes começaram a fazer ameaças que levariam as vítimas para uma favela e executariam os dois. Assustado, Moises entrou no pátio da delegacia para pedir ajuda. O filho de Cristina, o advogado Leonardo Silva de Melo, de

23 anos, contou que a sua mãe já tinha sofrido um sequestro relâmpago em 2003.

Por causa desse crime, ela teve síndrome do pânico e ficou afastada do trabalho. — Minha mãe foi vítima desse mesmo crime em 2003, quando ficou por volta de seis horas no poder dos bandidos. Ela ficou afastada do trabalho por um tempo e esse era o seu primeiro plantão. Ficamos revoltados porque esses bandidos já cometeram outros crimes e continuavam soltos. Se nada for feito, a sociedade continuará passando por esse tipo de situação — disse Leonardo. (JUL, 2013)

Fonte: Agência O Globo

RIO DE JANEIRO

Mandado de intimação: vascaíno ofende oficial de Justiça

O Juízo da 34ª Vara Cível condenou o presidente de Vasco, deputado Eurico Miranda, a pagar 150 salários mínimos (R\$ 27 mil) para o oficial de Justiça, James Vaz. A Associação dos oficiais de Justiça do Rio de Janeiro moveu a ação porque o presidente do clube disse que “oficial de Justiça e merda é a mesma coisa”. A frase foi dita quando Vaz entregou a liminar da 20ª Vara Cível que determinava livre acesso dos jornalistas do jornal dos Esportes, jornal Extra e O Globo para trabalhar nas dependências de São Januário. (OUT, 2009)

Fonte: Conjur

RIO DE JANEIRO

Favela: “não sabiam se iam me picotar”, relata oficial de Justiça

“Escutei o tempo todo a discussão dos bandidos, que estavam decidindo como me matariam. Pensei em cortar os pulsos porque não queria morrer nas mãos deles”. Essa é lembrança dos momentos de medo e tensão que viveu o oficial de Justiça Fábio Pereira da Cunha, vítima de um sequestro, na tarde da última sexta-feira, na Vila Cruzeiro, no Complexo de Favelas da Penha, Zona Norte da capital, dominada pela facção criminosa Comando Vermelho (CV).

Fábio contou que durante todo o tempo em que ficou na mão dos bandidos, tentou manter a calma, mas o desespero veio à tona quando, ao escutar conversas dos traficantes, soube que seria morto e de maneira impiedosa. — Ouvei quando telefonaram para um homem com apelido de Mica (Paulo Roberto de Souza Paz – chefe do tráfico da Vila Cruzeiro) e perguntaram como deveriam me matar. Não sabiam se iriam me “picotar” ou se me colocariam em pneus — relatou o oficial de Justiça, se referindo ao modo cruel que bandidos costumam usar para matar suas vítimas, chamado sarcasticamente de micro-ondas.

A vítima, entrevistada ontem pelo Jornal Povo do Rio, contou o que de fato aconteceu nos momentos em que esteve sob o poder dos bandidos. Diferente do que foi divulgado pela imprensa no dia seguinte ao crime, Fábio não foi liberado após ter apenas o relógio roubado.

De acordo ele, pouco depois do meio-dia, quando ele chegou à Penha para entregar uma intimação em nome da Justiça Fazendária, foi abordado por dois elementos armados com uma pistola em uma motocicleta. De acordo com Fábio, eles queriam saber o que fazia ali. Ao se identificar como oficial de Justiça, que estava indo entregar uma intimação, a vítima foi rendida e levada para um barraco no interior da Vila Cruzeiro. — Estou traumatizado! Nunca imaginei como seria o sentimento de medo por quase ter morrido, como estou sentindo agora. Só sabe o que é quem sofre uma agressão psicológica como essa — revelou Fábio.

Em meio a muitas discussões entre os criminosos, Fábio acabou solto, após permanecer cerca de quatro horas em cativeiro. Angustiado, ele fez o que toda vítima deve fazer ao sofrer uma agressão, e foi correndo para a delegacia do bairro (22ª DP) registrar a violência que viveu. — Na delegacia fui informado que o Mica é o chefe do tráfico na favela. Segundo a polícia, eu só não fui morto porque os bandidos sabiam que a polícia teria que fazer uma operação para

prender ou matar o Mica para dar uma resposta à sociedade — alegou o oficial, que disse nunca mais pretender voltar ao local.

Ainda segundo a vítima, embora a favela esteja tomada pela Polícia Militar, não foi percebida nenhuma presença policial nos momentos em que entrou e saiu da comunidade. Desde o último dia 18 de agosto o Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM (Bope) ocupa a Vila Cruzeiro e o posto policial no interior da comunidade. A medida foi uma decisão da Secretaria de Estado de Segurança Pública, para garantir a segurança durante operação da Polícia Civil, realizada no dia seguinte por 400 agentes, que encontrou o local do cativeiro de três chineses e do vice embaixador do Vietnã, sequestrados no Morro do Corcovado. (SET, 2008)

Fonte: Oficial de Justiça Rommel– Thaís Fonseca (JORNAL O POVO)

NITERÓI

Oficial de Justiça é assaltado

Há uma semana, ocorreu outro incidente, envolvendo o assalto a um oficial-de-Justiça do TJ/RJ, no mesmo local em que os agentes federais foram emboscados. A diretoria da Fenapef já está atuando no caso, e vai buscar o apoio de todas as instituições envolvidas para sanar essa situação absurda, que coloca em risco a vida de policiais federais no exercício de funções relacionadas aos agentes penitenciários e oficiais de justiça.

O mínimo de razoabilidade já impediria missões nessas condições à noite, que exigem condições especiais de logística, quando se trata de deslocamentos entre favelas ocupadas pelo crime organizado. (SET, 2013)

Fonte: InfoJus BRASIL (com informações da Fenapef)

DIVINÓPOLIS

Oficial de Justiça sofre acidente durante diligência

A Oficial de Justiça do TRT da 3ª Região (MG), Elimara Cardoso Bernardes Gaia, sofreu um acidente automobilístico na última quinta-feira (26) enquanto retornava de uma diligência. O veículo que provocou o acidente seguiu viagem sem sequer se preocupar se havia vítimas.

Apesar de o carro em que Elimara ter capotado, felizmente, ela não sofreu ferimentos mais graves e já se recupera.

O carro capotou quando a Oficial lotada na Vara de Divinópolis retornava de uma diligência que acabara de realizar em local dentro da sua jurisdição.

Em um relato divulgado pelo Sitraemg, Elimara reafirma a profissão de risco, uma vez que “os Oficiais de Justiça estão sempre sujeitos aos riscos de acidentes automobilísticos, assaltos, dentre outros. É uma profissão de alto risco, o que não é reconhecido legalmente”.

Confira, abaixo, o relato da Oficial de Justiça:

“Os oficiais de justiça estão sempre sujeitos aos riscos de acidente automobilísticos, assaltos, dentre outros. É uma profissão de alto risco, o que não é reconhecido legalmente.

Felizmente, não sofri nada mais grave, contraindo apenas uma lesão na coluna, apesar da perda total de meu veículo, após me livrar de uma colisão frontal, em razão de uma ultrapassagem ilegal feita por um motorista irresponsável. Eu me vi obrigada a desviar o meu carro, que veio a capotar.

Esses são os infortúnios que acometem com a profissão do oficial de justiça e que deveriam ser reconhecidos como riscos

profissionais para efeito de aposentadoria especial e direito aos adicionais de insalubridade e de periculosidade, uma vez que estamos expostos aos perigos constantes: exposição ao sol e às chuvas, trânsito das rodovias, assaltos etc.. A função do oficial, já está mais do que provado, é de alto risco.

E não podemos nos esquecer do fato de que trabalhamos com nosso próprio veículo, e ainda custeamos todas as despesas: de abastecimento, manutenção, impostos, seguro e outros.

Por essas e outras razões, aconselho todos os oficiais de justiça que vierem a ser acometidos por algo inusitado – acidente automobilístico, assaltos, cárcere privado, etc. – a comunicarem o fato ao seu sindicato, associação e tribunal, pois temos que relatá-los, a fim de que sirvam para os levantamentos estatísticos que são feitos e para a consequente busca das devidas soluções”. (OUT, 2017)

Fonte: FenassojaF com o Sitraemg

ALFENAS

Oficial de Justiça do TJMG tem o carro depredado em cumprimento de mandado

Mais um caso de violência contra oficiais de Justiça no exercício de suas atividades profissionais ocorreu no último dia 20 de junho, no Bairro Recreio Vale do Sol, na cidade de Alfenas (MG). O carro do oficial de Justiça Márcio Pereira Lopes da Cruz foi apedrejado em retaliação ao cumprimento de seis mandados de reintegração de posse. O servidor foi recebido por dezenas de populares bastante exaltados que se opuseram ao efetivo cumprimento da ordem judicial.

De acordo com o diretor Financeiro do Sindojus-MG, Leonardo Mendes de Oliveira, os casos de violência contra oficiais de Justiça em diligências vem aumentando sistematicamente. “O Sindojus-MG vem cobrando das autoridades competentes mais atenção, cuidados e medidas por parte do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

para garantir a segurança do oficialato no cumprimento dos mandados judiciais”. O diretor destaca que é inadmissível um caso de violência contra oficiais de Justiça como este que ocorreu em Alfenas.

Leonardo de Oliveira enfatiza que a crescente onda de violência praticada contra os oficiais de Justiça sinaliza que chegou a hora da direção do TJMG repensar os riscos que envolvem esses profissionais no cumprimento de ordens judiciais. “O risco é evidente e não existem medidas em discussão que busquem dirimir a ocorrência destes casos de violência. A segurança do oficial de Justiça em diligências é uma questão que precisa ser avaliada pelo Tribunal com urgência.”

Violência

Segundo dados do Levantamento de Crimes Cometidos Contra Oficiais de Justiça no Cumprimento de Ordens Judiciais, entre 2011-2015, foram registrados 31 homicídios e mais de 20 tentativas de assassinato contra oficiais de Justiça no Brasil. A coletânea, produzida pelo diretor tesoureiro da ASSOJAF-GO, Fábio de Paula Santos, também traz relatos de demais agressões físicas e psicológicas contra estes servidores. (JUN, 2016)

Fonte: Sindojus-MG

MANTENA

Oficial de Justiça é assassinado com tiro na cabeça

Aconteceu na manhã desta quarta-feira (17) um assassinato, próximo à ponte de concreto que liga o bairro Campo Novo ao Loteamento Carabina, em Barra de São Francisco. Segundo informações a vítima era oficial de Justiça, Ronald Alves da Fonseca e Silva, morava em Mantena-MG e era conhecido como Rony Cabeção. O motivo do crime ainda não foi divulgado. O oficial de Justiça da Comarca de Mantena – MG, Ronald Alves da Fonseca e Silva, 55 anos, foi assassinado com disparos de arma de fogo na manhã desta quarta-feira, 17 de dezembro de 2014, no bairro Campo Novo em Barra de São Francisco.

Segundo informações o oficial estava sentado em uma cadeira ingerindo bebida alcoólica no Bar do Tião no bairro, quando um desconhecido utilizando de uma motocicleta adentrou no bar e efetuou três disparos de arma de fogo contra a vítima. Ronald foi socorrido pela Polícia ainda com vida, mas ao dar entrada no Pronto Socorro do Hospital Dr Rita de Cássia, Ronald não resistiu aos ferimentos e veio a óbito. A Polícia Militar colheu informações e buscas estão sendo feitas na tentativa de se localizar o autor do crime. A Polícia Civil vai investigar o caso. Preso embriagado. Em setembro deste ano, Rony foi preso e se identificou como oficial de Justiça, em Mantena, ao ser flagrado dirigindo embriagado.

Conforme informações do boletim de ocorrência, durante uma fiscalização na MG-381, o homem identificado pelas iniciais foi flagrado conduzindo uma caminhonete Hilux, de cor prata. Ao constatar que o motorista apresentava direção perigosa, ele foi interceptado na altura do Km 1 da rodovia. O suspeito até tentou realizar o teste do bafômetro, mas devido ao alto nível de embriaguez ele não conseguiu soprar o equipamento, segundo a Polícia Militar Rodoviária (PMRv). A carteira de habilitação do motorista foi apreendida e ele encaminhado para a Delegacia de Plantão de Polícia Civil do município. No local, o suspeito deitou no chão, rolou de um lado para o outro e desacatou os militares. (DEZ, 2014)

Fonte: Assojaf-GO

BELO HORIZONTE

Vingança: oficial de Justiça é torturado e morto por foragido

Após ficar quase uma semana desaparecido, o corpo do oficial de Justiça Carlos Roitman Ferreira Vaz, de 30 anos, foi encontrado nessa terça-feira (6) em uma mata em Itabirito, na região metropolitana de Belo Horizonte. O homem foi torturado e morto após ter sido entregue a um foragido por um amigo, que recebeu R\$ 2.000 pelo “serviço”. Vaz prestava serviço para a prefeitura de Itabirito e cumpria uma rotina de trabalho na delegacia da cidade. No dia 1º de agosto, saiu para trabalhar e não deu mais notícias. O irmão da vítima, que não quer se identificar, tentou encontrar o oficial. Nós começamos a procurar todos os dias, pela agonia da família. O meu objetivo era colocar um ponto final nessa história”, afirmou.

A vítima havia sido vista pela última vez em um posto de combustíveis, onde encontrou com um amigo da família para comprar um carro. O encontro foi registrado pelas câmeras de segurança do estabelecimento. As imagens ajudaram a desvendar o assassinato. O oficial foi torturado, esfaqueado e teve uma orelha cortada.

Antes de morrer, entrou em luta com os criminosos. Para a mãe de Vaz, o mais doloroso foi saber que um amigo do filho teve coragem de cometer o crime. — Ele estava comendo, bebendo e dormindo na minha casa junto com os meus filhos. Quatro suspeitos de participar do assassinato estão presos na Delegacia de Itabirito. A vítima deixou um filho de oito anos e a namorada grávida de oito meses. (AGO, 2013)

Fonte: Portal R7

BELO HORIZONTE

Oficial de Justiça morre queimado

A oficiala de Justiça Heloíse Fernandes, de 37 anos, teve 80% do corpo queimado, no bairro Bela Vista, no setor Norte da cidade. A ocorrência registrada na última sexta-feira (25) deixou autoridades e população intrigadas. Após denúncia, os Policiais Militares se depararam com a mulher com queimaduras graves por todo o corpo.

A oficiala de Justiça chegou a ser socorrida pelo Corpo de Bombeiros e estava semiconsciente, deitada no chão com queimaduras de terceiro grau e foi encaminhada imediatamente para a Santa Casa de Misericórdia de Araxá, e em seguida devido à gravidade do caso e das fortes dores, foi transferida para o Hospital João XXIII, na capital mineira, onde funciona o maior Pronto Socorro do Estado, especializado em politraumatismos e grandes queimaduras. Ainda não se sabe a causa do atentado à oficial de Justiça.

A 43ª Delegacia Regional de Segurança Pública está apurando e investigando o caso de forma sigilosa. “Com a conclusão do inquérito policial, vamos nos manifestar a respeito do que efetivamente aconteceu. Por enquanto, transcorre de uma forma sigilosa e somente após uma total apuração que podemos trazer à tona tudo o que aconteceu nesse caso da oficiala de Justiça. Já interrogamos diversas pessoas e estamos empenhados para punir o autor deste crime”, concluiu o delegado de crimes contra a Vida, Dr. Victor Hugo Heisler. (ABR, 2011)

Fonte: Jornal Araxá/Aojustra

BELO HORIZONTE

Citação: oficial de Justiça é baleado

O oficial de Justiça, César Vinícius Macedo, da Comarca de Belo Horizonte, foi baleado no pescoço enquanto cumpria mandado judicial, no bairro Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte. A bala atravessou seu pescoço saindo próximo ao olho, felizmente sem lhe causar danos mais graves. O oficial foi internado no Hospital João XXIII, onde foi atendido e liberado no final do dia.

De acordo com informações dos irmãos da vítima, Cléia Macedo e Tácio Macedo, o fato aconteceu quando o oficial estava à procura de uma residência para cumprir um mandado de citação referente a débito de pensão alimentícia. Diligenciando entre becos e ruelas, na região conhecida como Boca do Sapo, o oficial foi abordado por um assaltante, armado com uma semiautomática, que lhe roubou o celular, dinheiro e revistou a pasta onde carregava mandados e documentos do Tribunal de Justiça.

Depois de efetuar o assalto, o marginal, num momento de ainda maior covardia e desrespeito com o trabalhador, chamou-o de “o cara da justiça que vem nos prejudicar”, e disparou-lhe um tiro pelas costas. O oficial, caído sob mandados e com a carteira vazia, ficou sangrando por 15 minutos, enquanto aguardava por socorro. Um segundo tiro ainda foi disparado contra o oficial, mas felizmente não o atingiu.

A polícia militar, acionada pela vizinhança, chegou ao difícil local e o encaminhou para o hospital João XXIII. A ocorrência foi registrada no 22º Batalhão, na região da Cidade Nova. Os policiais já prenderam dois suspeitos: um menor, com passagem pela polícia por 5 homicídios e o outro de 22 anos, também reincidente. Porém, a vítima não conseguiu identificar os suspeitos. César está há três meses, por designação, exercendo a função de oficial de Justiça, e foi um dos participantes do último SERIM organizado pela EJEF, no dia 21 de outubro, onde o SERJUSMIG, representado por sua Presidente, Sandra Silvestrini, ministrou palestra, onde abordou dentre os assuntos, os riscos da profissão. O novo servidor já estava frequentando cursinho preparatório o Concurso Público do TJ. Porém, devido ao ocorrido, já não tem certeza se valerá a pena trabalhar

neste cargo, correndo riscos diários e vivendo sob constantes ameaças.

Em poucas palavras o oficial de Justiça lamenta o ocorrido; “Somos surpreendidos a todo instante por criminosos com uma extensa ficha policial soltos pelas ruas enquanto nós, trabalhadores e cidadãos, ficamos à mercê dos riscos e perigos”.

Dificuldades

O fato vem confirmar a falta de segurança vivida pelos oficiais de Justiça quando no exercício de suas funções. Este não foi o primeiro e certamente não será o último caso, se as autoridades competentes permanecerem inertes e não tomarem as medidas pertinentes. Os oficiais de Justiça cumprem os mandados judiciais em regiões arriscadas, muitas vezes temidas pelas próprias autoridades policiais, sem qualquer proteção, guarda ou apoio.

O oficial de Justiça não é policial, não possui porte legal de armas, nem veículo oficial, estando totalmente indefeso e inseguro diante dos contraventores. Já não bastassem as dificuldades rotineiras inerentes ao cargo, como os baixos salários, plantões em madrugadas, falta de ressarcimento pelas despesas de locomoção, e gastos com manutenção do próprio veículo usado para o trabalho, os oficiais ainda vivem amedrontados, correndo risco de morte durante o trabalho.

Tribunal oferece assistência

Segundo relatado pelos irmãos do oficial, a GERSEQ (Gerência de Saúde Ocupacional, Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida do TJMG) já entrou em contato com César e o Tribunal se pronunciou oferecendo-lhe toda a assistência necessária para o seu restabelecimento.

SERJUSMIG planeja grande mobilização

O SERJUSMIG também entrou em contato imediato com o servidor, colocando-se à disposição para ajudá-lo no que for possível. O Sindicato lamenta profundamente o ocorrido com o colega e, mais uma vez, apela às autoridades competentes, principalmente as do Judiciário Mineiro, para que tomem providências urgentes, no sentido de evitar que episódios como este, ou até com desfechos ainda piores, voltem a acontecer.

A Diretoria do SERJUSMIG pretende discutir essa situação com os servidores da Justiça Mineira, no dia da Assembleia Geral Unificada convocada para o dia 1º de março, terça-feira, às 13 horas no anexo II do TJMG. Se os oficiais apoiarem, o SERJUSMIG poderá deflagrar uma grande campanha, visando esclarecer à sociedade acerca do papel do oficial de Justiça e alertar às autoridades competentes para que tomem medidas urgentes em relação à segurança do trabalhador do judiciário, sob pena de paralisação das atividades. (AGO, 2011)

Fonte: Serjusmig

BELO HORIZONTE,

Oficial de Justiça é baleado no peito ao cumprir mandados

Maicol Charles Silva de Sousa foi atingido com um tiro no peito. Ele foi operado e se recupera do ferimento. O oficial de Justiça avaliador Maicol Charles Silva de Sousa, que atua no Estado de Minas Gerais, foi atingido por uma bala perdida, no último dia 23, enquanto cumpria mandados judiciais no município de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG).

O projétil atravessou o peito do oficial de Justiça e ficou alojado a dois centímetros do coração. Maicol foi operado e segue internado em estado regular, no Hospital de Urgências da Unimed, na capital mineira. Segundo informações de juízes da comarca de Santa Luzia, o oficial de Justiça cumpria mandados no período noturno, quando foi atingido. O caso de Maicol reforça a estatística de violências praticadas contra oficiais de Justiça, que executam atividade de risco.

Fonte: Sindojus/MG

DIVINÓPOLIS

Intimado tenta atropelar oficiais de Justiça durante busca e apreensão

Durante recente reunião da Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública (Acasp) de Divinópolis (MG), duas oficiais de justiça desabafaram sobre os riscos no exercício de suas atribuições. Elas não querem ser identificadas e se sentem ameaçadas quando fazem entregas de mandados. Segundo as oficiais de justiça, elas se tornaram vítimas de uma tentativa de homicídio.

Ao tentar entregar um mandado de busca e apreensão, o intimado teria jogado o veículo sobre a oficiala. Elas pedem ajuda e segurança. Segundo o comandante do 23º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Marcelo Carlos Silva, a polícia tem auxiliado nestes casos, mas adverte que fatos surpreendentes podem ocorrer. A suposta tentativa de homicídio relatada pelas oficiais de justiça foi registrada como atropelamento e evasão do local de acidente. O fato ocorreu no bairro Esplanada e o autor já foi identificado. A polícia faz rastreamento e buscas para captura do mesmo. (SET, 2013)

Fonte: Sistema MPA de Comunicação

CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS

Mulher agride oficial de Justiça tapas e unhas ao receber intimação

Desta vez, a vítima foi Joceli Teobaldo Martins Ruguê, oficiala de justiça avaliadora lotada na comarca de Conceição das Alagoas. Ela se encontrava em diligência, no local em que teria que fazer uma intimação, para uma pessoa do sexo masculino. Só que, ao chegar ao local, a oficiala, juntamente com um colega e uma colega, foi recebida por uma mulher que, sem nem saber quem era ela, passou logo a lhe

agredir fisicamente.

A oficiala identificou-se como tal, mas a agressora não parava de insurgir contra ela, desferindo-lhe tapas e unhas. Joceli não teve outro jeito: deu voz de prisão à agressora, que então passou a desacatar, a ela e aos colegas Daniela e Sinomar, dirigindo-lhes frases como “você são uns bandos de vagabundos, safados e folgados” e outras. Não satisfeita, fez ameaças a Joceli, dizendo que esta ia ver com ela e que sua prisão não ia “ficar assim”.

“A autora Lílian não resistiu à prisão, estando visivelmente ileso, sendo apresentada nesta delegacia juntamente com a vítima e testemunhas, para as providências cabíveis”, conclui o Boletim de Ocorrência registrado na 5ª Delegacia de Polícia Civil de Conceição das Alagoas. Veja cópias: - Do mandado - Da certidão - Do Boletim de Ocorrência: Parte 1 e Parte 2 e laudo médico. Sobre a segurança do oficial de Justiça. A FOJEBRA, em parceria com o SINDOJUS/MG, já está tomando providências no CNJ e levará este último caso ao conhecimento dos Conselheiros. (JUL, 2014)

Fonte: SINDOJUS/MG

PATOS DE MINAS

Mandado criminal: mulher ataca oficial de Justiça ao ser notificada

Uma mulher foi presa pela Polícia Militar no último domingo (24) acusada de atacar uma oficiala de Justiça. A servidora da Comarca de Patos de Minas foi parar no Hospital com ferimentos no rosto e na orelha. Ela levava uma notificação para a mulher que tinha sido denunciada pelo Ministério Público.

Cléia Francisca de Oliveira Borges foi denunciada pelo Ministério Público pelo crime de maus tratos contra o próprio filho.

Em 2010, no período em que o garoto ficou sob sua responsabilidade, a mulher teria castigado o filho de forma violenta. A denúncia consta ainda que a dona de casa jogava o filho contra a parede, obrigava o garoto a comer entulho e até fezes de animais.

O Ministério Público denunciou Cléia também pelo sofrimento mental causado na criança, que na época tinha apenas três anos de idade. Contudo, a dona de casa não reagiu bem à notificação da oficiala de Justiça. Antes mesmo de ser comunicada do processo nesse domingo, Cléia partiu com tudo para cima da servidora.

A oficiala, que preferiu não se identificar, disse que ainda estava dentro do carro quando as agressões começaram. Ela teve a blusa rasgada e ficou com ferimentos no rosto e na orelha. A servidora da justiça acionou a Polícia Militar e foi levada para o Hospital Regional para receber atendimento médico. Cléia Francisca foi presa pela Polícia Militar e encaminhada para a Delegacia da Polícia Civil. Ela terá que responder por desacato e agressão a servidor público no exercício de suas funções, podendo ser condenada a até dois anos de prisão. (MAR, 2013)

Fonte: Jornal Patos Hoje

JUIZ DE FORA

Oficial de Justiça é jogada ao chão, chutada e agredida na cabeça ao fazer intimação

Uma oficiala de Justiça do Fórum Benjamin Colucci foi vítima de agressão no exercício de suas atribuições. O caso foi encaminhado nesta segunda-feira (26) para o Ministério Público pelo juiz Edir Guerson de Medeiros. A Subseção de Juiz de Fora da OAB também emitiu nota de protesto contra a intimidação e agressão sofrida pela oficiala.

Ela foi jogada no chão, chutada e agredida na cabeça, quando tentava entregar uma intimação a uma comerciante, no Centro, na última

terça-feira (20). De acordo com Edir Guerson, a funcionária do Fórum foi até o local para levar o documento em função de um fato em apuração no Juizado Especial. A mulher teria dito à oficial que não seria quem ela procurava e teria passado a questioná-la.

Entretanto, ao final, a mulher teria admitido que a intimação se destinava a ela, mas não quis recebê-la. A oficial teria dito à comerciante que, apesar de não receber o documento, ela teria sido encontrada e conscientizada a respeito da intimação. A funcionária foi embora, mas a agressora teria ido atrás dela, passando a agredi-la com chute, jogando-a ao chão e batendo inclusive na sua cabeça. A Polícia Militar foi acionada para controlar a situação.

Ambas foram conduzidas para a delegacia, sendo a comerciante intimada a prestar depoimento no dia 26 de setembro no Juizado Especial. “A situação nos causou estranhamento, pois raramente isso acontece com um oficial de Justiça. Nem em áreas consideradas violentas, eles são recebidos dessa maneira”, destacou o juiz, completando que a oficial de Justiça teve o depoimento colhido e anexado à documentação necessária para ser encaminhada ao Ministério Público para que providências sejam adotadas.

Segundo ele, na próxima quinta-feira, o órgão já deverá ter uma definição a respeito do caso. De acordo com o presidente da Subseção Juiz de Fora da OAB, Denilson Clozato, é inadmissível que oficiais de Justiça sejam agredidos e intimidados durante suas diligências profissionais. Ele encaminhou requerimento ao diretor do Fórum, Edir Guerson, solicitando medidas para que se evite a continuidade de tais atitudes contra os servidores do Judiciário. Foi encaminhada também moção ao Sindicato dos Servidores da Justiça, afirmando a solidariedade da OAB contra a violência.

Para o diretor-secretário do Sindicato dos Servidores da Justiça, José Teotônio Pimentel Gouvêa, o órgão já entrou em contato com a direção central do Tribunal de Justiça, em Belo Horizonte, cobrando providências, uma vez que a agressão foi cometida contra um agente público no exercício de sua função. “A Constituição protege esse agente, por isso cobramos a punição de quem comete esse tipo de ato, uma vez que o Estado também é vítima nessa situação.” (AGO, 2013)

Fonte: Tribuna de Minas

PEDRA AZUL

Oficial de Justiça é agredido a socos e cotoveladas

O juiz da Vara única da comarca de Pedra Azul (MG), em sentença datada de 15/08/2013, condenou o comerciante Douglas Reis Lima, residente e domiciliado na cidade de mesmo nome, a nove meses de detenção e 10 dias-multa, por vários crimes cometidos contra o oficial de Justiça Petrucio Viana Torres, que é lotado naquela comarca. Como a somatória das penas foi inferior a quatro anos, o magistrado determinou inicialmente o cumprimento em regime aberto e, por fim, sua aplicação por uma “restritiva de direitos consubstanciada na prestação de serviços à comunidade, que será cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, sendo facultado ao requerido cumpri-la em menor tempo, desde que não inferior à metade da pena privativa de liberdade”.

Conforme relato do Ministério Público na denúncia oferecida à Justiça, no dia 18 de setembro de 2010, por volta das 21h50, em praça central de Monte Azul, o denunciado ameaçou o oficial de Justiça, por palavras, “de causar-lhe mal injusto e grave”. Depois de ameaçar o oficial de Justiça de morte, o denunciado o agrediu com uma cotovelada no peito. Além disso desacatou a vítima, em razão da sua função, proferindo as seguintes palavras, em tom exaltado e com o dedo em riste: “Quem você pensa que é? Por que você está me perseguindo? O que eu fiz para você? Você me conhece?”

Diante do comportamento do comerciante, o oficial deu-lhe voz de prisão, em flagrante delito, por desacato. Mas o agressor, além de resistir às ordens legais, deferiu-lhe socos no braço e no peito. “Logo, o denunciado opôs-se à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo”, interpretou o MP.

Concluindo que, por suas atitudes, o denunciado deveria ser incurso nas sanções dos artigos 147, 329 e 331, do Código Penal, e do artigo 21 do decreto-lei 3.688, na forma do artigo 69, do Código Penal, o MP requereu que comparecesse para apresentar sua defesa e que fosse designada audiência de instrução e julgamento, para oitivas das testemunhas e interrogação do denunciado, para, ao final, este ser condenado

nas penas cabíveis.

De acordo com a sentença, a vítima e duas testemunhas de acusação apresentaram-se e foram ouvidas. Outra testemunha foi ouvida por carta precatória. Já o acusado, apesar de regularmente intimado, não compareceu para depor. Apenas nas alegações finais no processo ele sustentou não restarem comprovados os fatos narrados na denúncia. Fez-se justiça, mas agredido ainda teve muitos prejuízos.

O SINDOJUS/MG parabeniza o Ministério Público, pela apresentação imediata da denúncia da agressão, e ao juiz responsável pelo processo, pela firme decisão de punir o agressor. Talvez o desfecho dessa história sirva de exemplo para pessoas que, por desconhecerem as leis e a função e atribuições do oficial de Justiça, ou simplesmente por truculência, insistem em tentar obstruir o trabalho desses trabalhadores da justiça. Talvez isso os faça pensar duas vezes antes de desrespeitar e/ou agredir o oficial de Justiça cumpridor de seu dever.

Além da situação humilhante de ser agredido com palavras e fisicamente, em praça pública, fato também lamentável dessa história foram as despesas absurdas que o oficial de Justiça que arcar para garantir a sua segurança, em razão do temor perante as ameaças do comerciante. “Após o fato, passei a andar legalmente armado, conforme cópia do porte federal de arma em anexo, sendo que tive que gastar mais de R\$ 5.000,00 em cursos, viagens à DELPOL Federal de Governador Valadares e arma; tudo isso para proteger minha integridade física e da minha família”, relata Petrucio em carta enviada ao SINDOJUS/MG, juntamente com cópias dos documentos citados nessa matéria. (SET, 2010)

Fonte: SindojusMG

ARAXÁ

Penhora: oficial de Justiça é ameaçado com uma faca e tem carro apedrejado

O SERJUSMIG reitera a necessidade de o Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) valorizar mais a segurança de seus servidores, sobretudo aqueles que, diariamente, arriscam suas vidas em diligências externas. Mais um caso de violência explícita vitimou um colega da Justiça Mineira, no cumprimento de suas obrigações profissionais, na Comarca de Araxá. A lamentável notícia nos chegou acompanhada do Boletim de Ocorrência (BO), lavrado pelo nosso colega. Nosso companheiro, oficial de Justiça Avaliador, José Carlos de Araújo, na Comarca de Araxá, narra que, no dia 24/5/2011, ficou sob a mira de uma faca e teve seu carro apedrejado (vidro quebrado e lataria amassada), enquanto cumpria um “Mandado de Citação, Penhora e Avaliação”.

Após afrontar José Carlos (munido de faca), e deteriorar o veículo do oficial de Justiça, o jovem agressor (um menor de 16 anos, filho da citada, supostamente usuário de drogas) evadiu-se. Esse tipo de fato está ficando cada vez mais constante e sério, clamando por ações/providências URGENTES. O SERJUSMIG, nesta semana, intensificou ações pelo reajuste dos valores de reembolso das diligências da Justiça Gratuita (leia detalhes em www.serjusmig.org.br). Pelo menos isto, o TJMG tem como sanar com rapidez. Basta querer. A integridade física e mental dos profissionais, porém, não pode ser “reembolsada”. O assunto requer muita reflexão e planejamento. O que o TJMG vai fazer? (MAI, 2011)

Fonte: SERJUSMIG

DIVINÓPOLIS

Mandado de prisão: oficial de Justiça de Minas Gerais relata ameaça de morte feita por réu

Um oficial de Divinópolis – seu nome, para sua segurança, é preservado pelo SINDOJUS-MG – enviou ao sindicato e-mail informando que registrou ocorrência policial, junto à Polícia Militar, e queixa-crime, junto ao Ministério Público estadual, contra um jurisdicionado que o teria ameaçado de morte por ter sido abordado pelo servidor que fora lhe entregar, em sua casa, um mandado judicial.

Quem narra os fatos é o próprio oficial ameaçado: “O fato aconteceu da seguinte forma: o réu compareceu ao fórum quando eu não estava presente e declarou que queria falar somente comigo, dizendo que se recusava até mesmo a receber a intimação que dizia ter para ele, em bilhete que eu deixara para ele em sua casa (há o hábito, na Comarca de Divinópolis, de, quando não encontramos os jurisdicionados, deixarmos bilhetes para eles comunicando-lhes para comparecerem ao fórum).

Segundo me disseram, quando ele constatou que eu não estava no fórum, anunciou que me mataria, caso voltasse em sua casa, pois eu teria chamado a polícia para prendê-lo. Saliento que, na data da diligência (setembro/2012), encontrei o réu lavando o carro em sua casa. Ainda montado em minha moto, identifiquei-me e, a partir de então, ele começou a desferir xingamentos e nem me deu a oportunidade de lhe explicar que estava ali para lhe entregar um mandado. Sem discutir, eu me retirei do local e pedi auxílio da polícia, a fim de concluir o cumprimento do mandado de prisão.

A polícia demorou quase duas horas e, nesse intervalo, o réu ficou me vigiando de sua casa. E quando a viatura chegou, fugiu. Recentemente, em outra diligência, não o encontrando (graças a Deus!), deixei o bilhete em sua casa. Foi quando descobriu meu nome. Declarou ainda, de maneira falaciosa, que eu teria invadido sua casa e que, somente não me matou naquela data, porque não tinha uma arma.”

O oficial ameaçado reclama muito da falta de segurança do

fórum divinopolitano. “Não existe nenhum equipamento de segurança, fato que coloca diariamente em risco a integridade física de todos que ali trabalham, indo muito mais além. Como é do conhecimento de vocês, não portamos arma ou qualquer outro equipamento de segurança, para o cumprimento de mandados. Nesse mandado, especificamente, corri um sério risco em cumprir. Imagine que o indivíduo teve coragem de voltar ao fórum e fazer ameaças.

E se fosse a sua casa, como teria sido?”, detalha, informando que o réu tem um histórico de 15 processos penais e cíveis.

Aproveitando a oportunidade, o SINDOJUS-MG orienta outros oficiais de Justiça que sofrerem ameaças a também não ficarem calados. Além de se resguardarem, mantendo os devidos cuidados para preservarem as vidas próprias e de seus familiares, registrem o boletim de ocorrência policial e a queixa no Ministério Público, comuniquem à direção do foro e não deixem também de informar ao Sindicato, para que outros colegas tomem conhecimento e também tenham ideia de como devem proceder caso venham a passar pela mesma situação.

O Sindicato também pede ao oficial de Divinópolis que, caso volte a ser ameaçado, comunique-se imediatamente com a entidade, para que esta possa cobrar providências também da Corregedoria Geral de Justiça, do Tribunal de Justiça, e se necessário, da Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Resguardar-se é prevenir e garantir a sua segurança. Não se omita. (JUN, 2013)

Fonte: Sindojus-MG

JUIZ DE FORA

Oficial de Justiça é assaltado quando cumpria mandado de intimação

Parece ser notícia antiga, mas não é. Os assaltos, ameaças e agressões contra os oficiais de Justiça estão acontecendo todos os dias. Veja abaixo notícia do portal do Tribunal de Minas onde é relatado mais um caso de roubo contra oficial de Justiça em pleno exercício das funções.

Um oficial de Justiça, 68 anos, teve um revólver apontado contra a cabeça e um Golf prata roubado, na manhã desta segunda-feira (28), no Cascatinha, Zona Sul. O assalto, ocorrido às 7h30, na Rua Ministro Amarello Lopes Salgado, a poucos metros da Avenida Doutor Paulo Japiassu Coelho, foi mais uma mostra da ousadia dos bandidos, que têm agido na região.

Em um período de dez meses, esse já é o quinto roubo à mão armada de carro no bairro, sendo que três deles aconteceram entre dezembro e janeiro. Nesse mesmo intervalo de dois meses, outros cinco motoristas foram rendidos por assaltantes armados nas zonas Sul e Central.

A incidência de crimes violentos no Cascatinha, onde, recentemente, um motoboy foi baleado em briga de trânsito e pedestres foram assaltados nas imediações de um shopping, levou a Associação de Moradores a solicitar à Polícia Militar reforço no policiamento. Na ocorrência de segunda, o oficial de Justiça foi surpreendido pelo ladrão quando trabalhava, tentando fazer uma intimação.

“Toquei o interfone algumas vezes e imaginei que a pessoa não estava em casa. Preparei-me para dar a volta no carro e pegar o volante, quando um homem surgiu, não sei de onde, e pediu a chave do carro. Pensei que pudesse ser brincadeira e olhei. Ele perguntou se eu queria morrer, tirou a arma da cintura e colocou na minha cabeça. Entreguei a chave, e ele arrancou, cantando pneu”, contou a vítima.

Segundo a PM, o criminoso fugiu em direção à Japiassu Coelho, levando documentos de trabalho do oficial, e não foi localizado. O carro, ano 2010/11, também não foi encontrado. “Liguei do meu telefone para a polícia, que chegou rápido, mas não adiantou. Já tive um Gol furtado há dez anos no Cascatinha, mas nunca havia passado por nada parecido. Não vemos policiamento aqui, nem no posto policial”, desabafou. Na opinião

do presidente da Associação dos Moradores dos bairros Cascatinha, Laranjeiras e Jardim Liú, Carlos Alberto de Paula, a série de ocorrências na área tem assustado.

“Há duas semanas, conversamos com o capitão da 32ª Cia (Ricardo França) e solicitamos maior policiamento. Eles trouxeram a Base Comunitária Móvel e estão com mais policiais, inclusive com duplas a pé na região do comércio”. “Infelizmente, o bairro cresceu assustadoramente, com vários equipamentos, como shopping e hospital, além da circulação de universitários. Junto com isso, vêm os oportunistas.”

O policial da 32ª Companhia de PM, responsável pela ocorrência desta segunda-feira, sargento Paulo José da Silva, garantiu que o policiamento está intensificado na área. “Estamos atuando na prevenção e repressão para dar tranquilidade à sociedade.

O bairro não é considerado violento, mas as pessoas precisam tomar mais precaução, principalmente observando quem está no entorno.” Em relação ao posto policial na divisa do Cascatinha e Teixeira, capitão França já havia informado em dezembro que o ponto funciona todos os dias, mas em horários alternados. “Estamos vivendo uma situação em Juiz de Fora extremamente grave. Alguma coisa está errada, porque a criminalidade disparou de uma hora para outra.” (FEV, 2013)

Fonte: Tribuna de Minas

BELO HORIZONTE

Oficial de Justiça assaltado em Santa Rosa

Minas, que segundo o governador Aécio Neves está protegida por excelente política de segurança pública, contribui, mais uma vez, para o aumento da já extensa e crescente lista nacional de ocorrências policiais de atos de violência cometidos contra oficiais de Justiça. A mais recente aconteceu no bairro Santa Rosa, em

Belo Horizonte. Durante o cumprimento de mandados, o oficial de Justiça, que trabalha na região, foi abordado por dois marginais. Ambos, segundo a vítima, eram morenos e trajavam calças jeans. Um deles, de blusa preta e arma em punho, anunciou o assalto. Os bandidos levaram-lhe vários pertences, incluindo um aparelho de telefone celular, além de mais de 50 mandados judiciais.

O boletim de ocorrência foi registrado na 17ª Delegacia Distrital de Venda Nova. Até o momento, nenhum dos objetos furtados foi localizado. Enquanto as autoridades divagam sobre números fictícios, ignorando o perigo que cerca a sociedade e, sobretudo, os oficiais de Justiça, o SINDOJUS-MG busca meios de garantir, pelo menos em parte, a segurança da categoria que representa.

Em âmbito nacional, mobilizando-se, ao lado da Fojebra e demais entidades filiadas, em defesa da aprovação, no Congresso Nacional, de projetos de lei que assegurem o porte de arma para os oficiais de Justiça. Em âmbito estadual, pleiteando a remuneração da categoria pelos riscos a que estão expostos. Com essa preocupação, o Sindicato protocolou no Tribunal de Justiça, no dia 23 de junho, Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o pagamento de 30% de adicional de periculosidade para os seus filiados. (AGO, 2009)

Fonte: Sindojus-Mg

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

Arresto: oficiais de Justiça feridos tiveram carro destruído

No dia 29/06, quarta-feira, por volta das 16h, os oficiais de Justiça Cibelle Cristina Duarte e Wilson Neves Braga da comarca de São Sebastião do Paraíso, tentaram cumprir uma medida liminar de arresto em uma propriedade rural da região. Porém, de acordo com

as informações dos próprios oficiais, ao chegarem ao local, iniciou-se uma confusão entre os réus e o autor.

Cerca de quatro pessoas que estavam na propriedade, ao perceberem a presença do autor do pedido de arresto, que também seria o depositário, destruíram o carro da oficiala de Justiça com pedaços de cano. Cibelle tentou fugir, mas estava muito nervosa e não conseguiu ligar o veículo. Os dois oficiais, que tiveram escoriações leves, fizeram um boletim de ocorrência e exames de corpo de delito, mas os agressores ainda estão foragidos.

O Serjusmig, como em vários outros episódios, chama, mais uma vez, a atenção da administração do TJ para o problema enfrentado pelos oficiais de Justiça e também os comissários da infância e juventude, assistentes sociais e psicólogos no exercício das atribuições dos cargos.

O Sindicato espera que o TJMG reconheça o direito desses Servidores ao adicional por atividade penosa e, mais do que isto, que promova ações que garantam a integridade física dos mesmos no exercício de suas funções. O silêncio do TJMG em relação a essa questão é a demonstração máxima de desrespeito às condições de trabalho e de vida dos servidores. (JUL, 2011)

Fonte: Serjusmig

SÃO PAULO

PM ameaça oficial de Justiça quanto este cumpria mandado em sua residência

A mulher assassinada pelo vizinho policial militar no Jaçanã, na Zona Norte de São Paulo, será enterrada nesta terça-feira (24). Ela deixou cinco filhos e uma neta, que nasceu às pressas depois que a nora de Jurema Cristiane Bezerra da Silva também ser baleada na barriga de domingo (22). O caso de violência resultou também em ameaça a um oficial de Justiça quando este cumpria mandado na residência do acusado.

O marido Antônio João Agostinho disse na segunda-feira (24) que o filho de 11 anos pergunta para ele por que o cabo da PM Gilson Teixeira de Souza matou a mãe. “A Justiça tem que ser feita. Eu espero que isso não aconteça com pai de família nenhum. Você não imagina o que eu estou sofrendo. Meu filho de 11 anos pergunta: ‘Por que ele fez isso com a minha mãe?’ Eu falei porque ele é um covarde”, desabafou, enquanto aguardava a liberação do corpo. Eles foram casados por 21 anos.

De acordo com a família, o policial os ameaçava havia dois anos. Ela tinha ido visitar a mãe e começou a fazer imagens com um celular no momento em que o cabo tentava agredir o filho dela.

“Ele disparou uma vez e ela caiu nos braços do filho de 11 anos. Ele deu mais dois disparos com ela no chão. Virou e deu um disparo na nora grávida de seis meses”, contou o irmão Luís Carlos Bezerra da Silva Junior. Gabriela Rocha, de 18 anos, foi ferida no rosto e na barriga. Os médicos conseguiram retirar o bebê com vida. A menina, que nasceu aos seis meses, foi para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital São Luiz Gonzaga. A menina de 1,4 kg recebeu o nome da avó.

Horas depois do crime, o policial se entregou na delegacia e depois foi levado ao presídio militar Romão Gomes. Ele responderá processo por homicídio qualificado e duas tentativas de homicídio. Para a família, a tragédia poderia ter sido evitada se a polícia tivesse atendido aos pedidos de ajuda.

A desavença entre os vizinhos que se conheciam desde criança depois que uma irmã do PM invadiu uma residência da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) Jova Rural, também na Zona Norte de SP. Posteriormente, a casa foi entregue pela CDHU a uma sobrinha de Jurema, que tem um filho com necessidades especiais. Depois disso a família começou a ser alvo de ameaças.

A reportagem do Bom Dia São Paulo teve acesso aos boletins de ocorrência feitos pela família. Em 2013, eles foram registrados em 13 de agosto e 27 de novembro. Jurema e o irmão procuraram a polícia para relatar a ameaça.

A CDHU relatou a agressividade do policial. Em nota, a companhia diz que tentava recuperar o imóvel quando uma equipe acompanhada de um oficial de justiça foi impedida e ameaçada pelo PM que se identificou como irmão do ocupante. “Foi omissão do comando e da própria polícia corregedora que não fez nada”

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) informou, em nota, que o PM vai responder criminalmente na justiça comum e vai ser expulso da corporação assim que o inquérito policial militar for concluído.

A pasta diz também que a Corregedoria da Polícia Militar abriu sindicância em setembro de 2013 para apurar as denúncias da família da vítima, mas concluiu que não havia indícios para a punição do policial.

Em 2014, foi instaurado um inquérito policial que, de acordo com a secretaria, tramita em segredo de justiça. (MAR, 2015)

Fonte: G1 São Paulo

BARRA FUNDA

Oficiala morta ao cumprir mandado de busca e apreensão

Acontecerá no dia 28/03/2014, às 14 horas, no fórum da Barra Funda (SP), no plenário da 3ª Vara do Júri, o julgamento do assassino da oficiala de Justiça Sandra Regina, morta quando cumpria um mandado de busca e apreensão de uma moto. A Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores de São Paulo (ASSOJASP) convida todos os oficiais de Justiça a estarem presentes neste momento importante de justiça. (ABR, 2009)

Fonte: Infojus Brasil

PINDAMONHANGABA

Vingança: oficiala de Justiça é assassinada com facadas no peito

Uma oficiala de Justiça foi assassinada dentro da própria casa em Pindamonhangaba. Neyla Mannes Romanini Saab, de 49 anos, foi assassinada dentro de casa, no bairro Vila Bourguese, por volta das 19hs desta quinta-feira (27). No momento da ação a vítima estava sozinha. De acordo com a polícia, a mulher foi morta com várias facadas no peito. Alguns objetos dela teriam sido levados pelo autor do crime. A vítima foi encontrada pelo marido. Segundo a polícia, ela chegou a ser socorrida com vida, mas não resistiu aos ferimentos. Neyla trabalhava há 23 anos no Fórum de Pindamonhangaba. Atualmente atuava no Juizado Especial.

O corpo da oficiala de Justiça será velado e enterrado em

Taubaté na tarde desta sexta-feira (28). A polícia informou que já tem suspeitos do crime e por enquanto, ninguém foi preso. O Sindiquinze lamenta mais este ato de agressão ocorrido contra os Oficiais de Justiça. (JUL, 2014)

Fonte: Sindquinze

SÃO PAULO

Oficial de Justiça é morto atropelado ao cumprir mandado

Reportagem do São Paulo Record informa que homem que atropelou e matou um oficial de Justiça em julho do ano passado é preso. O servidor foi atropelado quando cumpria um mandado da Justiça, que cobrava cinco parcelas atrasadas do veículo. Ismael Silvano Miranda foi indiciado por homicídio doloso e outros crimes. (JUL, 2013)

Fonte: Assessoria de Comunicação da ASSOJAF-GO (com informações do SP Record)

SÃO PAULO

Busca e apreensão: oficiala é executada com 8 tiros

A oficiala de Justiça Sandra Sesmanioto, 48 anos de idade, dos quais vinte dedicados ao Judiciário do Estado de São Paulo, saiu em diligência há pouco mais de um mês para efetuar um mandado de busca e apreensão de uma motocicleta, na Zona Sul da cidade de São Paulo.

À disposição dos oficiais sempre está uma patrulha da Polícia Militar para dar apoio em situações de “ameaça” prevista, como reintegração de posse ou atuação em áreas de “risco”, como favelas e pontos conhecidos em que o crime predomina. Como o caso não envolvia nenhuma dessas hipóteses, Sandra dispensou cobertura policial.

Além da PM, o trabalho dos oficiais recebe o “apoio” de um agente que atua a mando de bancos – credores – que desejam que os bens para penhora sejam encontrados para pagamento da dívida.

Estes agentes, vulgarmente chamados de “localizadores”, costumam chegar ao local bem antes dos oficiais, indicando a eles, por telefone, o paradeiro do objeto da busca. Porém, dessa vez, Sandra encontrou o endereço primeiro nas imediações do Jardim São Luiz, bairro que registra um dos índices de criminalidade mais altos da cidade e é notoriamente afamado por ter o maior cemitério de indigentes da América Latina. Localizou a casa do citado na petição, parou o carro, tocou a campainha.

“Senhor, eu vim cumprir um mandado de busca e apreensão da moto que está em seu nome”, comunicou sua intenção. O homem não manifestou qualquer resistência ou sentimento de estorvo. Concordou em entregar a moto, mas pediu que a oficiala aguardasse enquanto ele pegava as chaves do portão. A oficiala, que em anos de profissão já viu gente se estrebuchar de tanto choro por causa de carros e bens, certamente deve ter estranhado a placidez e gentileza do homem, mas acatou e voltou para seu automóvel. Viu ainda o

agente chegar, parando imediatamente atrás dela. Como o conhecia, acenou e disse que já não precisava mais de sua ajuda, a diligência estava quase terminada.

Dentro de seu veículo, a oficiala ajeita os papéis que o intimado deve assinar. Com o canto esquerdo do olho percebe que o homem se aproxima de sua janela. Ele ergue o 38 na altura do rosto de Sandra e dispara uma, duas, três, quatro – a oficiala cai em cima do banco direito – cinco vezes.

O homem bate a arma em sua perna para abrir o tambor quente, por ter intimidade com o 38, sabia que tocá-lo seria burrice, lhe queimaria as mãos. As cápsulas vazias caem e tilintam no asfalto. Ele apalpa os bolsos a procura de mais balas, encontra. Enfia três no revólver e descarrega sobre a oficiala. O localizador, que assistiu à execução, acionou uma viatura próxima à rua. O homem foi preso em flagrante e enquadrado por porte ilegal de arma e homicídio duplamente qualificado – por motivo torpe e sem chance de defesa – e, segundo me informaram fontes que assistiram ao seu depoimento, ele “não se arrepende”. Tampouco dá pistas de algo que se aproxime de uma justificativa plausível – se é que existe – para cravar oito balas em Sandra.

O caso de Sandra se torna mais comum a cada dia. Na semana passada, dois oficiais que atuavam em conjunto em uma ação na cidade de Itapeverica da Serra foram recebidos a tiros de “12”. Para os que não conhecem calibre de armas, digo que uma “12” é utilizada para abater animais de grande porte, como bois, búfalos e, em situações de covardia desmedida, Oficiais de Justiça. Ainda pelos próximos dias, trago detalhes do episódio da “12” e tantos outros que assombram funcionários do Judiciário no estado de São Paulo. (AGO, 2011)

Fonte: Portal imprensa

ITAPECERICA DA SERRA

Oficiais de Justiça são recebidos a tiros de 12

Dois oficiais que atuavam em conjunto em uma ação na cidade de Itapecerica da Serra foram recebidos a tiros de “12”. Para os que não conhecem calibre de armas, digo que uma “12” é utilizada para abater animais de grande porte, como bois, búfalos e, em situações de covardia desmedida, oficiais de Justiça.

Ainda pelos próximos dias, trago detalhes do episódio da “12” e tantos outros que assombram funcionários do Judiciário no estado de São Paulo. (Sem data informada)

Fonte: Portal Imprensa

MOGI MIRIM

Medidas protetivas: assentado atira duas vezes contra oficial de Justiça

O Carvoeiro Jobes Alves de Souza, 24, morador do assentamento Horto de Vergel em Mogi Mirim, fez a própria família refém após receber um oficial de Justiça em sua residência. Ele atirou duas vezes contra o oficial de Justiça e depois, durante uma hora e meia manteve a ex-mulher e três filhos, um de 1 ano de idade e outros dois gêmeos de 2 anos, sob a mira de um revólver.

Segundo informações da polícia, Souza não teria concordado em perder a guarda dos filhos para a ex-mulher, por determinação judicial. Por isso, sacou um revólver calibre 38 e atirou contra o oficial de Justiça Francisco Brito, que por pouco não foi atingido. Ele conse-

guiu fugir e acionou a PM (Polícia Militar). No entanto, a ex-mulher de Souza, Adriana Parise, 32, não conseguiu escapar. Ela foi levada à força para o interior da residência, onde ficou sob a mira de uma arma de fogo juntamente com as três crianças pequenas.

O comandante da 2ª Cia. da PM, capitão Sidnei Maurano Júnior comandou as negociações de resgate dos reféns. “Adotamos uma técnica denominada ‘Rapport’ em que se cria um vínculo com o sequestrador. Coloquei-me na posição de pai e homem como ele, e a partir daí iniciei as conversas até que Souza desistisse da ação e não provocasse uma tragédia”, comentou. De acordo com Maurano Júnior, no diálogo mantido com Souza, ele se mostrou descontrolado e bastante agressivo.

No entanto, após a primeira hora de negociação verbal, Souza aceitou libertar os filhos. As crianças não sofreram nenhum ferimento e foram entregues aos familiares até que a mãe fosse libertada do cativeiro. Na segunda etapa das negociações, Adriana Parise foi ferida na altura do supercílio com uma coronhada. Souza continuou a mantendo como refém até que os irmãos dele ajudaram a PM nas negociações.

Depois de uma hora e meia, Adriana foi libertada. Souza se rendeu às 16h30. Ele não ofereceu resistência e entregou à PM duas armas – um revólver calibre 38 municiado com três balas e com duas já deflagradas, e uma cartucheira calibre 32, com duas munições – além de outras três munições avulsas.

Jobs Alves de Souza foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio, sequestro e posse irregular de armas de fogo. Somadas, as penas podem chegar até a 26 anos de reclusão. Souza foi encaminhado à cadeia pública de Itapira onde deverá permanecer à disposição da justiça. (AGO, 2011)

Fonte: jornalismopolicialmm.blogspot.com/Reportagem:TatyanaMontera

ITAPECERICA DA SERRA

Busca e apreensão: recebidos a tiros

Dois oficiais de Justiça foram recebidos a tiros durante uma tentativa de busca em Itapecerica da Serra, na Grande São Paulo, nesta manhã. Eles tinham um mandado que determinava a devolução de um veículo não pago à financeira. O autor dos disparos é o inadimplente. Os oficiais se esconderam durante os tiros e não se feriram. O comprador do carro fugiu no próprio veículo, mas acabou detido pela Polícia Militar.

No fim de abril, uma oficiala de Justiça foi morta na zona sul de São Paulo. De acordo com a Polícia Militar, Sandra Regina Ferreira, de 48 anos, foi surpreendida pelo servente de pedreiro Reinaldo do Carmo Guerreiro, de 31, ao pegar um mandado de busca e apreensão. Ela havia usado seu próprio carro. O mandado seria para apreensão de uma moto comprada pelo servente, que financiou o veículo e deixou de pagar as prestações. (AGO, 2011)

Fonte: CBN, O Globo

BAURU

Pai resiste à apreensão de filhos por oficial de Justiça

Dois policiais militares, que davam apoio a um oficial de Justiça com mandado de busca e apreensão para quatro adolescentes, enfrentaram resistência física do pai dos menores. Dois dos filhos, que se encontravam no local, também foram agressivos.

Tudo aconteceu por volta das 9h desta terça-feira (22), na

zona rural de Bauru (SP). De acordo com o boletim de ocorrência (BO), que conta com as infrações resistência, desobediência e lesão corporal, as autoridades foram até uma chácara para apreender os adolescentes irmãos. O pai, de 36 anos, inicialmente afirmou que seus filhos não seriam levados dali. Diante disso, os PMs decidiram levar os jovens à força.

Os dois presentes, um de 15 anos e sua irmã de 17, resistiram fisicamente à abordagem. Nesse momento, o pai interviu, chegando a entrar em luta corporal com um dos policiais. O outro sofria tapas dos dois menores, que também tentaram retirar sua arma do coldre. Foi necessário o apoio de outras viaturas para dominar a situação e apreender os adolescentes.

Todos foram encaminhados à Central de Polícia Judiciária (CPJ). Lá, os jovens foram entregues ao oficial de Justiça, que cumpriu o mandado de apreensão aos dois. O pai confessou suas ações e assinou um termo de compromisso e responsabilidade para apresentar seus filhos à Vara da Infância e Juventude de Bauru. (ABR, 2014)

Fonte: JCNet

MIRASSOL

Penhora: oficial de Justiça é amarrado com corda a um pilar

Oficial de Justiça amarrado com corda a um pilar retrocede ao tempo do pelourinho. A notícia nos remete à época das surras dos escravos no pelourinho. O absurdo aconteceu em Mirassol, no Estado de São Paulo.

O dono de um sítio, em Mirassol, foi preso acusado de sequestro e cárcere privado de um oficial da justiça do Trabalho de Rio Preto e resistência à ordem judicial. Ele teria mantido o oficial amarrado com corda a um pilar, na varanda da sede do sítio. O oficial

R.S. foi ao Sítio Santa Rosa para cumprir mandado de penhora de parte do imóvel rural expedido pela 4ª Vara do Trabalho. O órgão não esclareceu detalhes sobre a medida. De acordo com a vítima, durante a diligência, o sitiante o abordou com violência.

Com uma barra de ferro, o acusado (que não teve a identidade divulgada pela polícia), teria ameaçado golpear a cabeça da vítima e determinado que entrasse em uma caminhonete. O oficial foi levado até a casa do sítio, num trajeto de cerca de 1,5 quilômetros pelas margens da vicinal entre Mirassol e Ruilândia, onde ficou com os punhos atados pela corda a um dos pilares de sustentação da varanda da casa.

Um filho do acusado teria libertado a vítima, que conseguiu pedir ajuda. Segundo o titular da Delegacia da Polícia Federal (PF), Willian Marcel Murad, policiais militares de Mirassol e federais detiveram o acusado. A caminhonete F-250 utilizada para sequestrar o oficial de Justiça foi apreendida. As penas previstas para os crimes, pelos artigos 148 e 329 do Código Penal, podem chegar a seis anos de prisão. A reportagem não teve acesso ao preso. Ele foi autuado na sede da PF e será transferido hoje para o Centro de Detenção Provisória (CDP). (AGO, 2011)

Fonte: Diarioweb.com.br

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Oficial de Justiça é mordido por mulher ao cumprir mandado de busca e apreensão

A 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve condenação de uma mulher que agrediu e mordeu um oficial de Justiça por se opor à apreensão de um veículo em São José dos Campos. Pelos crimes de lesão corporal, desacato e resistência qualificada, as penas foram fixadas em três meses de detenção, no

regime aberto, 10 dias-multa e prestação de serviços à comunidade pelo prazo de um ano.

De acordo com os autos, o oficial de Justiça foi informado sobre o paradeiro de um veículo cuja apreensão havia sido determinada. No local encontrou a ré que, ao tomar conhecimento da diligência, indignou-se, entrou no automóvel e tentou ligá-lo, afirmando que o carro pertencia ao seu marido já falecido.

O servidor público colocou seu braço para dentro do carro, com o intuito de impedi-la. A ré, então, xingou o oficial, mordeu o braço dele, deu a partida e saiu com o veículo. Em seu voto, o relator, desembargador Alex Tadeu Monteiro Zilenovski, rejeitou a tese da defesa, de que a ré apenas se defendeu de suposta agressão.

“Foi suficientemente demonstrada a ocorrência dos três delitos a ela imputados. A lesão corporal, pela prova pericial, a resistência, pela oposição à apreensão do veículo, e o desacato, pelos diversos xingamentos feitos.” Os desembargadores Antônio Luiz Pires Neto e Ivan Marques da Silva também participaram do julgamento e acompanharam o voto do relator (Apelação nº 0008833-08.2012.8.26.0577). (MAR, 2014)

Fonte: Comunicação Social TJSP

PIRACICABA

Busca e apreensão: companheiro de oficial de Justiça em atividade é arrastado e morto por executado

Programa Balanço Geral SP Campinas, da Record, entrevista testemunha que viu tudo o que aconteceu em Piracicaba (SP), no dia 10 de julho, onde um motorista, insatisfeito com o cumprimento de um mandado de busca e apreensão de seu veículo, arrastou e matou homem que acompanhava um oficial de Justiça. A vítima é o

funcionário da financeira, fiel depositário do veículo, Luís Augusto Marangoni, de 35 anos.

O acusado entregou-se à polícia, mas continua solto. O delegado responsável pelo caso informou que irá pedir a prisão preventiva do condutor. (JUL, 2013)

Fonte: Assessoria de Comunicação da ASSOJAFGO (com informações do Balanço Geral SP Campinas)

SÃO PAULO

Condução coercitiva: oficial de Justiça tem braço quebrado e escoriações

O oficial de Justiça Aylton Bekes Cezar foi agredido por quatro menores enquanto cumpria mandado judicial (8/8) dentro do Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA – antiga FEBEM). Uma funcionária interna também sofreu agressões. Aylton, que também é vice-presidente da Associação dos oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP), estava na Fundação para conduzir um menor que fora apreendido, em liberdade assistida, para outra unidade onde cumpriria regime fechado, conforme determinação do Juiz do processo.

O menor infrator, de 17 anos, ofereceu resistência ao cumprimento da ordem e, com ajuda de outros três rapazes, avançou agressivamente sobre o oficial de Justiça. Aylton teve seu braço direito quebrado e sofreu escoriações pelo corpo. Em seguida, o menor tentou fugir arrancando as chaves da mão da funcionária Josefa Maria, mas sem sucesso. “O menino já vinha dando trabalho há muito tempo” disse Maria Alice, assistência Social da Fundação.

A polícia foi chamada e o garoto autuado, no 10º DP da Pena, por desobediência, crime contra o patrimônio público e lesão corporal grave. O oficial foi encaminhado ao hospital, onde foi informado

de que seria submetido a cirurgia para correção da séria fratura. “É importante que o Tribunal de Justiça veja o risco que os oficiais de Justiça correm na execução do seu trabalho”, protestou Aylton. (JUL, 2008)

Fonte: Aojesp

SÃO PAULO

Reintegração de posse: oficial de Justiça agredido com facão

O oficial de Justiça Walter Antônio de Carvalho, da 1ª Vara Cível da Penha foi atacado no bairro Vila Marieta no último dia 13, enquanto cumpria um mandado de reintegração de posse. Walter acionou a Polícia Militar às 8:00 da manhã, enquanto aguardava no local. Ao perceber a presença do oficial de Justiça nas proximidades, o réu começou a atirar pedras. Walter se distanciou do local, mas, em questão de segundos, o réu saiu de sua residência com um facão, correndo atrás do oficial que, ao tentar fugir, acabou caindo no chão e recebendo um golpe, que felizmente apenas rasgou sua roupa.

“O facão era grande, semelhante àqueles de cortar cana. Quando ele deixou o facão cair no chão, tive tempo para correr de novo”, disse Walter. Ao recuperar o facão, o réu ainda perseguiu o oficial por mais alguns metros. “Já no meio do trânsito, caí novamente, muitos carros pararam devido ao tumulto. Nesta hora, o réu me golpeou no pescoço.

Apesar de ter provocado muito sangramento, por sorte não aconteceu algo pior”, afirmou Walter. A Polícia Militar chegou em poucos minutos, detendo o réu em flagrante e prestando socorro ao oficial. “Fui muito bem atendido pela PM, é impossível querer que uma viatura chegue a um local em menos de cinco minutos devido ao trânsito em São Paulo”, disse. Walter, que presta serviço há 26 anos na

mesma vara, disse estar cansado dessas situações violentas contra os oficiais de Justiça.

“O Tribunal precisa tomar alguma providência. Diariamente têm ocorrido casos semelhantes, isso não pode ficar assim”, desabafou o servidor, que passa bem e na mesma semana já estava trabalhando. O oficial conta que fisicamente está bem, porém muito abalado mentalmente. “Ficar parado é pior. Estou muito preocupado, com certa desconfiança e receio de que isso possa acontecer novamente quando vou diligenciar, mas estou tentando conviver da melhor forma possível com esta situação”, finalizou. (MAR, 2008)

Fonte: Assojaf-GO

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Oficial de Justiça leva soco, mordida e dedos nos olhos

O oficial de Justiça Helder Marcon Carrijo, lotado na 3ª Vara Judicial da comarca de São João da Boa Vista, na data de 04 de setembro de 2006, às 06h30min, quando diligenciava para intimar o réu Sérgio Masirevic Junior, para uma audiência, foi covarde e violentamente agredido por ele.

O réu, irritado pelo fato do oficial ter insistido em ser atendido, visto que já havia diligenciado por outras vezes no endereço e não tê-lo encontrado, desceu de seu apartamento e fazendo menção de que estava tudo bem, aproveitou um breve descuido do oficial e deferiu-lhe um violento soco no rosto deixando-o desnordeado e valendo-se de seu condicionamento, pois é praticante de artes marciais, facilmente imobilizou o oficial jogando-o ao chão, desferindo-lhe inúmeros socos, enfiando-lhe dois dedos nos olhos com o intuito de cegá-lo, causando hemorragia e dor por muitos dias, e seguindo com a agressão mordeu-lhe a orelha, causando sério ferimento, tendo parado somente quando os vizinhos intervieram dizendo que haviam

ligado para a polícia.

O oficial Helder representou ao Ministério Público e o 1º Promotor de Justiça, Dr. Nelson O'Reilly Filho, após tomar a termo suas declarações, requereu a prisão temporária do réu que foi decretada pelo MM Juiz de Direito da 1ª Vara, Dr. Ronaldo Frigini, tendo o agressor sido preso e recolhido à cadeia de São João da Boa Vista, na data de 20/09/06. (SET, 2006)

Fonte: Assojaf-GO

SÃO PAULO

Oficial de Justiça é agredido com safanões e tapas

Atuando há 25 anos como oficial de Justiça, ele não poderia prever que uma simples penhora se transformaria numa tarde de agressões físicas e verbais. Era 22 de abril, quando o Valter Luiz Peluque foi cumprir um mandado de busca e apreensão num bairro de São Paulo. Tocou a campainha, ninguém atendeu. Observou a garagem ao lado, contígua à residência, com alguns automóveis. Anotava as placas dos veículos quando ouviu, desde o outro lado da rua, uma mulher questionando o que ele estaria fazendo ali.

“Ela começou a me xingar, dizia que iria me botar para correr, quebrar a minha cara”, conta. Naquela situação, o servidor público usou seu celular para tentar chamar a polícia. Mas foi novamente agredido, “ela deu um ‘tapão’ no aparelho”, relata. “Chegou outro cara, começou a me dar safanões, me agredindo mesmo”, continua. Os agressores, segundo disse, não o deixavam chegar ao seu carro. A situação durou uns de 15 minutos, o suficiente para que o servidor público fosse agredido no rosto, costas e ombro, perdesse seu sapato, óculos e telefone celular.

E o OJAF só não foi mais agredido, pois um grupo de pessoas

que passava de carro naquela hora interveio e acabou ajudando. Valter conta que após chamaram a polícia, eles se dispuseram a testemunhar a seu favor. “Quando a polícia chegou, a mulher começou a xingar os policiais e foi algemada. O outro ‘carinha’ se afastou”, descreve. Na delegacia, onde passou o resto da tarde e o início da noite, Valter contou com a companhia de um colega OJAF, que foi ao seu encontro para ajudar. E essa retaguarda foi a única solidariedade que teve. “O tribunal não dá uma retaguarda institucional, não quer nem saber, como se fosse um problema da sua pessoa”, critica. Valter conhece outros casos de OJAFs agredidos, inclusive um “colega que foi trancado”, e diz que já teve que chamar a polícia várias vezes.

“A gente está sempre exposto, é sempre uma situação de conflito”, descreve e completa: “Não é [só] o meu caso, isso pode acontecer com qualquer um, a qualquer momento. Tenho essa preocupação, embora na trabalhista seja um pouco mais leve”. O Núcleo de oficiais de Justiça do Sintrajud definiu total apoio ao colega agredido, e o sindicato, junto a AOJUSTRA, disponibilizará um advogado para acompanhar o caso. (JUN, 2013)

Fonte: Sintrajud

SÃO PAULO

Reintegração de posse: oficial de Justiça é agredido

Após confrontos entre Polícia Militar e moradores na quinta-feira, a desocupação de um terreno na região de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo, foi encerrada após quase 12 horas de tensão, tristeza e desespero dos moradores. Uma pessoa foi detida.

Apesar de não ter havido embate direto durante a tarde, foram feitas barricadas com pneus incendiados na região e um homem foi detido por agressão a um oficial de Justiça. O suspeito foi levado ao 55º Distrito Policial algemado, mas negou ter tomado qualquer

atitude agressiva.

Ex-morador de uma das casas, Michael da Silva tinha acabado de retirar seu telhado para que a demolição ocorresse a qualquer instante. Ele morava no local há nove meses com a namorada e disse que o aviso de que teria que sair foi repentino. Anteontem a polícia entregou um papelzinho de cinco centímetros, avisando que a gente tinha que sair. “Aí viemos hoje tirar as coisas e vamos para a casa da minha mãe”, contou contrariado. Ele não sabia que havia comprado um terreno que não estava à venda, nem tinha documentos que comprovassem a compra do lote.

Quando a demolição estava sendo finalizada nas últimas casas, quatro estudantes que moram na região contaram que um ônibus foi incendiado nas redondezas, por volta das 17h30, como mais uma forma de protesto à desapropriação dos terrenos, mas a PM não confirmou a informação. (...) Eles chegaram lá por volta das 18h, mas às 19h já tinham deixado o local. José Domingos de Araújo Filho, assessor da subprefeitura, informou que, para cooperar com as famílias, haverá um cadastramento daqueles que perderam seus lares. “Amanhã, às 10h, as pessoas podem vir (à sede da subprefeitura) que, de acordo com a situação de cada um, serão encaminhadas para o (programa) Minha casa, minha vida ou para o auxílio-moradia”. (...) Um fotógrafo foi atingido por um estilhaço e ficou ferido, mas passa bem.

Pouco depois, alguns moradores se sentaram em tijolos na tentativa de impedir a passagem dos policiais enquanto outros jogaram pedras e paus nos PMs. Nesse momento, a polícia revidou com bombas de efeito moral e balas de borracha. A dona de casa Maria Telma Freires, de 29 anos, exibiu três balas de borracha e disse que o irmão de 10 anos ficou ferido no pé.

O major Luiz Roberto Miranda Junior, responsável pela ação da polícia na reintegração de posse, em princípio, negou ter utilizado balas de borracha na ação. Porém, quando questionado pelo G1 sobre que material seria aquele coletado por moradores, ele confirmou que se tratava de balas de borracha. “Pode ser que tenham atirado para cima”, declarou.

A assessoria de imprensa da PM reiterou em contato com o G1 que não foram utilizadas balas de borracha durante a operação.

Porém, a corporação disse que irá apurar se, eventualmente, algum soldado usou o armamento, e serão tomadas as devidas providências. Em relação às balas mostradas pela moradora, a polícia disse que a região é muito conflituosa e que elas podem ter sido usadas em outra ocasião.

A decisão de manter a reintegração de posse do terreno foi dada nesta quarta-feira (26) pelo Juiz Alessandro Marcondes França Ramos, da 1ª Vara Cível. De acordo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, ele negou o pedido da defesa dos moradores para suspender a reintegração. O Juiz entendeu que não cabe aos donos do terreno providenciar moradia para os ocupantes da área. (JUL, 2013)

Fonte: Globo.com

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Cabo eleitoral tenta agredir oficial de Justiça com martelo

A dois dias das eleições, um cabo eleitoral tentou agredir um oficial de Justiça que tentava retirar peças publicitárias irregulares das ruas de São José do Rio Preto, no interior do estado. Irritado com a ação do oficial, um cabo eleitoral tentou acertá-lo com um martelo. Depois de toda a confusão, vários cabos eleitorais ainda retiraram as peças apreendidas pela Justiça do caminhão. (AGO, 2011)

Fonte: O Globo SP TV

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Oficiais agredidas

Duas oficiais de Justiça foram agredidas por dois homens armados na manhã desta quarta-feira (25/05) em São Bernardo do Campo, na Favela do Limpão. Segundo os relatos de uma das vítimas, elas cumpriam mandados na região quando foram abordadas pelos sujeitos, que as agrediram com socos e chutes, além de ameaçá-las de morte e rasgarem seus documentos.

Até agora, os policiais identificaram um dos acusados, que foi preso em flagrante. No momento, o departamento de comunicação da AOJESP está apurando as informações, que em breve serão publicadas neste site. (JUN, 2011)

Fonte: AOJESP

SALTO

Penhora: oficial de Justiça agredido e mordido por executado

Certidão de oficial de Justiça do interior de São Paulo demonstra os riscos que corremos no dia a dia da profissão. “Certifico que no dia 29 de março realizei diligências na Rua São Lino e encontrei o imóvel fechado, apenas com cachorros. No dia 07 de abril, por volta das dezenove horas e quinze minutos, realizei novas diligências, onde, após permanecer alguns minutos sem ser atendido, e, suspeitando que houvesse pessoas na cozinha, sentado numa cadeira e sobre a mesa, vários gatos. Após me apresentar, solicitei a presença do Executado. Decorrido alguns minutos, cientifiquei acerca do mandado, onde o corredor Celino começou a gritar: “vá embora, da minha casa

nada será penhorado, suma daqui”.

Diante de tal atitude, solicitei que o Sr. Bruno se dirigisse ao portão, local mais claro para inteirá-lo acerca de possível constrição de seus bens. Com o auxílio de muletas, o Sr. Bruno se dirigiu ao portão e, nesse ínterim, Celino, de forma bastante alterada, caminhava rapidamente no corredor, indo e voltando, além de prestar atenção.

Após cientificar o Sr. Bruno, que se identificou como sendo amigo de Celino e, bravo, proferiu as seguintes palavras: “estou cansado de cobranças em minha casa, esse Celino só me dá dor de cabeça”. Informei-o acerca da relação de bens da casa, pois, conforme constava no mandado, é a residência de Celino. Disse-lhe então: “como não houve acordo ou quitação da presente Execução, seguindo a determinação do R. mandado, haveria a necessidade de proceder à penhora ou relação de bens”. Instantaneamente, o Sr. Bruno se exaltou e, alterando a voz disse que nada seria tirado da casa dele.

Neste momento me encontrava na beira da calçada próxima ao meu veículo. Simultaneamente, Celino que próximo ao portão a tudo ouvia, abriu-o e de forma inesperada avançou em minha direção me agredindo e tomando o mandado e a contrafé, repelindo a agressão dei-lhe um empurrão, derrubando-o ao chão e imobilizando-o.

Após se levantar, Celino de posse do mandado em suas mãos, já totalmente amassado, me agredia verbalmente e, recusava em entregá-lo, dizendo: “suma daqui”. Diante do impasse, solicitei a devolução e, novamente, por duas ou três vezes Celino avançou em minha direção. Numa ocasião consegui reaver o mandado, já danificado e joguei-o dentro do meu veículo, porém, quando tentei entrar no carro, Celino abriu a porta e pegou os outros mandados que se encontravam sobre o banco. Intervi, empurrando a porta, mas ainda assim Celino insistia em pegá-los, até ficar com o braço preso na porta, que eu tentava fechar para afastá-lo.

Nessa investida, Celino me agrediu, porém, imobilizei-o ao solo, dessa vez, segurando o seu corpo para evitar a queda. Como o mandado já estava em sua mão esquerda, tentei abri-la, momento em que Celino me mordeu na parte posterior da perna direita, mas sem muito êxito, devido ao tecido da calça.

Nos momentos de embates, os cachorros (mais de dez) me

morderam, causando várias lesões nas pernas esquerda e direita, além de rasgar a calça; danificar os óculos, sendo necessária a troca da armação; Celino conseguiu rasgar a minha camisa, pois quando me agredia, o fazia com as mãos abertas e tentava me arranhar. Devido à dificuldade em recuperar o mandado e ter sofrido agressões, pela segunda vez tentei deixar o local, mas ainda assim, Celino impedia o fechamento do vidro e tentava danificar os demais mandados que estavam sobre o assento do passageiro.

Com dificuldades, consegui ligar o carro, mas o vidro com o acionamento elétrico não obedecia ao comando, pois, Celino fazia força para abaixá-lo. Ao deixar o local, em pânico, entrei em contato com o oficial de Justiça Edson, que rapidamente me socorreu e, apenas em sua presença, percebi as mordidas, pequenos sangramentos e a calça rasgada. Em seguida expliquei o ocorrido e o oficial de Justiça Edson voltou na residência e Celino proferiu as seguintes palavras: “fala para aquele oficial não vir mais em minha casa” e mais uma vez se recusou em entregar o mandado, nessa altura, totalmente danificado.

Devido aos ferimentos provocados pelos cachorros, arranhão no pescoço, fortes dores no ombro esquerdo e dedo indicador direito, me dirigi ao Pronto Socorro Municipal, pois, desconheço os cachorros bem como a orientação sexual do Executado. No hospital fui prontamente atendido, sendo submetido a raios-X do membro superior esquerdo e, devido à gravidade das mordidas, por volta das vinte e três horas fui encaminhado por meio de ambulância até o Conjunto Hospital de Sorocaba, onde recebi os devidos cuidados médicos. (...) Por volta das duas horas retornei à minha residência. (...) Embora o ato processual tenha se verificado há mais de 01 mês, só nesta data consegui certificar o ocorrido, pois, por várias vezes tentei, mas por abalos psicológicos, devido à situação, era impossível digitar, sempre mal começava e “travava”. O referido é verdade e dou fé. Salto, 03 de junho de 2011.” Zorobabel Vieira. Oficial de Justiça. (MAR, 2011)

Fonte: Aojesp

ARAÇATUBA

Busca e apreensão: oficial de Justiça é atropelado ao cumprir mandado

Um oficial de Justiça de 54 anos foi atropelado na tarde desta quinta-feira (25), em Araçatuba, por um carro que ele tinha ordem para apreender. O carro, um VW Gol, pertencia a uma educadora de 49 anos, funcionária da Prefeitura. Segundo a Polícia Militar, o oficial foi até o prédio da Secretaria de Educação e pediu para chamar a dona do veículo.

Uma mulher disse que ela estava em reunião e, em seguida, um homem saiu do prédio, abriu o carro e entrou. O oficial disse ao homem que ele não poderia remover o carro, pois tinha ordem judicial para apreendê-lo. O homem, então, empurrou o oficial, engatou a ré do carro e, com a porta aberta, saiu, atropelando a vítima.

Ainda segundo a PM, o oficial chegou a ser arrastado pelo carro. Em seguida, o homem fugiu com o Gol. A dona do Gol foi até a delegacia e disse à polícia que sabe quem pegou o carro, mas não sabia onde ele estava.

O oficial foi levado à Santa Casa com um corte na cabeça e escoriações pelo corpo. Até o fechamento desta edição, o carro não havia sido encontrado. (JUL, 2013)

Fonte: Folha da Região

VOTOPURANGA

Oficial de Justiça é agredida com barra de ferro e faca ao cumprir mandado de citação

Uma oficiala de Justiça de Votuporanga (SP), de 60 anos, foi agredida fisicamente por E.R.D.M. de 34 anos, durante seu trabalho. Segundo informações da PM, a mulher foi até a residência do homem, situada na rua Olga Loti de Camargo, no bairro Santos Dumont, para fazer a citação de um mandado de interdição – antecipação de tutela. Nesse momento, o acusado estava em posse de uma barra de ferro e desferiu um golpe na cabeça da oficiala, lesionando o rosto e o braço da vítima. Em seguida, o mesmo buscou uma faca e danificou o carro dela. Não bastasse ainda, a mulher quase foi agredida com a faca novamente, porém, conseguiu intervir.

A Polícia Militar foi acionada e imediatamente compareceu ao local, onde o acusado confessou o crime e declarou que bateu na mulher. Ele disse que se caso ela lhe incomodasse de novo, iria matá-la. Segundo a PM, E.R.D.M. é conhecido nos meios policiais. O indivíduo foi detido pelos militares e a ocorrência foi apresentada ao Plantão Policial. (NOV, 2014)

Fonte: InfoJus Brasil (com informações do portal Votunews)

PIRACICABA

Oficiais de Justiça de Piracicaba sofrem ameaças

No dia 10 de julho, o funcionário de uma financeira morreu atropelado ao cumprir, acompanhado de uma oficiala de Justiça, um mandado de busca e apreensão de um veículo cujo pagamento estava atrasado. Luís Augusto Marangoni, de 35 anos, morreu ao tentar evitar a fuga do comprador do carro, um modelo Citroën Xsara Picasso.

O funcionário se inclinou para dentro do veículo na tentativa de tirar a chave do contato. Foi quando o condutor inadimplente avançou e o arrastou por cerca de 200 metros por ruas do bairro Alto. Marangoni ficou pendurado na porta do motorista. No cruzamento da Avenida Saldanha Marinho com a Rua Bom Jesus, o condutor do Xsara Picasso bateu o carro em um Honda Civic que atravessava o trecho, ocasionando a queda do funcionário da financeira. O condutor fugiu em seguida.

De acordo com o vice-presidente da Aojesp, essa não foi a primeira vez que oficiais de Justiça enfrentaram problemas. “Todos os oficiais já passaram por alguma situação desse tipo, já sofreram agressões, sequestro relâmpago, cárcere privado, ameaça com armas de fogo. Inclusive os novos, que foram recém-empossados, já têm histórias para contar”, relatou.

A oficiala de Justiça que acompanhava o funcionário da financiadora no dia do acidente disse que ficou chocada. “A situação me abalou profundamente. Eu não esperava passar por isso.” Ela ainda reclama dos momentos de tensão que passa nas ruas e das condições que tem para trabalhar. “A gente não tem respaldo, a gente não tem garantia e nem segurança”, afirmou.

A oficiala relatou ainda que o trabalho é realizado com veículo próprio. “Nós trabalhamos com nosso carro”, disse. Após o caso da última quarta-feira, a oficiala não sabe mais se voltará ao trabalho. “Para mim já deu. É o momento de tirar o pé e cuidar da minha vida, da minha saúde. Vou esperar o pior? Não vou. Infelizmente não vou”, disse.

O Tribunal de Justiça (TJ), por meio da assessoria de imprensa, informou que sempre que entender necessário o oficial de Justiça pode pedir ao Juiz que solicite auxílio da Polícia Militar para o cumprimento do mandado. Além disso, se verificar a ausência de condições para cumprimento do mandado apenas quando estiver no local, pode retornar ao cartório e certificar tal informação no processo para retornar em outro momento com reforço.

Com relação ao uso de carro próprio, o TJ informou que cabe ao oficial escolher o meio de transporte que entender mais adequado. O oficial não é obrigado a fazer a entrega do mandado de carro. Informou ainda que para custear os gastos com transporte (ônibus, metrô, automóvel etc.), o servidor recebe o que é chamado de diligência, calculada de acordo com o local e quantidade de atos cumpridos. (JUL, 2013)

Fonte: G1

HELIÓPOLIS

Favelas: oficial de Justiça sob a mira de armas

Oficial de Justiça é revistado sob mira de armas de fogo Favela Heliópolis. O oficial de Justiça e conselheiro da AOJESP, Aylton Bekes, segue pela Rua Maciel Parente para efetuar uma intimação. É bruscamente abordado por dois marginais: – Para aí “pé com pano”! Apontando-lhe as armas, rendem Aylton.

O oficial reconhece que um dos sujeitos é o mesmo que, meses atrás, já o havia ameaçado caso ali retornasse. Se ameaça detivesse os oficiais de Justiça, a Justiça parava em São Paul. Agora, ele estava ali, de novo surpreendido pelo seu algoz. Calibre 38 no peito, o oficial de Justiça foi revistado por um, enquanto o outro se comunicava através

de um “walk talk” para receber instruções superiores. Uma verdadeira barreira de controle paramilitar a poucos metros do 950 DP!

Por pura sorte, o “comando” permitiu que Aylton prosseguisse o seu trabalho. Vigiado de perto pelos marginais, o colega não localizou o número da rua e os moradores próximos alegaram não conhecer o intimando. Concluído seu trabalho, Aylton foi acompanhado para fora dos limites “protegidos” pelos marginais.

Mas, poderia ter sido fatal para ele. Perguntamos: que poder paralelo é esse que ameaça oficiais de Justiça no cumprimento de seu dever? Onde está o poder legal que deveria estar protegendo a execução da Justiça e a vida do Servidor Público em serviço? Quem disse que São Paulo não está como o Rio de Janeiro? Este episódio comprova que o crime organizado em São Paulo ameaça a tudo e a todos. Menos as autoridades encasteladas em seus gabinetes, longe da realidade dura daqueles que trabalham para um Estado cada dia mais ineficiente. (SET, 2011)

Fonte: Assojaf-Go

ATIBAIA

Favela: oficiais de Justiça ameaçados de morte

No mês passado dois oficiais de Justiça passaram momentos difíceis ao tentar intimidar um morador da favela. “Não temos mais condições de ir até Caetetuba”, disse um dos ameaçados. “Tem sempre alguém armado que não admite nossa entrada na favela”, contou o funcionário do Fórum que teve que fugir junto com outro oficial de Justiça para não ser baleado.

Na semana passada, outro oficial de Justiça foi obrigado a sair às pressas da favela também sob ameaça de morte. Armado, um criminoso não identificado intimidou o oficial que fugiu rapidamente do local. Já um dos funcionários da Delegacia de Polícia, que pretendia

também intimidar uma pessoa na favela, quase foi linchado no local. Um grupo de pessoas se reuniu e atirou frutas e pedras. “Tive que fugir correndo”, lembrou. A própria polícia pode confirmar a situação.

Na terça-feira passada (17), um policial civil e um GM pretendiam entregar intimações na mesma favela de Caetetuba quando encontraram um grupo de quatro homens na entrada de uma viela. Com a chegada dos policiais, o grupo dispersou e Rodrigo Fernandes da Cunha, que estava armado com uma pistola calibre 7.65 carregada com cinco cartuchos, tentou correr, caiu e derrubou a arma que carregava na cintura.

Detido, Rodrigo foi levado ao plantão policial e autuado em flagrante por porte ilegal de arma de fogo. Detalhe: o caso aconteceu à tarde, quando há movimentação de trabalhadores e estudantes que retornam às suas casas. (SET, 2011)

Fonte: Adriana Carvalho

SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rotina de agressões: oficial de Justiça com arma na cabeça, jogado de uma escada, com mão furada com caneta e trancado em porta-malas

“Ele pegou a ordem judicial da minha mão, rasgou, pegou o revólver, pôs na minha cabeça e disse ‘eu vou contar até dez, se você ainda estiver [aqui], eu vou descarregar o revólver todinho na sua cabeça’”, relata a oficiala de Justiça Mônica Reis Valverde.

Há 30 anos, ela tem uma rotina de ameaças e agressões, que, em menor ou maior grau. Para a oficiala Mônica, de São Bernardo do Campo (SP), poucos entendem sua função, para a qual, segundo ela, não há treinamento. “A profissão é conhecida para o público em geral como entregador de cartas, um carteiro. Na realidade, [o oficial] é uma autoridade para cumprir ordens do Juiz, como apreender uma criança, apreender um veículo, fazer um despejo, decretar uma falência, etc.”

No dia em que foi ameaçada, ela saiu do lugar onde estava o homem armado, mas avisou a polícia e ele foi preso logo em flagrante depois. “Ser oficial é para quem realmente não tenha receio, não tenha medo e esteja disposto a enfrentar, porque a barra é pesada”, diz.

Aquele não foi o único momento de violência: Mônica, de 66 anos, conta que já foi jogada de uma escada e teve a mão furada por uma caneta. Ela relata outras situações vividas por colegas: “oficial Rosa passou horas trancada dentro do porta-malas do carro, dentro de uma favela. Oficial Wilton, atiraram nele e por um triz não arrebentaram o pé dele. Oficial Luiz Cláudio foi arrastado num carro, [...] o oficial estava próximo da porta, [...] e no fechar a porta, prendeu a roupa do oficial e ele foi arrastado. Quer mais? Nós vamos ficar aqui anos conversando.” (JUL, 2011)

Fonte: Roseane Aguirra Do G1, em São Paulo

SANTOS

“Se retornar aqui, vou lhe encher de bala”, diz invasor que ameaça oficial de Justiça em favela

A colega que lavrou esta certidão está afastada com diagnóstico de “síndrome do pânico”. Além dessa ocorrência, já foi pega em meio a um tiroteio no morro e quase teve seu carro roubado. Infelizmente, essa é a realidade que muitas vezes os oficiais enfrentam, realidade que se agrava a cada dia graças à falta de atenção do Estado, ausente nas comunidades que mais dele necessitam. (AGO, 2011)

Fonte: Assojubs

MAUÁ

Vereador desacata oficial de Justiça

Juíza determina abertura de inquérito para apurar caso de desacato contra oficial de Justiça. O acusado é o vereador Severino do MSTU, de Mauá, que também teria cometido injúria contra servidor do Judiciário. A juíza da 3ª Vara Cível de Mauá (SP), Fernanda Cristina da Silva Ferraz Lima Cabral, determinou na segunda-feira que a Polícia Civil abra inquérito para investigar o vereador Severino do MSTU (Pros) por desacato e injúria.

A atitude da magistrada está embasada em relato do oficial de Justiça e perito de engenharia Vladimir Surgelas, que diz ter sido agredido e ofendido pelo parlamentar. Surgelas também descreveu à juíza ter sido humilhado e impedido de realizar seu trabalho pelo vereador durante diligência realizada dia 22 de abril no condomínio Vitoria Mauá C 2 – onde reside o parlamentar.

O perito cumpria determinação para verificar existência de vazamentos no local, em acordo com ação impetrada pelo conjunto habitacional contestando o valor da água cobrado pela Foz do Brasil, e identificou ligação irregular em cavalete de água sem hidrômetro, o que impossibilita a cobrança da taxa.

A água “furtada” era direcionada a um reservatório de 500 litros e abastecia garagens e o CAC (Centro de Apoio Comunitário) do condomínio, presidido pelo vereador. No processo, Surgelas afirmou ter sido prensado, empurrado e segurado por Severino quando apontava a irregularidade. “Ele ainda me ameaçou dizendo assim: ‘Você vai ser linchado aqui’”, relatou, em ofício. Antes disso, o oficial de Justiça também informou uma série de ações abusivas do parlamentar para interromper a inspeção.

Severino teria perguntado em tom ameaçador quem era o responsável pela “bagunça”. Disse que ele era vereador e não deixaria ninguém entrar no local. Ainda de acordo com informações do processo, Surgelas afirmou que a Polícia Militar foi acionada, chegou ao local e teve de imobilizar o parlamentar, que se encontrava com

ânimos exaltados – recebeu voz de prisão e foi encaminhado ao 2º DP (Distrito Policial).

O caso foi registrado no boletim de ocorrência 705/2014. Severino disse desconhecer o pedido de instauração de inquérito. “Isso já faz muito tempo, foi há mais de 30 dias (ocorrido foi há 11 dias). Esse processo é coisa do condomínio, eu não tenho nada a ver com isso. Na segunda-feira eu vou tomar conhecimento”, declarou o vereador. (MAI, 2014)

Fonte: Diário do Grande ABC

SÃO PAULO

Tentativa de assalto a oficial de Justiça em serviço

“Saudações companheiros. Utilizo-me, ousadamente, deste espaço para externar e tornar público mais um episódio de afronta a nossa já tão mitigada segurança em diligências. No dia 04/10/2007, por volta das 17 horas, trafegando, em trânsito lento, com meu veículo particular (único meio possível e viável para o meu mister, a serviço do Poder Judiciário, ao qual, com muito orgulho sirvo) pela Avenida das Juntas Provisórias-SP, fui repentinamente abordado por dois marginais, de arma em punho, que me ordenaram a não reagir e entregar-lhes minha carteira.

Agi de forma incorreta, reagi, levantei os vidros do carro, tentei avançar um pouquinho para frente, os marginais, por minha sorte, portavam uma réplica de arma automática, de cor preta. Dessa vez, graças a Deus, ou a sorte, sobrevivi para contar-lhes este caso. Até quando... Luiz Eduardo Silva – oficial de Justiça.” (OUT, 2007)

Fonte: Aojsp

TABOÃO DA SERRA

Oficial de Justiça é assaltado ao cumprir mandados

Um oficial de Justiça do Fórum de Taboão da Serra foi assaltado por três criminosos na Rua José Carlos de Macedo Soares, próximo ao Extra, na manhã do último dia 19, segunda-feira. Ele havia acabado de descer de seu veículo quando o trio o abordou e exigiu a chave do carro, além de levarem seu celular e a pasta que carregava, onde estavam documentos de trabalho.

O oficial conseguiu uma carona de pessoas que passavam no local no momento, até o 1º DP de Taboão da Serra. Enquanto ele ia à delegacia, dois policiais da seccional do município foram informados do assalto que havia acabado de acontecer e conseguiram localizar e prender dois dos três suspeitos.

Quando a vítima chegou à delegacia, os acusados já estavam lá, e foram reconhecidos imediatamente. Com um deles estava com a carteira e o celular do oficial. O carro não foi roubado por conta de um “trava carneiro”. O terceiro acusado ainda não foi localizado. (AGO, 2013)

Fonte: Portal O Taboanense

GUARUJÁ

Favela: oficial de Justiça é vítima de dois assaltantes em Guarujá

Um oficial de Justiça que cumpria uma ordem judicial em Guarujá, no litoral de São Paulo, foi vítima de dois assaltantes nesta segunda-feira (29). O crime ocorreu em uma favela no Distrito de Vicente de Carvalho. Um dos suspeitos foi detido pela Polícia Militar, o outro conseguiu fugir.

O oficial de Justiça de 51 anos saiu do Fórum de Guarujá para cumprir uma ordem judicial na Favela da Aldeia. Segundo o relato que deu no 2º Distrito Policial de Vicente de Carvalho, ele foi abordado por dois homens ao descer do carro. Com medo, correu para uma casa próxima, mas foi alcançado. Uma equipe da Polícia Militar que realizava operação no bairro Prainha, que fica ao lado da favela, foi alertada sobre a ação e surpreendeu a dupla com a vítima na rua.

Rodrigo Henrique Santos Bento, de 25 anos, morador do bairro Pae Cará, foi preso ao tentar fugir. Ele faz parte de uma quadrilha acusada de cometer vários crimes na cidade e, inclusive, estava com o mandado de prisão pedido. O outro suspeito conseguiu fugir e ainda não foi encontrado. (JUL, 2013)

Fonte: Portal G1

SÃO PAULO

Oficial de Justiça é vítima de assalto ao cumprir diligência

A oficiala de Justiça Isabel Silva, lotada na CM da Barra Funda TRT/2 foi assaltada, por quatro rapazes, enquanto cumpria diligência em uma favela no Itaim Paulista. No assalto levaram seu carro, bolsa com dinheiro, documentos, cartões bancários e celulares. Ficou sem dinheiro, sem documentos, sem telefones e apenas com a pasta de mandados no centro da favela. Segundo ela a rua se encontrava cheia de gente, mas ninguém a socorreu até fingiram não ver o assalto. Dois moradores da favela a levaram para uma delegacia, onde ela prestou declarações. Informa ela que outros colegas já sofreram assaltos na região, inclusive um oficial deficiente físico teve seu carro adaptado roubado.

São comuns os assaltos e constrangimentos a oficiais de Justiça, mas não se tem qualquer notícia de providências dos juízes para, senão impedir, o que seria sonhar demais, mas pelo menos, se movimentarem para amenizar a situação dos oficiais de Justiça. Também pudera, sentados em seus estofados, gozando as delícias e o status que o cargo lhe dá, como se interessar pela vida do seu longa manus? (JAN, 2013)

Fonte: Blog do El Carmo

SOROCABA

Locais perigosos: ladrões assaltam oficial de Justiça

Local ermo, distante de socorro ou segurança, vítima sozinha e desarmada dirigindo automóvel. Ingredientes suficientes para mais um episódio de violência acontecer na vida do oficial de Justiça Avaliador Federal, Marcos José Dias, lotado na Central de Mandados do Fórum do Trabalho de Sorocaba. A estrada Celso Charuri, no bairro Jundiacanga em Araçoiaba da Serra, tem início na Rodovia Raposo Tavares.

O trecho da estrada que liga a cidade ao Clube Pró Vida foi o palco do assalto sofrido pelo oficial Marcos José Dias. FIM DE DILIGÊNCIA – Às 17hs desta quarta-feira (03), ao fim de uma diligência na zona rural daquela cidade, Marcos dirigiu-se ao seu carro, para retornar à cidade de Sorocaba, onde reside. Neste momento, o oficial foi rendido por dois assaltantes armados que ordenaram que voltasse para a casa onde diligenciara, sem olhar para trás, ou seria alvejado pelas costas.

Os bandidos levaram a carteira, com dinheiro, documentos pessoais, inclusive a identidade funcional, a pasta de mandados e o veículo. Por sorte, Marcos estava com o celular no bolso da camisa, o que não foi percebido pelos assaltantes e possibilitou o pedido de socorro. Tendo obedecido às ordens dos bandidos, Marcos não sofreu agressões físicas, entregando tudo o que os ladrões ordenaram.

Após parcialmente refeito do trauma, Marcos dirigiu-se à cidade de Araçoiaba, para lavrar o Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia local. Ali recebeu a solidariedade dos Policiais Militares e Civis. O Delegado ofereceu-se para levar o colega oficial para a sua casa, porém, a esposa e colega oficiala de Justiça, Kátima Maria Dias, que milita em Sorocaba.

O Sindiquinze se solidariza com o colega oficial de Justiça Marcos José Dias, colocando à sua disposição o nosso Jurídico para tudo o que for necessário. Lamentamos mais este triste episódio de violência, praticada contra o servidor, mas sentida por todo o serviço público.

Fica cada dia mais explicitado o risco a que se submetem os oficiais de Justiça para cumprirem as suas funções e o seu dever profissional.

Continuaremos trabalhando para minimizar os danos potenciais à classe do oficialato, trabalhando incansavelmente pela aposentadoria especial, pelo porte de armas, pelo aumento e permanência da Gratificação de Atividades Externas (GAE). Infelizmente, o serviço público é cada vez mais uma atividade de risco em nosso país.

O Sindiquinze, protagonista no sindicalismo no serviço público, relembra que trabalha incansavelmente pela segurança e proteção dos servidores. Uma das nossas frentes de ação é o Projeto de Lei 3131/2008, de autoria do senador paranaense Álvaro Dias (PSDB), que teve o parecer do relator deputado José Genoíno (PT/SP) aprovado na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, no dia 19 de novembro. O PL altera a lei dos crimes hediondos e o Código Penal, aumentando as penas aplicadas a autor de crime de violência contra o agente do serviço público. (DEZ, 2008)

Fonte: Assojaf-Go

SANTOS

Oficiala é assaltada e ameaçada em favela

Uma oficiala lotada na Comarca de Santos foi assaltada em uma favela na Zona Noroeste da cidade e, segundo seu depoimento, somente foi poupada por ser mulher. Os marginais também mandaram um recado ameaçando os oficiais de Justiça de que iriam ser mortos caso aparecessem por lá.

Indignados, os oficiais da Comarca se sentem desamparados, pois não contam com a menor cobertura para um caso desse tipo, ainda mais que as favelas nos morros são dominadas por pontos de venda de drogas e marginais, sem nenhuma segurança para que o oficial de Justiça diligencie. (NOV, 2008)

Fonte: AOJESP

OSVALDO CRUZ

Busca e apreensão: homem quebra a própria moto para não entregá-la a oficial de Justiça

Na iminência de perder o bem por falta de pagamento das prestações, rapaz quebrou a própria moto ontem (31) em Osvaldo Cruz porque a Justiça iria tomar o bem dele por falta de pagamento. A Polícia Militar acompanhou um oficial de Justiça por volta de 14h30 na Rua Juvenal Pereira Alvarenga.

Segundo consta no boletim policial, o oficial de Justiça de 39 anos foi até a casa do técnico em logística, T.B., 39, com um mandado de busca e apreensão de uma motocicleta. Lá chegando, o envolvido ficou nervoso porque iria perder a moto e não quis entregar o veículo, que estava estacionado na garagem de sua residência.

Foi então que T.B. danificou a motocicleta e jogou o veículo no meio da rua. A PM foi acionada e o caso encaminhado à Delegacia de Polícia. (FEV, 2013)

Fonte: OcNet

MOGI MIRIM

Homem morre após ser baleado em briga com GCMs e oficial de Justiça

Um homem de 42 anos morreu baleado após agredir guardas municipais e um oficial de Justiça que cumpriam uma ação judicial, no Parque do Estado 2, em Mogi Mirim. O fato ocorreu no início da noite deste domingo (12).

Segundo informações do boletim de ocorrência, um oficial de Justiça foi entregar uma intimação de afastamento do lar (medida protetiva de urgência com base na Lei Maria da Penha) por denúncia anterior de violência doméstica contra a mulher dele. Ele foi recebido pelo homem que ficou agressivo e teria ido para cima dele, usando um cabo de enxada e proferindo palavras de ameaça.

Antes disso, o oficial foi à casa do homem no Residencial Floresta e estava com apoio da GCM, mas recebeu a informação de que ele estaria na residência da mãe no Parque do Estado. O oficial disse que passaria pelo outro endereço e como era só para entregar o documento judicial, a guarda não precisava acompanhar.

No entanto, o desfecho foi diferente.

Como o homem ficou exaltado, e segundo o B.O., a todo momento ele xingava o oficial, dizendo que não iria a lugar algum e o ameaçava de morte, a GCM foi acionada.

Os guardas chegaram e o homem continuou resistindo, não obedeceu as ordens de parada e também agrediu os guardas com cabo de madeira. Foram usadas armas não letais, e mesmo assim, o homem não parou.

Um familiar também estaria com um rastelo na tentativa de agredir os guardas e o oficial.

Em determinado momento da ação policial, o homem conseguiu se desvencilhar e seguiu para bater no guarda, usando o cabo da enxada, quando foi atingido por um tiro na região do abdômen.

Os Bombeiros Civis Municipais foram acionados e levaram o homem para a Santa Casa. No hospital, ele não resistiu aos ferimentos e morreu.

A ocorrência foi registrada na CPJ (Central de Polícia Judiciária). A delegada de plantão fez as oitivas do oficial de Justiça e dos GCMs, registrando boletim de ocorrência por homicídio decorrente de oposição à intervenção policial. (FEV, 2023)

Fonte: Portal da Cidade Mogi Mirim

SÃO PAULO

Oficial de Justiça brutalmente agredido durante cumprimento de ordem judicial

Um Oficial de Justiça foi violentamente agredido enquanto realizava o cumprimento de uma ordem judicial. O incidente ocorreu no último sábado (16), quando Daniel Alves de Lima compareceu a um endereço em Itaquera para comunicar a decisão de um juiz que negou um pedido de prisão solicitado pela promotoria, em um caso de violência doméstica movido pela mãe.

A senhora, exausta com as agressões, havia recorrido à Justiça buscando o afastamento do filho. Embora o pedido tenha sido deferido, dez dias após o afastamento, o réu retornou à casa, alegando estar doente e necessitando de abrigo. Num gesto inicial de compaixão, a mãe permitiu sua permanência, o que resultou na recorrência das agressões. Diante disso, a mãe buscou novamente a intervenção judicial.

A promotora que acompanhava o caso identificou um risco iminente não apenas para a mãe, mas também para a sociedade, solicitando a prisão do réu. No entanto, o pedido foi indeferido, e a mãe instruída a acionar a polícia para fazer cumprir a ordem de afastamento anterior.

Ao levar essa informação como notificação, o Oficial de Justiça não previa a intensidade da reação. “Ao chegar lá, estacionei o carro em uma casa antes da residência. Ao chamar a mãe, ela confirmou sua presença. Seguindo o que estava estabelecido na intimação, expliquei à senhora que não deveria tê-lo deixado retornar e que ela precisava contactar a polícia caso precisasse”, explicou Daniel.

Nesse momento, O Oficial resolveu se afastar e certificar o cenário que havia encontrado. Quando percebeu o agressor vindo em sua direção portando uma marreta. Daniel tentou correr, mas infelizmente escorregou e foi alcançado pelo agressor, que desferiu um golpe que acertou a cabeça do servidor público.

A reação dos vizinhos foi imediata diante da agressão. Eles intervieram, imobilizando e contendo o agressor até a chegada da

polícia. Duas viaturas responderam ao chamado e detiveram o réu, registrando o caso como tentativa de homicídio. Na audiência de custódia, a prisão foi convertida para preventiva.

“Felizmente, houve a prisão. Se não fosse por isso, imagine como ficaria a reputação do Oficial de Justiça e da própria Justiça?”, enfatizou Daniel.

O servidor público foi encaminhado ao Hospital Municipal da Cidade Tiradentes, onde passou por exames médicos antes de ser liberado.

“Isso que aconteceu com o Daniel não é apenas um caso isolado. Situações como esta ocorrem diariamente, mas por não ter consequências graves muitos deixam de notificar a associação ou a polícia. É muito importante que a categoria tenha o risco no exercício da função reconhecido e que as penas de crimes contra agentes públicos sejam aumentadas”, afirmou o presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado. (DEZ, 2023)

Fonte: Aojesp

TAUBATÉ

Oficial de justiça é agredida com soco no rosto ao entregar intimação

Uma oficial de justiça de 54 anos foi agredida com um soco no rosto enquanto tentava entregar uma intimação em Taubaté, no interior de São Paulo.

De acordo com informações do boletim de ocorrência, o caso aconteceu na noite de segunda-feira (15), em um posto de gasolina localizado no início da rodovia Oswaldo Cruz.

A profissional combinou de entregar a intimação a um homem

no local. Enquanto eles conversavam, a mulher desse homem a agrediu com um soco no rosto. A agressora tem 56 anos. (ABR, 2024)

Fonte: G1 Vale do Paraíba e Região

ITATINGA

Oficial de Justiça é vítima de violência durante cumprimento de mandado

No último sábado (29/6), um Oficial de Justiça foi agredido fisicamente enquanto tentava cumprir um mandado de apreensão de dois caminhões em uma fazenda localizada em Itatinga, próximo a Botucatu. O Oficial de Justiça Manuel Francisco Alves Neto, de 50 anos, acionou a polícia militar e foi ao endereço determinado no mandado judicial, mas a ação, que deveria ser de rotina, virou um exemplo dos perigos enfrentados no exercício da função.

Após treze tentativas frustradas de cumprir a ordem judicial, já que o proprietário vinha escondendo os veículos, o Oficial de Justiça, de plantão, se dirigiu à fazenda após denúncia da parte credora. Ao chegar no local, foi mal-recebido pela parte, que se recusava a assinar qualquer documento e que, inicialmente, concordou em liberar apenas um dos caminhões.

Segundo o Oficial de Justiça, o proprietário, aparentando mais de 75 anos, rapidamente elevou ainda mais os ânimos partindo para a violência física. Ele agarrou o servidor pelo pescoço, empurrando-o com força. Quando o Oficial tentou explicar calmamente a sua posição, recebeu um tapa violento no rosto que quebrou seus óculos. “Estou há 26 anos nesta função, já enfrentei muita pressão, mas nunca havia passado por uma agressão física assim. Um senhor de uns 75 anos, com idade para ser meu pai, eu não esperava por isso”, desaba-

fou o Oficial de Justiça.

A presença dos policiais não intimidou o réu, e também foram ameaçados. Diante do grau de desacato, o Oficial de Justiça deu voz de prisão, mas apesar da gravidade do incidente, os policiais se omitiram e não prenderam o agressor. “Os policiais presentes não cumpriram a ordem de algemar o réu, então fiquei numa situação complicada. Disseram que eu teria que ir à delegacia prestar queixa. E foi o que fiz. O delegado ficou surpreso com a omissão e disse que vai apurar o caso”, destacou o oficial. (JUN, 2024)

Fonte: Aojesp

SÃO PAULO

Oficial de Justiça sofre agressão na Zona Leste de São Paulo

O Oficial de Justiça Lenildo Paulo da Silva, lotado no Fórum da Vila Prudente, foi agredido verbal e fisicamente na manhã da última quarta-feira (31/07), quando tentava cumprir dois mandados de citação no bairro de Sapopemba, localizado na Zona Leste da capital paulista. Após ter ido ao local na segunda e na terça-feira, Leonildo obteve informações diretamente com vizinhos e confirmou que o endereço era da mãe dos réus (dois irmãos) e, portanto, agendou citação por hora certa para a quarta-feira às 07:30. No dia seguinte, ao chegar novamente ao local, Leonildo foi atendido por um dos réus, que o recebeu hostilmente e solicitou que o Oficial mostrasse a sua carteira funcional, tentando arrancá-la à força da mão de Leonildo: “ele quis pegar o documento da minha mão, depois sacou o celular para tirar uma foto do documento e em seguida deu um soco na minha cabeça. O réu foi ficando cada vez mais agressivo e acabou desferindo outro

soco, desta vez, acertando o meu queixo”, contou o Oficial de Justiça.

Após muita conversa e convencimento, o Oficial Lenildo conseguiu a assinatura do réu e, dessa forma, concluiu a citação. Indignado com o ocorrido, com o rosto dolorido e com o queixo inchado, dirigiu-se à delegacia mais próxima, registrou Boletim de Ocorrência e foi encaminhado para a realização de exame de corpo de delito. Conforme o relato do Oficial, as ameaças durante o cumprimento de mandados são constantes, porém, essa foi a primeira vez que sofreu violência física na carreira como servidor do Poder Judiciário: “Sofremos ameaças com certa frequência, mas agressão mesmo foi a primeira vez”, declarou Leonildo.

Com mais este relato de agressão contra um Oficial de Justiça, fica cada vez mais explícita a necessidade de que o TJSP tome providências e reconheça o risco do trabalho dos Oficiais de Justiça, assegurando medidas que visem a segurança do profissional que diariamente enfrenta situações perigosas. (AGO, 2024)

Fonte: Aojesp

PARANÁ

CASCADEL

A tarde da quinta-feira (09) era apenas mais uma de trabalho no dia a dia do Oficial da Justiça Federal de Cascavel (PR), Philippe Siqueira Del Claro. Mas algo o incomodava, já que estava indo cumprir um mandado de citação para um réu preso na Penitenciária Estadual de Cascavel (PEC).

Receoso com esse tipo de cumprimento, Del Claro havia enviado aos colegas cópia da Ordem de Serviço da CEMAN Curitiba, que regulamenta o cumprimento de mandados judiciais destinados a detentos custodiados pelo sistema prisional.

A preocupação do Oficial de Justiça não era em vão. Enquanto cumpria o mandado citatório na referida penitenciária, uma rebelião, que durou 43 horas, foi iniciada pelos detentos.

Na certidão negativa, o Oficial de Justiça conta que “imediatamente, corri para a entrada do prédio da penitenciária em meio a agentes penitenciários aparentemente desorientados. Presenciei o ingresso de policiais do SOE. Permaneci agachado com funcionários da penitenciária numa sala por orientação desses policiais. Escutávamos tiros e a comunicação entre policiais e agentes sobre fugitivos e reféns”.

Philippe relata que, “de repente, permitiram a nossa saída às pressas da unidade. Oportunamente, noticia a exposição constante dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais de Cascavel a um risco acima do permitido durante diligências na PEC. Raramente somos acompanhados por agentes penitenciários na busca das celas. Apenas depois de perguntarmos a esmo a funcionário no corredor, descobrimos o compartimento das celas e, a partir de então, vamos com os carcereiros até a porta dos cubículos. Nessa busca, perdemos mais tempo do que o devido e, por vezes, ficamos em meio a presidiários enfileirados, alguns sem algemas”.

Para o Oficial de Justiça, “em 09/11/2017, não fosse a minha honestidade ao alertar um agente de que eu não passara por detector de metais, haveria ingressado nas galerias sem essa cautela. Aliás, nenhuma das falhas narradas encontrei no presídio de segurança máxima de

Catanduvas-PR. Tentei cumprir a ordem na 15ª SDP (em Cascavel-PR) em 11 e 12 de novembro. No primeiro dia, a superlotação carcerária prejudicou a segurança necessária para a realização da diligência, e não se conseguia sequer identificar os encarcerados. No segundo, o retorno dos prisioneiros à PEC e à PIC impediu novamente o cumprimento do mandado. O Diretor do Depen noticiou um estado de exceção na PEC: <http://www.catve.com/portal/noticia/9/199425/diretor-do-depenafirma-que-pec-vivera-estado-de-excecao> . Portanto, até uma comunicação oficial do restabelecimento das condições de acesso à penitenciária, DEIXO DE INTIMAR o Senhor Fulano de Tal...”

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, a Penitenciária de Cascavel ficou bastante danificada, com cerca de 80% do prédio destruído. Até o momento, não existe um número oficial de foragidos e mortos. A Polícia Civil começou a investigar o assassinato de um preso, que foi decapitado dentro da unidade.

Para a Assojaf/PR, “precisou ter esse lamentável episódio para que a direção da CEMAM Cascavel recomendasse, só agora, ao seu Juiz Coordenador uma ordem de serviço semelhante ao da CEMAN Curitiba, na qual abranda os riscos à integridade física e segurança do Oficial de Justiça quando no cumprimento de mandado em cadeias/presídios”.

“Ter sua vida correndo risco em um assalto, roubo é uma situação a que todo o ser humano está sujeito. Agora, mandar um oficial de justiça cumprir um mandado num “barril de pólvora” é uma circunstância completamente bem diferente. Aposentadoria Especial já!!!”, finaliza a Associação.

A Fenassojaf lamenta o ocorrido com o colega da Justiça Federal do Paraná e reafirma o compromisso de atuação constante em benefício da vida e da segurança do Oficial de Justiça do Poder Judiciário Federal. (NOV, 2017)

Fonte: Fenassojaf com a Assojaf/PR

NOVA ITAÚNA

Oficial de Justiça é agredido com golpes de facão ao cumprir mandado no Paraná

No último dia 8 de setembro, o oficial de Justiça Norton Ferreira de Moraes Junior passou a fazer parte da estatística de servidores ameaçados e agredidos durante o cumprimento de mandados. O oficial foi surpreendido por um homem armado com um facão, ao tentar cumprir um mandado de citação de divórcio no Assentamento Nova Itaúna, no Paraná.

Conforme o Boletim de Ocorrência, o intimado que estava de posse de um facão, proferiu ameaças de morte ao oficial de Justiça e o perseguiu por aproximadamente 700 metros, até chegar a uma escola municipal. Neste ponto alcançou-o e desferiu dois golpes de facão: o primeiro pegou na cabeça, (não ocorrendo nada mais grave porque ele conseguiu se defender a tempo); e o outro golpe na barriga.

Norton relata que, após as agressões, conseguiu fugir se desvencilhar, mas continuou sendo perseguido. O agressor só parou quando sua ex-mulher, que trabalha na referida escola, chegou. “Só neste momento em que deixou de me perseguir, voltando para a escola e ameaçando sua ex-mulher, dizendo que ia picá-la, batendo com o facão nas paredes e portas”, contou.

Ainda de acordo com o oficial de Justiça, após estes fatos o agressor evadiu-se do local. Ele responderá por tentativa de homicídio e resistência. Ao chegar ao local, a polícia acompanhou Norton Junior em atendimento médico e para lavrar o Boletim de Ocorrência.

Para o Sindijus-PR, as condições de trabalho dos serventuários da Justiça são cada vez mais alarmantes. Os oficiais de Justiça continuam sendo alvo de agressões e ataques no exercício de sua profissão. O sindicato irá apresentar à administração do Tribunal de Justiça (TJ) mais este relato, e solicitar que sejam tomadas providências urgentes em relação à segurança e à integridade física desses profissionais. (SET, 2016)

Fonte: InfoJus Brasil com edição da Assessoria de Comunicação da ASSOJAF-GO | Ampli Comunicação

CORNÉLIO PROCÓPIO

Homem tenta agredir oficial de Justiça ao ser intimado

Um oficial da Justiça do Fórum da Comarca de Cornélio Procópio foi ofendido moralmente e quase agredido no início da tarde de quarta-feira (25), ao tentar entregar uma intimação a um indivíduo na Avenida Minas Gerais. De acordo com informações do CB Carlos da Polícia Militar que foi acionada pelo oficial de Justiça, o indivíduo se recusou a receber o documento que informava que ele foi declarado culpado por um crime que não foi revelado.

O homem perdeu o controle na porta do prédio onde mora e passou a proferir palavras ofensivas ao funcionário público. Na sequência ele tentou dar um murro no oficial de Justiça que se esquivou dos golpes. O acusado ainda teria tentado atacar os PMs durante a abordagem e foi contido pelos policiais que foram obrigados a usarem de força moderada para algemá-lo. Diante do fato e com o desejo do oficial de Justiça de querer representar contra o agressor, o indivíduo recebeu voz de prisão e foi encaminhado a 11ª SDP para os devidos procedimentos legais. (SET, 2013)

Fonte: Rádio Cabiúna

ORTIGUEIRA

Citação: oficial de Justiça recebe seis tiros

O oficial de Justiça Samuel Leite, da Comarca de Ortigueira, foi baleado na semana passada quando cumpria um mandado de citação. A bala que atingiu as costas de Samuel foi extraída. O oficial passa bem e já está em casa.

Na noite de segunda-feira (3), Samuel cumpria um mandado e

foi recebido a tiros pelo réu. Dois dos seis tiros disparados chegaram a atingi-lo, um de raspão. Mesmo baleado, o oficial conseguiu se esconder em um matagal para fugir dos disparos.

O Sindjus-PR lembra que, recentemente, outro oficial de Justiça, Aristeu Nunes, de Cianorte, também foi covardemente agredido pelo esposo e familiares de uma ré, quando cumpria um mandado de citação. Nunes teve o braço quebrado e afundamento no crânio. (AGO, 2011)

Fonte: Sindjus-PR

NOVA ESPERANÇA

Penhora: executada atira objetos em oficiala e a ameaça de morte

Colegas oficiais, para quem não me conhece, sou oficiala em Nova Esperança, sou a única oficiala da vara, a qual engloba 16 municípios, abrangendo assim, uma grande extensão territorial e uma área rural interminável... Pois bem, gostaria de aproveitar o espaço e, inclusive, o tema (periculosidade do cargo) para relatar a triste experiência que tive na semana passada, dia 02/03.

Vou resumir os fatos: fui efetuar uma penhora numa empresa em Nova Esperança e chegando ao local expliquei o teor do mandado ao proprietário da empresa, o qual começou a se exaltar e a falar um monte de impropriedades. Enfim, o cidadão quando viu que eu estava lavrando o Auto de Penhora e Avaliação começou a gritar comigo, e na sequência, começou a lançar objetos do escritório no chão, em minha direção.

Não se contentando, o sujeito atirou a minha bolsa pessoal ao chão e fez ameaças horríveis do tipo: “se vc escrever mais uma letrinha nesse papel você vai se arrepender”; “você tem família? Se você chamar a polícia, você vai ver o que eu sou capaz de fazer”; “você tem sorte de ser mulher”, “se alguma coisa for penhorada aqui hj, vai morrer gente”; “chama a polícia, mas chama um batalhão, porque hoje eu quero confusão, e se eles vierem, vai morrer gente aqui hoje”. Por final das contas, o

sujeito pegou o Auto que estava sendo lavrado em cima da escrivania, amassou, rasgou e jogou o documento ao chão”.

Foi uma experiência terrível. Após esse circo eu recolhi o mandado e o Auto de penhora destruído e saí do local, firme e de cabeça erguida. E ainda tive que ouvir do elemento: “some daqui, não me apareça mais aqui!”. Quando saí do local e me vi livre daquela situação, eu caí em prantos e entrei num estado de nervos que nunca fiquei em toda a minha vida.

Aí, em ato contínuo, fui até a Vara e relatei o ocorrido ao Diretor de Secretaria, o qual me acompanhou até a delegacia da Polícia Civil (Nova Esperança não possui Polícia Federal). Chegando à delegacia, o delegado, ao ver o meu estado e ver o Auto destruído, imediatamente deslocou-se para a empresa do elemento, juntamente com outro policial e com o Diretor.

O que o delegado e o meu diretor relataram me deixou ainda mais perplexa, ou seja, quando os policiais deram voz de prisão para o elemento, o mesmo resistiu à ordem de prisão e entrou em luta corporal com o delegado e com o Policial.

Por fim, hoje fez uma semana do ocorrido e o sujeito, pelos seus atos, foi enquadrado nos crimes de desacato, ameaça de morte, resistência e supressão de documento público. Como este último crime só é passível de fiança judicial, o elemento encontrava-se na prisão até hoje à tarde. Hoje estou melhor e estou tentando seguir em frente e não desanimar, mas está difícil.

Depois de uma experiência desta, estou sinceramente me esforçando para esquecer o ocorrido, mas a lembrança daquele sujeito esmurando a mesa e querendo me esmurrar vem à minha cabeça a toda hora, isto sem contar no medo do que este sujeito possa fazer quando sair da prisão (acho que ele vai ser solto amanhã).

Esse tipo de gente não tem nada a perder. (...) cheguei a imaginar que o sujeito iria me agredir fisicamente. Peço desculpas pelo desabafo, mas achei conveniente relatar o lamentável fato, até mesmo para alertar os colegas: procurem evitar fazer algumas diligências sozinhos, e ainda, quando perceberem que podem estar correndo algum risco, saiam, e só voltem com reforço policial. Vou relatar o ocorrido ao Tribunal e ter esperanças, quem sabe, de que seja nomeado mais um oficial pra Nova Esperança. Um abraço a todos, fiquem com Deus. Sheila (MAI, 2010)

Fonte: Olhar Direto / Assessoria/TJMT

PALOTINA

Mulher arranha oficial de Justiça e tenta agredi-lo com espeto

Um oficial de Justiça foi agredido nesta quarta-feira (25) durante o cumprimento de um mandado judicial em Palotina. Ele sofreu arranhões no rosto e a mulher também tentou agredi-lo com um espeto.

O oficial solicitou o apoio da Polícia Militar para cumprir um mandado judicial de afastamento de lar. Quando eles entraram na casa, a mulher investiu contra o oficial e os policiais com um espeto. Um dos PMs efetuou dois disparos de arma de fogo em direção ao alto para conter a mulher, porém ela foi em direção ao oficial de Justiça, ambos caíram no chão e ela agrediu com arranhões o rosto dele.

Os policiais conseguiram conter a mulher e encaminharam-na para a Delegacia de Polícia Civil. (SET, 2013)

Fonte: Aquiagora.net

CIANORTE

Mandado de penhora: oficial de Justiça é agredido quando cumpria ordem judicial

Um oficial de Justiça foi agredido enquanto cumpria uma ordem judicial de penhora de bens, por volta das 10h30 do último dia 06 em Cianorte. De acordo com informações quando chamou o detido para explicar do que se tratava, o detido tomou o mandado de sua mão, rasgou e jogou fora. Na sequência o acusado entrou em luta corporal com o oficial, que chamou a polícia e deu voz de prisão ao agressor. O caso foi parar na delegacia. (MAR, 2013)

Fonte: Portal Cruzeiro

TERRA ROXA

Oficial de Justiça é sequestrado por índios

Oficial de Justiça é feito refém quando intimava um índio da aldeia Tecora Zyryaty, no último dia 23 de setembro, por volta das 10h20. A Polícia Militar de Terra Roxa (PR) recebeu uma ligação telefônica da delegacia de Polícia Civil, informando que na aldeia indígena próximo a comunidade de São Cristóvão, os indígenas teriam feito de refém um oficial de Justiça, momento em que o qual foi fazer uma intimação a um membro daquela aldeia indígena, o qual tem seu filho preso na cadeia pública de Terra Roxa, por tentativa de homicídio, sendo que foi o próprio genitor o condutor do filho A.B. à delegacia de polícia para consumir o flagrante.

Nesta data citada, o oficial de Justiça ao efetuar a diligência de intimação, foi apreendido no interior da aldeia e os indígenas pediram a presença do delegado de polícia Dr. José Francisco da Silva, o qual solicitou apoio à Polícia Militar para deslocamento até a referida aldeia de nome Tecora Zyryaty, que fica situada na estrada velha de Guaíra próximo a comunidade de São Cristóvão.

Policiais de Terra Roxa então entraram em contato com a Polícia Militar de Guaíra que enviou efetivo para dar apoio a Polícia de Terra Roxa, sendo que as negociações com os indígenas ocorreram normalmente pelo delegado Dr. José Francisco da Silva. (SET, 2014)

Fonte: Portal Palotina

SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Oficial de Justiça é ameaçado com faca

De acordo com a Polícia Militar de São Jerônimo da Serra (PR), a 101 quilômetros de Cornélio Procópio, um oficial de Justiça acionou a PM por volta das 14 horas de quarta-feira (26), pois estava sendo ameaçado por indivíduo de 49 anos. De acordo com a vítima, o homem que o ameaçava portava uma faca e diante do fato os PMs foram até o local da ocorrência, na Avenida Pedro Ferreira da Costa, onde abordaram o acusado que portava faca com cerca de 21 centímetros de lâmina. Preso em flagrante, o indivíduo foi encaminhado para a delegacia da cidade para os devidos procedimentos. (MAR, 2014)

Fonte: Infojus Brasil

CURITIBA

Oficial de Justiça tem carro danificado e quase é atropelado

Oficial de Justiça José Paulo Muzeka, da Comarca de Curitiba-PR, relata que na data de hoje 02/08, por volta das 13 horas, ao tentar dar cumprimento ao mandado de busca e apreensão de um veículo Nissan Frontier, o qual se encontrava na posse de um terceiro, chegando ao local indicado no mandado, no bairro Sítio Cercado em Curitiba, observou que o veículo estava estacionado no lado de fora da residência de terceira pessoa, cujo nome foi indicado como sendo Ademir Ferreira. O Sr. Ademir Ferreira, solicitou retirar seus pertences do veículo, tendo aberto a porta do motorista, momento, em que foi verificado não se encontrar

a chave na ignição do veículo. Diante disso, o oficial de Justiça solicitou a chave, tendo o Sr. Ademir dito que estava dentro de casa e que já a entregaria. Procedeu a retirada de várias coisas em uma sacola, e pediu que este oficial o acompanhasse até a residência da financiada, pois necessitava avisá-la.

No entanto, o terceiro após constatar que sua solicitação não seria atendida, num lance inesperado, empurrou o oficial de Justiça, fechou a porta do veículo, funcionou o mesmo, pois a chave deveria estar escondida e evadiu-se do local, quase atropelando este oficial, vindo a abalroar no veículo do oficial de Justiça, atingindo o para-choque traseiro, perto da roda e saindo em alta velocidade. Tudo isso ocorreu a menos de 50 metros de uma escola existente na rua, onde justamente naquele horário havia um grande movimento de crianças. O oficial José Paulo Muzeka ligou para a polícia, passando os dados do veículo e solicitando buscas, registrando também boletim de ocorrência policial, junto ao Distrito Policial da área. E ainda há quem diga que nossa função não é de risco. (AGO, 2013)

Fonte: Com informações do oficial de Justiça. José Paulo Muzeka. Curitiba – Paraná

ARAUCÁRIA

Homem ameaça Oficial de Justiça com facão após receber intimação

Um homem foi preso após ameaçar uma Oficial de Justiça com facão, após receber uma intimação no município de Araucária, no Paraná.

As informações dão conta de que a oficial teria ido até o endereço do homem, na tarde desta segunda-feira (17) e, quando se apresentou com o documento do judiciário, ele teria se armado com facão e a

ameaçado. Para se defender, a oficial teria sacado a sua arma de fogo e o homem teria fugido.

Na sequência, a Oficial acionou a Guarda Municipal de Araucária, que foi até o local e realizou a prisão do homem. Ele foi encaminhado até a Delegacia de Polícia Civil de Araucária. (OUT, 2022)

Fonte: Portal D’Ponta News

CASCABEL

Confusão envolvendo oficial de justiça durante apreensão de veículo em garagem de carros vai parar na Delegacia

Na manhã desta segunda-feira (11), as equipes da Guarda Municipal deram apoio a um oficial de justiça, o qual realizava o cumprimento de busca e apreensão.

Segundo as informações, o homem da lei deslocou até à garagem de veículos para apreender um carro e, chegando ao endereço, foi impedido de realizar o trabalho.

Os proprietários e funcionários da empresa não autorizaram a execução da ordem judicial e entraram em conflito com o oficial.

Desta forma, o apoio da Guarda Municipal foi mobilizado e os envolvidos encaminhados à Delegacia de Polícia Civil para serem ouvidos e as medidas cabíveis tomadas. (DEZ, 2023)

Fonte: Portal CGN

CASCADEL

Juíza concede liberdade provisória aos envolvidos em agressão a Oficial de Justiça

Ontem (11) a CGN noticiou que um oficial de justiça passou por momentos de tensão e violência enquanto cumpria uma determinação judicial de busca e apreensão em uma garagem de veículos localizada na Avenida Brasil, em Cascavel.

A CGN teve acesso ao boletim de ocorrência registrado pela Polícia Civil, onde é possível entender o que de fato aconteceu.

Segundo informações do Boletim, o oficial de justiça, estava executando a ordem de busca e apreensão de um veículo Palio de cor prata. Durante o cumprimento da ordem, o oficial informou ao proprietário do veículo, que estava acompanhado de sua esposa, que o veículo estava apreendido.

Em resposta a essa notícia, o proprietário entregou a chave do veículo ao proprietário da garagem chamada Auto Shop, que disse: “Me entrega esta chave aqui, meu cliente não vai ficar a pé.” Em seguida, tentou fugir do local com o carro. Foi nesse momento que o oficial de justiça tentou retirar a chave da ignição e foi agredido pelo proprietário da garagem e outros quatro indivíduos.

Durante a agressão, a porta do veículo Palio foi entortada enquanto tentavam puxar o oficial para fora, causando escoriações em seu pescoço. Para proteger sua integridade física, o oficial de justiça precisou sacar sua arma, o que fez com que os agressores corressem para os lados. O proprietário da garagem ao tentar fugir, teria ainda colidido com o veículo do oficial, causando danos no para-choque dianteiro.

Felizmente, o veículo apreendido possuía rastreador e foi localizado escondido no pátio de uma chapeação. Dois dos agressores conseguiram fugir do local, enquanto outros dois foram identificados e apreendidos. Todos os envolvidos, incluindo testemunhas, foram conduzidos às autoridades policiais para as medidas cabíveis.

Importante destacar que os agressores também causaram danos no veículo apreendido, danificando o para-choque traseiro e a porta do motorista.

Além disso, o veículo em questão foi guinchado até o pátio da empresa Chico Guinchos.

Decisão

Após uma avaliação, a Juíza de Direito Filomar Helena Perosa Carezia concluiu que não havia motivos para a prisão preventiva dos acusados. Embora os crimes tenham sido cometidos com violência contra a vítima, a juíza considerou que medidas cautelares diferentes da prisão preventiva seriam suficientes para manter a ordem pública.

Assim, a conversão do flagrante em prisão preventiva, que é uma medida extrema, não foi justificada, respeitando os princípios constitucionalmente garantidos da liberdade e da presunção de inocência. No entanto, devido ao registro de outras passagens criminais por parte dos acusados e à violência física contra a vítima, a juíza determinou a aplicação da medida cautelar prevista no artigo 319, inciso VIII, do Código de Processo Penal. Essa medida tem o objetivo de assegurar que os acusados compareçam a todos os atos do processo e evitem a prática de novos crimes.

Dessa forma, a juíza concedeu, por sua própria iniciativa, a liberdade provisória aos acusados. Além disso, estabeleceu uma fiança no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para cada um deles. A decisão considerou a condição econômica dos acusados, que são funcionários de uma revenda de veículos, a natureza das infrações penais e a vida pregressa dos envolvidos.

Uma vez recolhida a fiança, será emitido um Alvará de soltura, permitindo a libertação dos acusados, a menos que estejam detidos por outras razões. (DEZ, 2023)

Fonte: CGN

CASCAVEL

Homem joga veículo com mandado de busca e apreensão para cima de oficial de justiça e é preso pela GM

Um homem de 29 anos de idade foi preso pela Guarda Municipal na manhã desta quinta-feira (18), na rua Tranquilo Noro, no bairro Parque Verde.

Segundo informações, o homem estava na rua Jacarezinho, quando recebeu a visita de um oficial de justiça, que estava com um mandado de busca e apreensão do veículo Cross Fox. Não satisfeito, o homem teria jogado o veículo para cima do oficial, e fugido do local.

O veículo estava com rastreador, e o oficial de justiça conseguiu o acesso para localizar o paradeiro, e com o apoio da Guarda Municipal, chegaram até a rua Tranquilo Noro.

Foi dado voz de prisão ao indivíduo, que foi conduzido à 10ª Regional de Flagrantes, onde as medidas cabíveis seriam tomadas. (ABR, 2024)

Fonte: GCN

CURITIBA

Homem é preso após agredir oficial de Justiça que cumpria mandado de afastamento do lar

Na última terça-feira (28/05), a oficial de Justiça Rosane Stepniowski da Silva Gusmão, do Tribunal de Justiça do Paraná, foi agredida no bairro Uberada em Curitiba, enquanto cumpria mandado de afastamento do agressor do lar. Além de agredir a agente da Justiça física e verbalmente, o criminoso ainda danificou o veículo da oficial de Justiça.

Nesta segunda-feira (03/06), o criminoso foi preso preventivamente em uma operação conjunta realizada por oficiais de Justiça, Polícia Militar e Guarda Civil. (JUN, 2024)

Fonte: InfoJus Brasil

SANTA CATARINA

GASPAR

Oficial de Justiça é agredido durante cumprimento de mandado

Na tarde desta quinta-feira, 3, durante cumprimento de um mandado no Supermercado Brandt, localizado no Centro da cidade de Gaspar, em Santa Catarina, o oficial de Justiça Gilmar Sborz foi vítima de tentativa de homicídio. Segundo o oficial, ele foi ao estabelecimento para citar o proprietário, Elcio Brandt, em um mandado de arresto.

Quando chegou ao local, ainda no lado de fora, Brandt teria dito que ninguém iria tirá-lo do mercado. Ao entrar no estabelecimento o oficial de Justiça foi surpreendido pela parte citada, que estava munida com uma faca de açougueiro. Gilmar foi agarrando e caiu no chão, sofrendo escoriações no peito, rosto e em outras partes do corpo.

O oficial de Justiça Sborz escapou da morte, por sorte e com a ajuda de pessoas que estavam no local. Segundo ele, seus salvadores conseguiram agarrar e desarmar Brandt até a chegada da Polícia Militar. No boletim de ocorrência, Brandt foi responsabilizado por lesão corporal, seguida por tentativa de homicídio doloso.

Diante do ocorrido, o presidente do Sindojus-SC, César Rubens Deschamps, informa que, mesmo não sendo filiado à entidade, a Diretoria estará dando total apoio ao Oficial de Justiça em questão. Como primeira providência, o Sindicato irá pedir providências à Corregedoria para que se averigüe o caso, mantendo acompanhamento judicial do inquérito. “Também vamos procurar junto à Diretoria de Saúde do TJSC agilizar acompanhamento psicológico para o Oficial vitimado”, informa o presidente do Sindojus/SC. (SET, 2015)

Fonte: Boletim de Ocorrência da Polícia Civil / Sindojus-SC

CATANDUVAS

Oficial de Justiça morta com tiros na cabeça

Foi confirmada na manhã do último dia 16, a morte do homem que foi encontrado com um tiro na cabeça na noite do dia 13 de setembro, em Joaçaba. Segundo informações apuradas pelo Portal Éder Luiz, familiares de André Hoff, 37 anos, decidiram por doar os órgãos do oficial de Justiça, que teve morte cerebral declarada ainda ontem.

André foi encontrado com um tiro na cabeça em um apartamento na Rua Floriano Peixoto, Centro, e chegou a ser resgatado por socorristas, mas a bala teria atravessado o crânio, deixando o quadro de saúde em situação delicada. André Hoff era oficial de Justiça e atuava na comarca de Catanduvas, mas antes disso trabalhou no presídio de Joaçaba. As autoridades não divulgaram mais informações sobre as circunstâncias do fato. (SET, 2014)

Fonte: site ederluiz.com.br

LAGES

Terceiro acusado de assassinato de oficial de Justiça é preso

A Polícia Civil de Lages (SC) apreendeu na quarta-feira (28) o terceiro acusado de ter participado do assassinato do oficial de Justiça Fernandes Mario Zanotto, de 52 anos. O crime aconteceu em 16 de maio deste ano. Nelson Bueno, de 34 anos, foi preso em Lages.

O acusado é cunhado da vítima e, em interrogatório, confessou

que auxiliou os comparsas Leonardo Arruda e Alex Sandro De Jesus Arruda com informações sobre a rotina da vítima e acessos da casa. Além de repassar as informações, Bueno foi o motorista no dia do crime. O caso segue investigado pela DIC (Divisão de Investigação Criminal) de Lages. (MAI, 2014)

Fonte: Ric Mais

FLORIANÓPOLIS

Oficial de Justiça leva soco e tem carro amassado ao cumprir medida protetiva

Oficial de Justiça relata agressão em que foi vítima durante cumprimento de medida protetiva. Servidor relata violência praticada por réus quando este buscava cumprir mandado. “Certifico que, em cumprimento ao mandado extraído dos autos mencionados recebido em plantão diário do dia 04/02/2014, depois de tentar contactar a vítima via telefone celular por diversas vezes sem sucesso, compareci ao local indicado, às 19hs30min, ocasião em que fui atendido pela vítima e pelo réu, tendo este último, cordialmente (ainda que levemente embriagado), convidando-me a entrar em sua residência e sentar-se, fato que, para manter a discrição do ato, aceitei.

Que, enquanto cientificava o réu das Medidas Protetivas e do Afastamento do Lar, este divergiu, dizendo que não iria sair da sua residência, então, adverti-o que a medida teria que ser cumprida e, se acaso fosse necessário, faria uso da força Policial para tanto. Que, depois da advertência o réu levantou-se e violentamente desferiu-me um soco na face direita, ocasião em que estava de óculos de grau e que não gerou maiores danos porque, por extinto, esquivei-me, pegando de raspão.

Que, levantei-me rapidamente e escoltei a vítima até a rua, ficando entre esta e o réu, momento em que este amassou a porta do motorista de meu veículo com pancadas dadas com a mão. Que, diante da reação

violenta do réu, imediatamente procurei abrigo para a vítima e deixei-a na casa de sua mãe, com seus familiares (do outro lado da rua, um pouco para o lado) e solicitei-lhe que dali não saísse até que eu autorizasse.

Que, neste momento o réu pegou um tronco de madeira de aproximadamente 1 metro, tipo bastão, e veio em direção a mim, enquanto eu estava na frente da casa da mãe da vítima e comecei a ameaçar-me de morte, assim como a vítima que estava do outro lado do portão. Que, esta situação perdurou por aproximadamente 15 minutos, até que o réu permitiu-me sair, sob a condição de não chamar a Polícia, alertando que se voltasse com reforço policial, mataria eu e os policiais, ou me mataria em outra ocasião que me encontrasse na rua.

Que, mandei a vítima entrar na residência com seus familiares (mãe, irmãos e filhos), não saindo de lá até eu voltar, dirigi-me ao réu disse-lhe que não retornaria, subi em meu veículo, que estava atrás do réu, e dirigi a uma subida, onde a vítima disse que pegava sinal de telefone celular, porém sem sucesso, razão pela qual, retornei, passando pela frente do local dos fatos e verificando que o réu estava com o pedaço de pau na frente da casa onde eu deixara a vítima.

Que, sem parar e com pressa, continuei trajeto de retorno à Canoinhas, só conseguindo sinal de celular (por não encontrar qualquer orelhão) aproximadamente 4 KM, onde, liguei para o 190 e requisitei reforço policial.

Que, às 20hs30min, fui atendido pela Guarnição da Polícia Militar composta pelo Cabo Xavier e o Soldado Durau, os quais, imediatamente, dirigiram-se comigo a residência do réu e, encontrando-o em casa, tiveram que o render depois deste desrespeitar suas ordens de revista e averiguação. Que, cessado o perigo, fui a residência onde havia deixado a vítima e esta, embora assustada, prontamente dirigiu-se comigo, os policiais e o réu a Delegacia de Polícia desta Comarca, para registrar este fato, resultando em Auto de Prisão em Flagrante.

Que, na Delegacia, às 23hs10min, concluí o mandado, tendo, após as formalidades legais, procedido a intimação da vítima e do réu, do inteiro teor deste e das peças processuais que o acompanham, os quais aceitaram a contrafé que ofereci e exararam as suas assinaturas, tendo este último também sido afastado e sido cientificado desta medida. Dou fé.” (FEV, 2014)

Fonte: Sindojus – SC

CANOINHAS

Homem agride oficial de Justiça e é preso

Na terça-feira (04) por volta das 20h30, policiais militares estiveram na Estrada de Arroios em Canoinhas para prestar apoio ao oficial de Justiça. No local, o oficial de Justiça, um homem com 34 anos de idade, ao tentar cumprir um mandado de afastamento judicial de um homem com 39 anos, foi agredido fisicamente com um soco no rosto. Além disso, o homem deu vários chutes na porta do veículo do servidor. O homem foi preso em flagrante e conduzido à Delegacia da Comarca de Canoinhas para serem tomadas as devidas providências. (FEV, 2014)

Fonte: InfoJus Brasil

CAÇADOR

Oficial de Justiça é agredida ao cumprir medidas protetivas

Um oficial de Justiça da comarca de Caçador/SC enfrentou sérias dificuldades na tarde de quinta-feira (12), quando um homem se recusou a obedecer a ordem judicial que mandava que ele deixasse o lar conjugal.

Diante da resistência do réu, que estava muito exaltado, o oficial de Justiça, que estava acompanhado de um Policial Civil, necessitou pedir reforço da PM. Quando os Policiais chegaram, foram desacatados pelo réu, que tentou ainda agredir as guarnições. Segundo informações, foi necessário o uso da força e, como o réu insistia em não colaborar, a situação só foi controlada com um disparo de taser, o que possibilitou aos policiais algemar o homem que foi preso em flagrante e entregue ao plantão da Delegacia de Polícia para os procedimentos cabíveis. (FEV, 2015)

Fonte: Sindojus/SC

TIJUCAS

Oficiais de Justiça são impedidos por traficantes de cumprir mandados

Traficantes da comunidade Jardim Progresso, em Tijucas, expulsam dos lares moradores da rua Adriel Menezes e impedem oficiais de justiça e conselheiros tutelares do município executarem suas atividades no local. No início do ano, Murilo Luz tentou entrar no bairro, onde pretendia entregar uma intimação para Pedro José Vergílio, mas foi impedido por um jovem armado que tentou furto o documento. “Um policial sozinho não entra na favela”, comentou Murilo.

Comerciantes, representantes da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Tijucas, policiais civis e militares, enfim, pessoas preocupadas com a sensação de insegurança na cidade querem uma resposta de imediato do secretário de Estado de Segurança Pública, César Grubba. Nesta terça-feira, uma comitiva de Tijucas vem ao gabinete de Grubba. “Vamos pedir a ocupação da Polícia Militar sufocando o crime, pelo menos uns trinta dias.

Neste período, técnicos da prefeitura devem fazer o cadastramento de quem está morando lá”, sugeriu o presidente da OAB, seção Tijucas, Sávio Milanez. Por causas da resistência dos criminosos, em não permitir que os oficiais entreguem intimações para testemunhas e acusados prestem depoimentos no fórum, os processos se avolumam na mesa do promotor da Vara Criminal, Luiz Mauro Franzoni Cordeiro.

Na opinião de outro oficial de Justiça, que também diz ter sido escorraçado pelos traficantes, a rua Adriel Menezes é um esconderijo de criminosos de outras regiões. Ele lembrou que a situação ali ficou insustentável nos últimos quatro anos. Cordeiro disse que os traficantes ameaçam moradores e exigem silêncio total, não prestando nenhuma informação de quem mora ali, nem para a polícia.

Um dos delegados de Tijucas (a DP conta com dois delegados que dispõem de apenas um policial para investigar), Weydson da Silva contou que no Jardim Progresso não há grande quantidade de drogas armazenadas como ocorre em outros municípios. “A movi-

mentação ali é para venda rápida de pequeno consumo, mas em compensação os traficantes são violentos e barram quem tenta entrar lá”.

Refúgio de foragidos. Um policial experiente da Divisão de Entorpecentes da Deic (Diretoria Estadual de Investigações Estaduais) contou que naquela localidade existe uma célula da facção criminosa do PGC (Primeiro Grupo Catarinense).

“Já trocamos tiros com os traficantes. Acertamos o Pelezinho, mas ele se recuperou e continua tocando o terror. Temos informações que Beçola, os irmãos Senca, Minosso e Esmigon estão escondidos na favela”. A rua Adriel Menezes é contornada por matagal e um riacho, dificultando uma ação eficaz da polícia. “Quando batemos lá, os criminosos correm para o mato. A Adriel Menezes é uma rua sem saída”, observou o delegado Weydson. O policial ressaltou que nos últimos meses o índice de crimes no bairro Jardim Progresso (com exceção do tráfico de drogas) diminuiu. Mas, em compensação, aumentou em outras regiões da cidade, que tem cerca de 30 mil habitantes.

Ele informou que são registrados 600 boletins de ocorrências por mês. “A metade é referente a crime, contravenção e outros pequenos crimes”. Atualmente, a polícia investiga o assassinato da empresária Leandra Laureci Inez, 37. Ela foi assassinada com um tiro de pistola 9mm, durante assalto no abatedouro de frangos da família, no início da semana passada. A polícia não descarta a possibilidade de o suspeito ser do Jardim Progresso. Bairro cresceu com a chegada do presídio. O bairro se formou no início dos anos 90 com a invasão de pessoas da própria cidade que caçavam no banhado e armavam barracas. Mais tarde as tendas foram substituídas por pequenos barracos de madeira.

A ocupação se tornou mais forte após a inauguração do Presídio Regional de Tijucas. Famílias, que viajavam centenas de quilômetros para visitarem parentes, passaram a se instalar ali precariamente. Apesar de o terreno pertencer à União, a prefeitura fez um trabalho paliativo na ocupação clandestina, abrindo ruas e levando eletricidade. A promessa era de fazer anualmente um cadastro dos moradores. Mas nada disso foi feito. As casas são numeradas, porém há uma rotatividade grande por causa da expulsão de proprietários pelos traficantes, dificultando o controle do poder público. Nesta se-

mana, ainda não foi definida a data, o prefeito Valério Tomazi recebe técnicos da Secretaria do Patrimônio da União para definir a posse da área para a cidade.

Desabafo de um oficial de Justiça

“A Justiça está sendo intimidada quando não tem o alcance em parte da Comarca, quando não consegue cumprir com igualdade seus atos em todas as localidades. No Jardim Progresso, o oficial de Justiça é sempre interceptado por pessoas que indagam “o que queremos e com quem queremos falar ali” parecendo haver um comando ou controle de quem entra. Naquela localidade, os moradores demonstram medo em dar qualquer tipo de informação aos oficiais de justiça, temendo algum tipo de represália, afirmando que a pessoa procurada não reside mais ali. A Justiça deve atender e ter a extensão igualitária para ser justa!”. Marcos Joel do Canto Brum, oficial de Justiça/Comarca de Tijucas. (ABR, 2014)

Fonte: Notícias do Dia/Florianópolis

GUARAMIRIM

Duas mulheres são presas ao tentar impedir trabalho de oficial de justiça

A guarnição da polícia militar de Guaramirim SC, prestava apoio ao oficial de justiça para cumprimento de medida protetiva de afastamento do lar, na rua 28 de agosto no bairro Nova Esperança, quando duas mulheres foram detidas por desobediência e desacato.

A medida de afastamento foi cumprida, contudo as proprietárias da residência em que o inquilino sofreu o afastamento intervieram na situação, informando que não iriam aceitar a permanência na residência locada a mulher que havia registrado a ocorrência pedindo o afastamento do homem, até então locatário.

Mesmo com as tentativas de mediação por quase duas horas, as

duas mulheres se mostraram irredutíveis e tiveram que ser detidas, tanto pela desobediência quanto pelas ofensas contra os agentes públicos que estavam no local.

As duas mulheres foram encaminhadas à Delegacia de Polícia para os procedimentos cabíveis. (AGO, 2024)

Fonte: São Bento Notícias

CAXIAS DO SUL

Idoso de Caxias do Sul é denunciado por tentar matar oficial de Justiça

O Ministério Público de Caxias do Sul ofereceu denúncia nesta terça-feira (14), contra Velocino Fioravante Pagliarin de 81 anos, e seu filho Valderes Antonio Pagliarin, 48. O idoso foi denunciado pelas tentativas de homicídio de Antonio Vargas da Fonseca, Maristela Jacques Tagliari Pagliarin e da neta, de nove anos. Já o filho dele foi denunciado por porte ilegal de arma de fogo. O crime aconteceu no dia 30 de março, na Rua São Virgílio, na localidade de Capela São Virgílio da 6ª Légua.

Segundo a denúncia, assinada pela Promotora de Justiça Silvia Regina Becker Pinto, durante o cumprimento de um mandado de intimação de medida protetiva da Lei Maria da Penha contra Valderes, o idoso atirou duas vezes contra o Oficial de Justiça, Antonio Vargas da Fonseca, contra a nora Maristela e a neta. Ele estava irritado com a proibição do filho de entrar na casa de Maristela e disse ao Oficial de Justiça que “nenhum Juiz mandava ali”. Em seguida, atirou duas vezes, mas errou os disparos.

No dia seguinte, Policiais Civis cumpriram mandado de busca e apreensão no local, onde apreenderam armas de fogo e munições. Velocino está recolhido no sistema prisional de Caxias do Sul. (ABR, 2015)

Fonte: Fenassojaf com o MPRS

PORTO ALEGRE

Oficial de Justiça pede apoio e BM prende homem com carabina e revólver na Zona Sul

No domingo, dia 17 de dezembro, uma operação liderada pela guarnição do 1º Batalhão de Polícia Militar foi desencadeada na Avenida Clemenciano Barnasque, localizada no bairro Teresópolis.

A mobilização teve origem a partir de um chamado via rádio (DCCI) solicitando apoio a um Oficial de Justiça, em resposta à informação fornecida por uma solicitante sobre a posse de armas de fogo na residência de seu pai. Ao chegarem ao local, os oficiais encontraram um homem de 53 anos, com histórico criminal, identificado como pai da vítima.

Realizando buscas na residência conforme a denúncia, foram descobertos e apreendidos uma carabina calibre .38, um revólver do mesmo calibre e 17 munições correspondentes. Os registros das armas, no entanto, estavam vencidos. Em decorrência dos fatos constatados, o indivíduo foi encaminhado à 2ª Delegacia de Pronto Atendimento (DPPA) para os procedimentos legais necessários. (DEZ, 2023)

Fonte: Portal Terra, com a informação da Brigada Militar

CHUVISCA

Agricultor atira contra oficial de Justiça

Servidor cumpria ordem judicial de arresto na cidade de Chувиска. Na manhã desta terça-feira (1/4), por volta das 10h30, um oficial de Justiça da Comarca de Camaquã acompanhado por um instrutor de fumo se deslocou até a estrada do Caititu, localidade de Capela Santo Antônio, município de Chувиска, para execução de cumprimento de ordem judicial de arresto (apreensão) de cerca de 12 mil quilos de fumo. (Arresto é uma medida cautelar típica prevista no artigo 813 e destina-se a assegurar a efetividade de uma execução contra devedor solvente, na medida em que retira bens da esfera de domínio do devedor, impedindo-o de alienar ou desviar os referidos bens).

Chegando ao local, o dono da propriedade não aceitou a medida judicial e realizou um disparo de arma de caça contra os mesmos, não atingindo ninguém. Diante da situação tensa, o oficial de Justiça solicitou auxílio da Brigada Militar, deslocando uma viatura de chувиска e outra de Camaquã em apoio, com dois policiais de cada município.

Ao perceber a chegada dos policiais militares, o agricultor se livrou da arma de caça – uma espingarda calibre 36 – e fugiu, embrenhando-se nos matos em posse de uma adaga e um facão. Nas buscas, os policiais encontraram o agricultor armado com as armas brancas, que mesmo com a ordem policial de jogar as armas no chão, ainda relutou em se entregar, mas acabou jogando o material no chão.

Em uma ação inesperada, o agricultor mesmo algemado juntou uma faca e avançou contra um dos policiais militares, que com a ajuda do seu colega e usando os meios considerados moderados da força conseguiu dominar e imobilizar totalmente o agressor.

Da ocorrência restaram, o sargento Camboim com escoriações na mão esquerda e o soldado Freitas com pequenos arranhões no braço direito. O agressor também ficou com algumas escoriações. O agressor, identificado como Jairo Tavares D'ávila, de 55 anos, foi preso em flagrante delito por homicídio tentado, porte ilegal de arma de fogo, lesão corporal, desobediência e resistência, e após ser medica-

do juntamente com os policiais no Pronto-Socorro de Camaquã, foi apresentado na Delegacia de Polícia de Pronto de Atendimento. Jairo foi autuado pela autoridade policial e recolhido ao Presídio Estadual de Camaquã, onde deverá permanecer até decisão do Poder Judiciário. (ABR, 2014)

Fonte: Blog do Juarez

IGREJINHA

Homem atira contra oficial de Justiça

Homem atira contra oficial de Justiça e foge em Igrejinha. Uma perseguição policial pela RS-115 assustou moradores da região na noite desta terça-feira. Após receber uma medida protetiva de sua ex-mulher, por volta de 20h30min, Nelson Teixeira dos Santos, 45 anos, atirou com uma arma contra um oficial de Justiça e fugiu em um caminhão pela rodovia.

A Brigada Militar foi acionada e perseguiu o homem, que foi detido já na RS-239, entre Taquara e Parobé, no Estado do Rio Grande do Sul, cerca de 10 quilômetros depois. A BM conseguiu parar o caminhão após fazer um disparo contra um dos pneus. O homem foi levado para a Delegacia de Polícia de Igrejinha. (Data não informada)

Fonte: Paranhana On-line

PORTO ALEGRE

Oficial agredido a pauladas e barra de ferro

Na tarde desta 3ª-feira (14/07), por volta das 14h45min o oficial de Justiça Robson Fernando Lemes Mano, lotado na comarca de Porto Alegre/RS, diligenciava na Rua Antônio José Santana, no bairro Agronomia, em seu veículo, um Fiat Uno 2006, quando, ao passar em frente a uma oficina, onde um grupo de pessoas estava reunido, conversando perto do meio fio da calçada, ouviu um barulho na lateral do carro. Instintivamente parou o veículo no sentido de verificar o que ocorrera, e, antes mesmo de tirar o cinto de segurança e descer, um dos elementos investiu contra o oficial de Justiça, abrindo à força a porta do motorista, danificando-a.

Ato contínuo, os outros comparsas iniciaram verdadeira depredação do veículo. Um deles chegou a subir no capô do automóvel e quebrou o parabrisa a pontapés, enquanto que os demais atacaram o veículo com pauladas e, ainda, com o uso de uma barra de ferro, acabaram por quebrar vidros laterais e o traseiro, além de atingirem a lataria.

A vítima teve lesões no nariz, mãos e no joelho esquerdo, resultado das agressões. No intuito de evitar um possível linchamento, o colega conseguiu ligar o carro e afastar-se do local, indo, ato contínuo, registrar ocorrência na 21ª delegacia de polícia.

Segundo testemunhas os autores seriam sete pessoas maiores de idade e residentes nos fundos da oficina mecânica. O veículo foi encaminhado à perícia e o oficial de Justiça para exame de lesões. Diante de mais este fato, ficam no ar as seguintes perguntas: a) Quem arcará com os prejuízos? b) O valor que o TJ paga a título de auxílio-condução é suficiente para cobrir os riscos? c) Vale a pena colocar patrimônio particular a serviço do Estado? (AGO, 2009)

Fonte: Abojeris

CARAZINHO

Oficial tem dedos da mão torcidos ao fazer busca e apreensão

Mais uma vez a violência faz uma vítima entre os oficiais de Justiça gaúchos. Dessa vez foi em Carazinho cidade a 245 Km de Porto Alegre com 61 000 habitantes. O fato ocorreu na tarde chuvosa do dia 11 de abril, passado, por volta das 18h. Após inúmeras diligências a oficiala de Justiça – que na ocasião foi cumprir o mandado – Núbia Regina Lopes Acosta, foi notificada pelo autor da ação de que o veículo, objeto da ação, estava na garagem do réu.

Ao chegar no local a oficiala sofreu uma agressão com torção de dedos na mão e teve o mandado rasgado em meio a chuva. Em seguida uma guarnição juntou-se para apoiar Acosta. O irmão do réu manobrou o veículo para fugir do local no momento que o réu me agrediu fisicamente, comentou a oficiala. Ainda segundo relato da oficiala Acosta, logo após agressão sofrida chegou uma guarnição da Brigada Militar.

Eles foram recebidos a pedradas, pauladas e um dos policiais teve o pescoço enrolando em uma mangueira, comentou. Por fim o mandado foi cumprido, o veículo recolhido e os devidos registros de corpo delito e na Polícia Civil registrados. A Associação dos oficiais de Justiça do Rio Grande do Sul – ABOJERIS declara seu profundo respeito e apoio ao trabalho da oficiala de Justiça Núbia Regina Lopes Acosta pelo cumprimento do mandado em meio a tamanhas dificuldades. A ABOJERIS, ciente da representatividade na sociedade gaúcha, tem a certeza da punição do agressor. Oficial de Justiça gaúcho, denuncie ações como essas! (ABR, 2014)

Fonte: Abojeris

CAXIAS DO SUL

Oficial de Justiça diz ter sido ameaçada e mantida em cárcere

Uma oficial de justiça diz ter sido ameaçada e impedida de deixar uma revenda de veículos quando tentava cumprir um mandado de busca e apreensão na tarde desta terça-feira (20), em Caxias do Sul. O incidente aconteceu quando o filho do dono do estabelecimento foi informado da execução do mandado judicial para apreensão de um carro. Contudo, ele teria tentado impedir a ação.

Segundo relato da servidora do Poder Judiciário à polícia, ela teria sido desacatada e ameaçada de receber tiros. Além disso, o portão da revenda de veículos teria sido trancado para impedir a saída da oficial.

Diante da gravidade da situação, a servidora conseguiu acionar a Brigada Militar, que despachou uma equipe para averiguar o caso. No local, os policiais fizeram contato com a oficial, que relatou as ameaças e o suposto cárcere. No mesmo momento, o dono da revenda chegou no local e abriu o portão.

Durante buscas, os policiais apreenderam uma pistola Taurus G2C, carregada e muniada, dentro de uma gaveta na revenda. A arma tinha registro.

As partes foram conduzidas à Delegacia de Polícia de Pronto-Atendimento (DPPA) para registro da ocorrência. O caso segue sendo investigado pelas autoridades. (AGO, 2024)

Fonte: Rádio Viva

OFICIAL DE JUSTIÇA PROFISSÃO DE RISCO!



SAIBA

por que lutamos pelo
reconhecimento do
risco da atividade para
esses profissionais

Mais do que papéis, o Oficial de Justiça leva decisões que mudam as vidas de pessoas drasticamente — quase nunca para melhor. Por isso, estão expostos a muitas reações negativas pelos destinatários, desde ataques verbais **ATÉ**



- agressões físicas
- ameças
- sequestros
- tortura
- cárcere privado
- assassinatos

(isso sem falar nos riscos enquanto se locomovem de um local para o outro, ao trafegar em estradas que, muitas vezes, estão em péssimas condições)

A situação é ainda pior quando se trata das

MULHERES



Os OJs fazem tudo isso utilizando seu próprio veículo, sem direito ao porte institucional de arma e, geralmente, sem nenhum apoio dos tribunais ou da polícia.

SÃO SERVIDORES INDISPENSÁVEIS QUE ARRISCAM SUA VIDA PARA TRABALHAR TODOS OS DIAS E ESTÃO POR CONTA PRÓPRIA, SEM SUPORTE!

OFICIAIS DE JUSTIÇA SÃO SERVIDORES COM MAIOR ÍNDICE DE ADOECIMENTO PSICOEMOCIONAL DENTRO DO JUDICIÁRIO!

A conclusão foi de um estudo realizado pelo Sindjustiça/RJ, pelo Sisejufe/RJ e pelo Sintrajufe/RS.

O dado foi confirmado pela Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Federais, que aplicou um questionário e constatou que 50,7% desses serventuários apresentam distúrbios psiquiátricos menores. O quadro é fruto da constante sensação de solidão, medo, estresse e desamparo vivenciada pelos Oficiais.



NÃO É APENAS UM RISCO EVENTUAL. O PERIGO É REAL!

Um caso emblemático no Rio de Janeiro é o de **Francisco Pereira Ladislau Neto**, um Oficial de Justiça de 25 anos que levou dois tiros — um deles no peito — e foi propositalmente atropelado enquanto cumpria uma simples ordem de comunicação processual.

Aquela foi sua última tarefa no cargo. O bairro, localizado em Barra do Piraí, era considerado seguro.

Em 2023, o STJ entendeu que a trágica morte do servidor foi causada pela ausência de adoção de medidas de segurança para a sua proteção e determinou que a família de Francisco seja indenizada por danos morais.



O que não falta em todo o Brasil são colegas ameaçados no exercício da função, inclusive com armas brancas e de fogo.

TODO OJ TEM UMA HISTÓRIA DE TERROR PARA CONTAR

Outro caso que foi destaque em nível nacional foi o **assassinato da Oficiala de Justiça Sandra Regina Ferreira Smaniotto**, de 48 anos, ocorrido em abril de 2009. A Oficiala foi **morta com nove tiros** quando ia cumprir um mandado de busca e apreensão de uma moto, cujo proprietário era o responsável confesso pelo crime.

A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO RISCO DA ATIVIDADE NÃO É DE HOJE!

SETEMBRO DE 2003

Conselho da Justiça Federal decidiu, por unanimidade, que os oficiais de justiça exercem atividade de risco (Proc. 8.661/85-RS)

SETEMBRO DE 2005

Ministério da Justiça considera a execução de ordens judiciais atividade de risco (IN 023/2005-DG/DPF)

DEZEMBRO DE 2006

Congresso reconhece o risco da atividade na justificativa do projeto de lei que instituiu a Gratificação de Atividade Externa (GAE) para os oficiais federais (Lei 11.416/2006)

JUNHO DE 2008

Entidade representativa dos OJs protocola no STF o Mandado de Injunção (MI) 833, para reconhecer a atividade de risco e regulamentar o direito à aposentadoria diferenciada (artigo 40 da CRFB)

ABRIL DE 2009

STF reconhece a atividade de risco no voto da relatora no MI 914

NOVEMBRO DE 2011

Congresso inclui a execução de mandados no rol das atividades que ensejam aposentadoria por atividade de risco (relatório do Projeto de Lei Complementar 330/2006)

JUNHO DE 2015

O STF rejeita o MI 833, entendendo que a responsabilidade pela questão é do Congresso Nacional

AGOSTO DE 2018

É apresentado o PLP 534/2018, que estabelece aposentadoria especial aos ocupantes dos cargos de oficial de justiça, aprovado na CSSF no mesmo ano

JUNHO DE 2020

O CNJ aprova o Procedimento de Comissão nº 0001870-85.2015.2.00.0000, de autoria da Fenassojaf, que determina que os tribunais brasileiros adotem providências imediatas para efetivar o aparelhamento e capacitação dos Oficiais de Justiça.

OFICIAL DE JUSTIÇA (OJ):

A PONTE ENTRE JUSTIÇA E POPULAÇÃO NÃO É UM TRAJETO FÁCIL

Muita gente pensa no trabalho dos Ojs como a função de levar uma simples carta às partes de uma ação.

O cumprimento de ordens judiciais, no entanto, é muito diferente disso. O segmento cumpre suas atividades nas ruas - e isso significa **todas** as ruas.

OS OJs PERCORREM

- municípios grandes e pequenos;
- locais remotos ou ermos;
- penitenciárias;
- todo tipo de bairro;
- zonas rurais;
- espaços marcados pela disputa e pela violência.

Algumas localidades são **OBVIAMENTE PERIGOSAS.**

Outras **parecem inofensivas, mas podem se revelar um risco** de uma hora para a outra, por um motivo muito simples:



o Oficial de Justiça não costuma levar boas notícias.

TODA TAREFA GERA RISCO PARA A VIDA DESSES PROFISSIONAIS!

O ATAQUE ENDEREÇADO AO MENSAGEIRO

O OJ SEMPRE CUMPRE MISSÕES DELICADAS. SÃO:

- Notificações
- Penhoras
- Mandados de prisão
- Reintegração de posse
- Busca e apreensão de bens e pessoas



O PERIGO A QUE OS SERVIDORES ESTÃO EXPOSTOS JÁ FOI RECONHECIDO POR MUITAS INSTÂNCIAS.

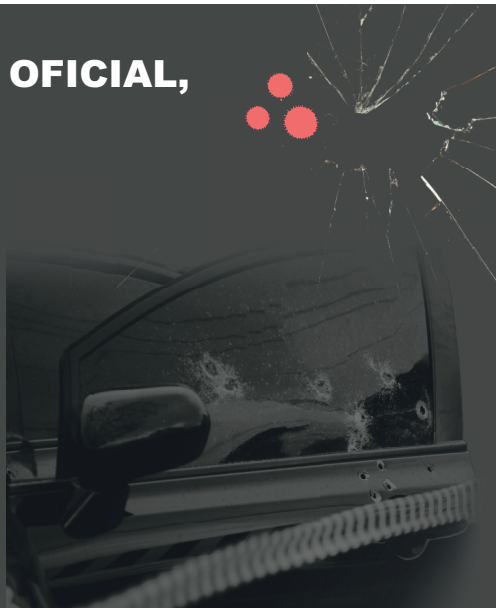


SEM SEGURANÇA PARA O OFICIAL, A JUSTIÇA NÃO ANDA!

Esses profissionais têm formação jurídica e não de segurança pública.

Os OJs trabalham a qualquer hora, em regime de plantão, inclusive à noite, nos finais de semana e feriados.

É inegável que estão expostos a riscos para os quais não têm treinamento para se defender.



AFOJEBRA
Associação Federal
dos Oficiais de Justiça
do Brasil.



FENASSOJAF
Associação Nacional dos Oficiais
de Justiça Avaliadores Federais



FESOJUS
Federação das
Entidades Sindicais de Oficiais
de Justiça do Brasil.